UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULO RODRIGO UNZER FALCADE

Psicologia, Modernidade e Modos de Subjetivação: a questão do morador de rua

SÃO PAULO

2014

PAULO RODRIGO UNZER FALCADE

Psicologia, Modernidade e Modos de Subjetivação: a questão do morador de rua

(Versão Original)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração:

Psicologia Social

Orientador(a): Profª Drª Sandra Maria Patrício Ribeiro.

SÃO PAULO

2014

Nome: UNZER FALCADE, Paulo Rodrigo

Título: Psicologia, Modernidade e Modos de Subjetivação: a questão do morador de rua

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição_____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição_____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição_____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Dedico esta dissertação à minha (futura) esposa, sem quem a vida não seria tão concreta e doce; aos meus pais, sem quem a vida não seria possível e segura; à minha orientadora, com quem aprendi a defender minhas idéias e, finalmente, a minha analista, por me ajudar a ser corajoso quando necessário.

AGRADECIMENTOS

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tornou possível este trabalho

Tudo o que é incompreensível, nem por isso deixa de existir

Blaise Pascal

Aquilo que você é fala tão alto, que não posso ouvir o que você está dizendo

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

UNZER FALCADE, P.R. **Psicologia, Modernidade e Modos de Subjetivação: a questão do morador de rua.** 2014. 114. Dissertação (Mestrado)- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A presente dissertação se propôs refletir acerca da situação de vida dos moradores de rua da cidade de São Paulo. Da articulação entre aquilo que pode ser apreendido na experiência de observação participante em um Projeto da Prefeitura de São Paulo destinado a esta população, em conjunto com as teorias de Luis Cláudio Figueiredo, acerca das matrizes e dos modos de subjetivação modernos, procurou-se pistas que ajudassem a entender o quadro atestado pela última Pesquisa Censitária: contínuo aumento numérico da população em situação de rua. A composição de uma narrativa mnêmica foi o recurso adotado para recapitular situações vividas no interior do projeto e, também, no contato com os moradores de rua. O relato procurou resgatar algumas passagens marcantes desse contato direto, privilegiando aspectos que coincidiam diretamente com dificuldades enfrentadas pelo Projeto no cumprimento de seus objetivos. Paralelamente, procurou-se delinear a estrutura que embasa o Projeto. Para tanto, recuperamos a Política Nacional para Inclusão Social da Pessoa em situação de rua: documento princeps para o trabalho com esta população. A partir disso, estabelecemos a hipótese de que a manutenção da dramática situação do morador de rua estaria relacionada com uma insuficiência na formulação da questão que orienta os trabalhos direcionados aos mesmos. Esta hipótese nos levou a compreensão de que este tipo de problema (insuficiência da formulação de questões) é intrínseco a hegemonia daquilo que Frederic Munné denominou Paradigma da Simplicidade, que por sua vez, tal qual a Psicologia Científica, se constitui no interior da própria Modernidade. Assim, com a análise de um política pública direcionada a um problema social, objetivou-se lançar luz sobre algumas das lacunas possibilitadas pela própria estrutura da Modernidade, destacando o papel ao qual a Psicologia é convidada a ocupar para, a partir disso, exemplificar o modo pela qual a mesma deveria se pautar para contribuir com a superação do impasse ao qual perpassa nossa civilização.

Palavra-Chave: Sem-teto; Modernidade, modos de subjetivação

ABSTRACT

UNZER FALCADE, PR **Psychology, Modernity and Subjectivity modes: the issue of the homeless**. 2014. 114. Thesis (Master) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2014

This dissertation proposed a reflection on the life situation of the homeless in São Paulo . The articulation between what can be learned in the experience of participant observation in a project of the Municipality of São Paulo for this population, together with theories of Luis Claudio Figueiredo, about mothers and modern modes of subjectivity, we tried to ski which helped to understand the picture certified by the last Census search : continuous numeric increase in population on the streets . The composition of a mnemic narrative feature was adopted to recap situations encountered within the project and also in contact with the homeless . The report sought to rescue some striking passages of this direct contact, emphasizing aspects that coincided directly with the difficulties faced by the project in meeting its objectives . In parallel , we attempted to delineate the structure that supports the project . To do so , we retrieve the National Policy for Social Inclusion of People on the street : princeps to work with this population document. From this, we establish the hypothesis that the maintenance of the plight of the homeless would be associated with a failure in the formulation of the question that guides the work directed to the same . This hypothesis led us to understand that this type of problem (failure of formulating questions) hegemony is intrinsic to what Frederic Munné called Paradigm of Simplicity , which in turn , just like the Scientific Psychology , constitutes the interior of Modernity itself . Thus , the analysis of a public policy directed to a social problem , aimed to shed light on some of the gaps made possible by the structure of modernity , highlighting the role to which psychology is invited to occupy , as appropriate, exemplify the so why the same should be guided to contribute to overcoming the impasse to which pervades our civilization .

Keyword : homeless ; Modernity , modes of subjectivity

Lista de Siglas

PN: Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua

Projeto AU: Projeto Atenção Urbana

SMADS: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

CAT: Central de Apoio ao Trabalhador

SUS: Sistema Único de Saúde

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

CF: Constituição Federal

SUMÁRIO

Capítulo 1)

Delimitando um ângulo de observação_____11

Capítulo 2)

Entrando na Luz_____17

Situações, Encontros e Conversas_____22

Operando a Política Pública_____31

Capítulo 3)

A Modernidade e suas vicissitudes_____39

Garimpando informações faltantes _____46

Capítulo 4)

Desviando de armadilhas_____50

Um panorama da Modernidade e crise do contemporâneo_____51

Interpretações da Modernidade e modos de subjetivação_____66

Modernidade e modos de subjetivação no Brasil_____77

Capítulo 5)

Recapitulando para capitular_____86

Capitulando para articular_____92

Capitular, articular e elaborar_____108

Capítulo 6)

Por fim..._____120

Referencias Bibliográficas_____123

Capítulo 1

Delimitando um ângulo de observação

A presente dissertação deriva de uma experiência de trabalho junto a moradores de rua no bairro da Luz, em São Paulo. Tal experiência ocorreu pouco tempo após o término de minha graduação em Psicologia. Este período em que pude participar ativamente de um projeto social, ligado ao Poder Público, foi suficiente para a elaboração de uma série de questões que procurei trabalhar ao longo dos dois anos de mestrado em Psicologia Social.

Quanto à elaboração destas questões, cabe retratar que teve importância minha vinculação ao Grupo de Pesquisa "Mitopoética da Cidade: Experiência Subjetiva, Paisagem, Memória e Imaginação", sediado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Brasil). As reuniões e os eventos (formais e informais) organizados pelo grupo, tinham (e ainda tem) o interesse de promover diálogos transdisciplinares sobre temas candentes do mundo contemporâneo, com vistas a aquilatar contribuições teóricas e recursos metodológicos potencialmente válidos para sua abordagem.

Articulando-se em torno das incidências ocasionadas a partir da expansão da cultura ocidental moderna, sobretudo nos ambientes urbanos (ou em processo de urbanização), o grupo se esforça no sentido de apreender os efeitos de tais incidências sobre o imaginário, a experiência subjetiva privada, a configuração das paisagens e do modo de viver das coletividades humanas.

De modo abreviado, pode-se dizer que o grupo constitui-se com base no compartilhamento do interesse pelo *ethos* humano**.** Reconhece-se que muitos dos problemas mais salientes da atualidade, derivam da história expansionista da civilização ocidental e, sobretudo nas últimas décadas, da crescente urbanização que alcança todos os recantos do planeta. Assim sendo, se assume que as chamadas Humanidades, e em particular a Psicologia Social, precisam/devem estudar, explicitar e avaliar o modo como esta expansão urbana incide sobre a vida cotidiana de indivíduos e de coletividades humanas singulares.

Tal perspectiva alinha-se à posição assumida por Luis Cláudio Figueiredo, quando este afirma que a Psicologia tem a incumbência de reconhecer a experiência subjetiva[1], desvelando criticamente suas condições de possibilidade e impossibilidade (Figueiredo, 1996). É sabido que a história expansionista da cultura moderna gerou uma série de inegáveis conquistas e avanços para a civilização ocidental. Não obstante, segundo Bauman (1999), estes triunfos se fizeram acompanhar de tantos efeitos colaterais, de tantos "dejetos", que, para alguns, é possível um profundo questionamento acerca de tais progressos. Segundo Figueiredo (1996), a Psicologia Científica surge mediante uma clara demanda cultural por "reciclar" os "dejetos" gerados pela Modernidade. Segundo o autor, uma vez que se estabelece a experiência subjetiva como o verdadeiro interesse da Psicologia, caber-nos-ia a tarefa de conduzir os esforços àquilo que o autor denomina *função desilusionadora*. Ou seja, caberia à Psicologia não responder afirmativamente à demanda cultural por reciclagem. Nesta atitude consistiria uma contribuição para uma transformação no estado de coisas, na medida em que se pode supor que, na ausência de respostas afirmativas, a cultura poderia ser compelida a se implicar em sua própria demanda.

Georges Bataille afirma que a forma mais eficaz de se fazer uma imagem fiel da civilização em um período é, ao contrário do que se poderia pensar, a observação daquilo (ou daqueles) que a mesma rejeita (*apud* Jaron,2006). A tese de Bataille parte do pressuposto de que nestes "dejetos" estaria presente todo o processo em curso da civilização em questão[2].

Um exemplo de "dejeto" da civilização em questão (no caso, a nossa) é exatamente a figura do morador de rua. A demanda cultural por *reciclar os dejetos,* prevista por Figueiredo (1996) é direcionada à Psicologia, e espera por uma resposta. A oportunidade que tive de trabalhar (e, conviver) por um ano e meio junto a estes moradores, trabalhando em um Projeto da Prefeitura de São Paulo a eles destinado, me permitiu compreender de modo vívido estas teses. Assim, entre 2010 e 2012, estive diariamente nas ruas da região da Luz, junto a moradores de rua. Mais

[1] Mais adiante, quando explicitarmos o quadro teórico, iremos recuperar a tese de Luis Cláudio Figueiredo acerca da "incumbência" da Psicologia.
[2]Georges Bataille chamaria este procedimento de heterologia. Esta idéia influenciou profundamente o método do historiador Michel Certeau e do psicanalista Jacques Lacan.

adiante farei considerações acerca deste trabalho. Por ora, cabe dizer que esta oportunidade foi determinante para o desejo de escrever esta dissertação.

Não se faz necessário detalhar os problemas desta região, sobejamente conhecida por sua degradação, por ser o principal endereço das chamadas "cracolândias" existentes na cidade de São Paulo, pelo número excessivo de moradores de rua, pela violência, etc. Importa é destacar que, segundo a compreensão de Ribeiro (Vichietti, 2011), a expansão hegemônica do “ethos urbano” nos apresenta uma face particularmente perigosa da nossa época, e tem nos alertado para a necessidade de urgentes e profundas transformações no nosso modo de ser, viver e conviver. Porém, a autora ressalta que:

> (...) primeiro, qualquer transformação efetiva no ‘mundo humano’ implica mudanças no lugar e no comportamento ou, em termos correlatos: na *morada* e na *moralidade*, na *habitação* e nos *hábitos* dos homens; segundo, que a subjetividade e a intersubjetividade têm um papel fundamental nessas transformações. (...) uma condição fundamental para o delineamento e a execução de estratégias que possam efetivamente promover as transformações, tanto no plano individual quanto no plano coletivo, necessárias à superação do momento crítico vivenciado pelo mundo contemporâneo é compreender os elementos e articulações que constituem a complexa dialética psicossocial que sustenta nossos modos de sentir, pensar e habitar este mundo, na companhia de outros seres” (VICHIETTI, 2012b).

A autora está a nos dizer que a tão ambicionada transformação do estado crítico de coisas, pressupõe a apreensão da devida medida do homem. Tal apreensão, conforme se sabe, está condicionada ao desvelamento da complexa dialética psicossocial constituinte da experiência humana no mundo. Tal desvelamento, por sua vez, exige um obstinado empenho na compreensão destes elementos que integram o encadeamento entre o indivíduo e seu meio. Elementos e encadeamentos estes, que, por hipótese, sustentariam nossos modos se ser, viver e conviver na presença dos outros seres do mundo.

A autora corrobora o posicionamento de Luiz Claudio Figueiredo quando se põe a pensar na tarefa que caberia à Psicologia, quando a mesma se engaja neste panorama crítico do mundo, precisando assumir um posicionamento e buscar um meio de produzir respostas dentro de sua área específica de interesse. Ou seja, concordando com Figueiredo, Ribeiro (Vichietti, 2012) entende ser impreterível à Psicologia o reconhecimento da experiência subjetiva. Igualmente, em abono àquilo que Figueiredo denomina "função desilusionadora" da Psicologia, a autora afirma

que, considerando a trajetividade radical que vincula o ser humano ao seu meio, uma das principais contribuições da Psicologia Social seria o desvelamento das condições exteriores que dão lugar à experiência subjetiva privada.

Para dar conta de tal tarefa, Ribeiro (Vichietti, 2012a) considera que incumbe particularmente à Psicologia Social, em diálogo com os campos de saber adjacentes, investigar as interveniências entre *lugar*, *subjetividade* e comportamento. Em termos correlatos, as interveniências entre o habitat e os hábitos, entre a moral e a morada.

Aplicadas à situação da Luz, estas reflexões orientam a autora em um projeto de pesquisa[3] que busca estudar e compreender as interveniências cotidianas entre este *lugar*, considerado em seus elementos materiais e imateriais tais como suas ruas, prédios, monumentos, equipamentos públicos, comércio etc. e suas memórias, tradições, hábitos, costumes etc.; a *subjetividade de seus habitantes*, tal como se expressa nos afetos em relação aos espaços, pessoas e instituições, nas fantasias, sonhos e projetos de vida, no imaginário que orienta a interpretação e a narrativa das situações vividas, nas atitudes e nos valores etc.; *e o comportamento* verificado na vida cotidiana do sujeito: no uso que faz do tempo e das coisas, nos lugares que freqüenta ou que evita, nas relações sociais que entretém etc. Segundo a autora, poder-se-ia esperar que um tal estudo propiciaria maior compreensão sobre o "ethos urbano", ajudando a esclarecer a dinâmica do mal-estar constatado no mundo contemporâneo (Ribeiro [Vichietti], 2011).

Aliás, a mesma autora também considera que:

> (...) a problemática da Luz é um dos mais tristes avatares da chamada "crise urbana" que se espalha pelo globo e, por isto mesmo, lugar privilegiado para as investigações acerca das condições, dinâmica e conseqüências da Modernidade sobre o ethos" (VICHIETTI, 2011)

Dentro desta perspectiva, nosso trabalho visou investigar, descrever e discutir os processos de subjetivação, a experiência subjetiva privada e as atividades cotidianas dos moradores de rua, com os quais pude estabelecer uma interessante relação. Nossa proposta pode-se dividir em dois grandes objetivos. O primeiro deles, mais imediato e seguindo a inspiração de Figueiredo, visou contribuir para

---

[3]RIBEIRO (Vichietti, 2011)***Modos de ser, viver e conviver na Luz. Um estudo descritivo das relações entre o lugar, a subjetividade e o comportamento.*** Projeto de Pesquisa (mimeo).

desilusionar a demanda por solucionar "o quanto antes" a situação do morador de rua. O segundo, mais amplo, visou, a partir da compreensão de um dos dejetos, a produção de elementos para a construção de uma imagem mais fiel da cultura que nos constitui.

Finalmente, parafraseando Ribeiro (Vichietti, 2011), cabe dizer que para além de seus objetivos estritamente acadêmicos e científicos, o presente trabalho traz em seu bojo certa “esperança” de que a compreensão mais apropriada destes "dejetos" possa servir para intervenções orientadas na direção do *bem comum*, mediante a derivação de subsídios teóricos e práticos potencialmente úteis para o planejamento, execução e avaliação de programas governamentais e não-governamentais de intervenções psicossociais voltados aos moradores de rua e, quiçá, para a reflexão crítica sobre a nossa cultura e alguns de seus outros “dejetos”.

Cabe também ressaltar que, do ponto de vista teórico-metodológico, os esforços convergem para aquilo que foi tratado por Ribeiro em recente palestra proferida no IEA-USP[4]. Em linhas gerais, tais esforços se reportam a uma atitude metodológica de cunho qualitativo, comparativo e hermenêutico, adotando-se uma postura descritiva e compreensiva, mais do que explicativa; assumindo a precedência das preocupações éticas em relação às preocupações nomotéticas e quantificadoras; mantendo a abertura para a interlocução com as diferentes áreas da ciência e com os conhecimentos produzidos a partir de diferentes métodos. Em suma, tudo isto significa que o presente trabalho adota um determinado ponto de vista crítico em relação ao paradigma epistemológico ocidental moderno, sobretudo à sua tendência a simplificações no trato com a realidade humana.

Partindo da consideração de que, conforme atestam diversos pensadores[5], o mal-estar contemporâneo é ubíquo, atingindo todos os segmentos sociais e sendo vivido por todos os indivíduos, seria igualmente interessante focar quaisquer dos grupos presentes cotidianamente na Luz. Contudo, a investigação ora projetada se propôs a

---

[4]Palestra proferida no Seminário de Política Ambiental, no dia 16/05/2013 no IEA-USP. O título da palestra: “Estudando a Experiência Subjetiva nas Cidades: a Paisagem, o Imaginário e as Narrativas Autobiográficas”. Link: http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=12632

[5]Poderia ser arrolada uma farta lista de pensadores, mais ou menos, interessante que vem se atendo ao mundo contemporâneo. Dentre os que li, me parece que as contribuições de ZygmuntBauman, Peter Sloterdijk e Pascal Bruckner são fundamentais.

focar especificamente os moradores de rua. Este recorte específico, conforme já dito, se fundamenta no conhecimento empírico obtido através do contato pessoal com este grupo, por meio da participação no mencionado projeto da Prefeitura, ligado a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), cujo foco era o morador de rua, precisamente no bairro da Luz. Neste trabalho, pude notar algumas características desta população que pareciam determinantes para o insucesso da implementação dos objetivos do Projeto, sobre os quais falarei em seguida.

Capítulo 2

Entrando na Luz

Tudo começou em Julho de 2010. Recém formado, afoito por iniciar alguma atividade remunerada que pudesse me alçar para uma situação de independência financeira, fui convidado a participar de um processo seletivo para uma vaga de educador sócio-educativo em um projeto da Prefeitura de São Paulo destinado a trabalhar com a população em situação de rua.

Tratava-se do Projeto Atenção Urbana (São Paulo, 2009). A entrevista se deu em um clima aparentemente descontraído. Lembro-me perfeitamente que algumas perguntas foram dirigidas, suscitando-me indagações que mantive, a princípio, comigo. Os três entrevistadores[6] me perguntaram coisas como "*Como você vê a situação do morador de rua?*"; "*Você já teve algum contato com algum morador de rua?*", "*Você é do tipo agitador político?*", "*Você é do tipo que quer trabalhar ou do tipo que gosta de ficar criando intrigas junto ao serviço?*".

Desejando o início de minha independência financeira, sabia, pelo tom das perguntas, quais eram as respostas certas para entrar no serviço. Sem grandes dificuldades, consegui a vaga. A gerente pediu para que eu voltasse no dia seguinte, a partir das 15 horas, para iniciar meu período de experiência. Estranhei o fato do trabalho começar no meio da tarde, pois isso significava que o término seria a noite. Embora não soubesse direito do que se tratava o trabalho, sabia que seria nas ruas e com abordagens.

No dia seguinte, cheguei por volta das 15 horas no local onde estava sediado provisoriamente o Projeto Atenção Urbana: um grande albergue localizado nos arredores da região central. Como logo descobri, este grande albergue surgiu como uma proposta inovadora de ser mais do que um simples local onde os moradores de rua passariam as noites. A idéia original seria a de transformar o espaço em uma espécie de "oficina de ressocialização" destas pessoas. Isso foi dito em tom irônico por minha técnica[7].

---

[6]As entrevistas eram feitas pela própria equipe que coordenava o Projeto.

[7]Nome do cargo de quem coordenava os agentes sócio-educativos, aqueles que, como eu, iriam às ruas.

No mesmo dia, esta técnica nos apresentou (comigo, juntavam-se outros três novos funcionários) ao restante da equipe de agentes sócio-educativos. Em meio a um clima ambivalente, entre o amistoso e o sarcasmo, esta técnica apresentou o trabalho que deveríamos fazer. Os agentes mais antigos oscilavam entre comentários sarcásticos, risadas descontraídas e um profundo silêncio. Os comentários sarcásticos, por parte de alguns agentes, decorriam da leitura dos objetivos e da missão do Projeto. As risadas descontraídas acompanhavam as exemplificações com casos de moradores de rua acompanhados pelo projeto, já há algum tempo.

Basicamente, disse-nos a técnica: *o trabalho consiste em ir às ruas em duplas (preferencialmente formadas por um homem e uma mulher), dentro de um perímetro previamente estabelecido, e estabelecer contato com a maior quantidade possível de pessoas em situação de rua*. A explicação: *este contato tem o objetivo de promover uma vinculação com eles (pessoas em situação de rua)*. Por fim: *a vinculação deve ocorrer em regime contínuo. Todos os dias se vocês permanecerão, por volta de quatro horas, andando pelas ruas daqueles mesmo perímetro, dando seguimento ao plano de trabalho*[8].

Continuava a técnica: *A vinculação é pensada como uma tática dentro de uma estratégia estabelecida*. A proposta do Projeto Atenção Urbana não seria outra senão *auxiliar estas pessoas a recuperar uma dignidade* que, por diversos motivos, se perdeu a partir do estabelecimento das ruas como seu lugar de vida. Nossa tarefa seria, portanto, *reviver-lhes a vontade por uma vida mais digna*, lembrando-lhes, sempre que possível, que eram *sujeitos de direitos* e que nosso papel ali seria *ajudá-los a se reerguer*.

Estaria mentindo se dissesse que, naquele momento, não soou bem escutar aquele nobre plano. Tendo acabado de deixar os bancos universitários, as discussões infinitas sobre a miséria do mundo, a inviabilidade da ética sob a égide do capitalismo, somado aos meus contrastantes desejos por independência financeira e emancipação, tudo pareceu encaixar-se perfeitamente: estaria dando cabo de meus desejos pessoais sem, ao mesmo tempo, ter que corromper todo o repertório de um *ideal de perfeição ético,* forjado em cinco anos de vivência acadêmica.

---

[8]Posso afirmar que eram estas as palavras introdutórias do serviço porque testemunhei diversas vezes o mesmo discurso. Sempre que eram contratados novos agentes, a mesma introdução era repetida. Em decorrência de tantas repetições, como será esclarecido adiante, pude entender o motivo do sarcasmo dos educadores mais antigos, ao qual fiz menção.

Tudo caminhava bem, até que a equipe foi dispensada da base, para ser levada às ruas. Os quatro recém-contratados (eu e meus três novos colegas) permanecemos na base para receber algumas outras instruções. Tal qual imaginei, estas instruções extras não poderiam ser proferidas na presença do restante dos agentes.

A técnica disse que a coordenação do Projeto estava realizando uma espécie de caça as bruxas dentro do quadro de funcionários. A *produtividade* (esse foi o termo usado) não estava dentro do esperado, e a supervisão (a Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS) estava ameaçando cortar a verba do projeto, caso a situação não fosse retificada. Segundo a técnica, havia algumas *peças*, dentro do quadro de funcionários, que contribuíam para este *déficit produtivo*. Quatro destes funcionários foram demitidos e novas demissões estavam em fase adiantada de gestação, daí as vagas que foram abertas.

Inevitavelmente, o termo *produtividade* em um trabalho com este, soou um tanto estranho. Não pude compreender de imediato a quê, exatamente, se referia a técnica. Ao que parecia, o trabalho consistia em apostar na vinculação com os moradores de rua para otimizar a chance de sucesso no processo de saída das ruas. Seria isso que os meus futuros colegas de trabalho estariam se recusando fazer?

A técnica não se mostrou nem favorável, nem desfavorável ao processo de caça às bruxas. Contudo, fez questão de enfatizar que nossa atuação estaria sendo observada a partir do seguinte prisma: se mostrássemos que nossa intenção era o trabalho e não *certa militância*, nossa estadia seria assegurada. Além disso, a técnica assinalou alguns nomes que estariam envolvidos na lista negra, aconselhando-nos a manter certa precaução com sugestões que poderiam vir destes agentes. Isso porque estes agentes estariam desanimados com o alcance do projeto, e a resistência ao trabalho estaria, sobretudo, motivada por isso.

Terminada a reunião, foram montadas as duplas e apresentado o perímetro. Basicamente, o nosso projeto estava designado a trabalhar no bairro da Santa Cecília, Luz e Barra Funda. Conforme nos foi dito, haveria um transporte que levaria todas as duplas ao local designado e, ao término de quatro horas andando pelo perímetro, esta perua nos traria de volta à base (no Centro de Acolhida onde estava sediada a base do Projeto), de onde seríamos dispensados. Foi dado um colete de cor verde, com o brasão da Prefeitura de São Paulo, de uso obrigatório durante o

período em que estivéssemos a andar pelas ruas, e um rádio para comunicação com a técnica, que ficaria na base.

Como não havia nada mais a ser transmitido, ao menos por ora, e o horário do final do expediente ainda estava distante, a técnica resolveu nos mostrar o perímetro (território por onde passaríamos a andar procurando por moradores de rua). Não havia nenhuma perua a disposição para nos levar, mas como a base estava dentro do perímetro, ela decidiu que caminharíamos pelas ruas.

Confesso que foi uma experiência bastante chocante. Nunca havia andado por aquelas ruas do centro de São Paulo a noite. Com a maior das boas vontades, a técnica decidiu que deveríamos passar, de saída e sem preliminares, pela "prova de fogo" suprema do trabalho, algo que denunciaria nossa *vocação* para o serviço: a região da chamada cracolândia.

Para mim, a caminhada foi nervosa, exatamente por saber o destino ao qual a técnica estava nos levando. Lembro-me que a caminhada começou pelo Viaduto Rudge, seguiu pela Avenida Rio Branco até o ponto onde esta cruza com a Alameda Glete. Só nesta caminhada de vinte minutos, cruzamos com dezenas de moradores de rua. Cruzamentos estes que, em outra situação, levaria alguns, por medo, a trocar o lado da calçada.

Essa caminhada também foi bastante elucidativa acerca de algumas contradições que marcavam a forma pela qual a técnica, com toda sua experiência, pensava a questão do morador de rua. Basicamente, para a técnica, o morador de rua era uma vítima de um sistema injusto, excludente e isso conferia legitimidade e nobreza para iniciativas públicas como o Projeto no qual trabalhava. Entretanto, ela também chamava a atenção para uma certa preguiça e falta de vergonha de muitos destes moradores que insistiam nesta resistência àquilo que o projeto tinha a oferecer: a ressocialização.

Finalmente descemos a Alameda Glete, não em direção ao bairro da Luz, mas sim à Cracolândia. Dobramos a direita e entramos na Alameda Barão de Piracicaba. Fiquei deveras impressionado com o que vi. Em ambos os lados, e em toda a extensão do quarteirão, amontoavam-se muitas dezenas de pessoas em meio a uma sujeira indescritível. A visão era tão impressionante quanto o odor de plástico queimado, que descobri ser o cheiro do crack. Já noite, a visão assemelhava-se a um bando de vaga-lumes que aparecem no horizonte de campos abertos. Tratava-

se dos isqueiros sendo acionados em ritmo frenético por aquela multidão ávida por acender seus cachimbos.

A técnica apresentou um importante local do perímetro, localizado na Barão de Piracicaba: a Cristolândia. Tratava-se de uma missão da Igreja Batista com o objetivo de resgatar aquela população. A técnica, com sua já característica dualidade, apresentou a Cristolândia como um bom aliado em muitos momentos, e um formidável inimigo em outros. Não disse mais nada sobre isso.

Bastante impactado com tudo aquilo, imaginando que aquele seria “meu escritório”, caso aceitasse o emprego, fiquei bastante tentado a abreviar minha estadia, voltar para casa e procurar novas oportunidades de empregos, menos assustadores. Tudo ficou ainda mais tenebroso quando chegou ao fim a interminável travessia da Barão de Piracicaba. Dobramos a esquerda e chegamos na Alameda Dino Bueno. Ali sim, encontramos a "verdadeira cracolândia", se é que se pode dizer algo assim.

Na Alameda Dino Bueno, havia uma multidão de usuários de crack. Diferentemente da rua anterior, eles não estavam sentados nas calçadas mas sim vagando como zumbis em direções difusas, com seus cachimbos. A travessia foi dramática. Manter a união do grupo (a técnica, eu e meus três colegas) era uma tarefa impossível. Então, em muitos momentos, todos nos víamos a sós com a multidão. Uma verdadeira prova de fogo.

Terminada esta rua, conseguimos voltar a ser um grupo quando chegamos na Praça Júlio Prestes, em frente a Estação de Trem. A técnica, aos risos, caçoava de nossas fisionomias, dizendo que sempre era assim e que todo mundo se assusta no começo. Ela insistia em seus pontos sobre o morador de rua. Dizia que nem todos aqueles usuários com o qual nos deparamos eram nossos atendidos, pois nem todos ali eram moradores de rua.

O primeiro dia terminou quando um morador de rua, empurrando um carrinho de supermercado atulhado de sucata, foi ao encontro dessa técnica, após reconhecê-la, para cobrar atitudes com relação a sua situação. Este morador estava bastante indignado e reivindicava providências urgentes. Após algum tempo, a técnica consegue encerrar a conversa com o morador de rua, prometendo-lhe que iria fazer de tudo para ajudá-lo. O morador, tomou a direção contrária e, aos berros, bradava repetidamente "Não faz mais que a sua obrigação!". Constrangida, a técnica nos disse que esta era uma das situações difíceis do trabalho.

Situações, Encontros e Conversas

Passados os três meses de experiência, fui contratado em definitivo como agente sócio-educativo do Projeto Atenção Urbana. Nesse breve período, pude presenciar muito daquilo que foi transmitido nos minutos iniciais de minha estadia no Projeto, na entrevista e apresentação. As inquietações, a princípio, poderiam ser divididas em três partes. A primeira advinha, propriamente, do contato com os moradores de rua. A segunda, da experiência grupal, com os demais agentes sócio-educativos. A terceira, da relação com o Projeto e seus coordenadores.

Três meses andando pela noite no bairro da Luz, me deu uma boa noção de muitas coisas. Antes de tudo, me fez perder o medo de andar a noite por aquela região. O bairro é nitidamente um paradoxo. Toda a beleza traduzida, por exemplo, pela visão da Estação de Trem e o Relógio da Praça Julio Prestes iluminados, contrastavam com toda a degenerescência encontrada nas ruas ao seu redor. Esta breve experiência também pode me colocar a par do drama, presente na situação a qual o Projeto pretendia atuar. Esta experiência prolongou-se por um ano e meio.

No rol destas experiências diárias, com os moradores de rua do bairro da Luz, destacarei três casos que podem ser entendidos como representantes de diferentes *tipos* de moradores de rua[9]. O primeiro deles acompanhou-me durante quase toda minha estadia no projeto. Vou chamá-lo pelo nome de Carlos.

Carlos era um nordestino que já estava em São Paulo há tempo suficiente para poder ser chamado de paulistano. Encontrei-o pela primeira vez no Largo Coração de Jesus, uma praça localizada entre a Alameda Barão de Piracicaba e Alameda Dino Bueno. O Largo Coração de Jesus é um dos pontos de maior concentração de moradores de rua na Luz. O local transmite um clima de "praça do interior". Ambientado com muitos bancos, mesas de dominó, um pipoqueiro, quadras esportivas, brinquedo para crianças, banheiros públicos, um posto da Guarda Civil Metropolitana, uma base do SUS, entre outras coisas. É um lugar que diversos moradores de rua procuram no entardecer. Carlos, entre tantos outros, costumava freqüentar o local. Contudo, não tardou a aparecer em Carlos algumas diferenças muito notórias, em relação a um certo padrão daquilo que se encontrava nos outros moradores.

[9]A importância da descrição destes diferentes *tipos* de moradores de rua será melhor retratada no capítulo 5.

Grande parte dos moradores de rua, ao avistar os agentes sócio-educativos, dirigiam reivindicações de toda ordem e, sobretudo, culpavam nosso empregador ("o Governo") por sua desgraça. Sabendo que nossa circulação pelas ruas (nós, os “colete verde”: representantes da Assistência Social) significava a possibilidade de alguma ajuda, eles mantinham, no geral, uma relação de interesse. Sabiam que nós tínhamos “um plano estratégico” (na linguagem no Projeto, chamava-se PIA: Plano Individual de Atendimento) com o qual eles teriam facilidades para obter algumas vantagens importantes[10].

Carlos não estava particularmente interessado no “plano estratégico” que eu tinha, por obrigação, que lhe oferecer. Ele não gostava de dormir em albergues, não simpatizava com as vagas de empregos que costumávamos encontrar no CAT (Centro de Atenção ao Empregador), e também não se via como "vítima". Aliás, esta era uma das razões pelas quais optou por um isolamento nas ruas. Ele sempre estava sozinho, não gostava dos outros moradores de rua. Segundo ele, todos padeciam de um "complexo de vítima". Brincava fazendo alusão ao que se encontra na fala dos presidiários, “todos aqui são inocentes”, dizia ele.

Sempre achava muito curiosa a sua posição, e passei a tentar descobrir mais sobre a vida de Carlos. Essa não era uma tarefa fácil, pois ele era bastante reservado quanto a muita coisa. Não obstante, com o tempo, passamos a desenvolver uma relação mais franca. Lembro-me dele bastante irritado, em ocasiões em que éramos interrompidos por outros moradores de rua que, ou se dirigiam a mim cobrando alguma coisa, ou querendo me contar alguma história fantástica. Num certo momento, acatei sua sugestão de tirar o colete verde enquanto estivéssemos conversando, isso para não sermos interrompidos.

Com o tempo, descobri que ele tinha uma família constituída no Nordeste: mulher e dois filhos. Segundo Carlos, antes de ir parar nas ruas, ele trabalhava com comércio, tinha um negócio próprio que lhe proporcionou certo padrão de vida. Tinha casa própria, carro, pagava educação e saúde para os filhos. A mulher não trabalhava, segundo ele, porque não era preciso, afinal nada lhe faltava. Contudo, após muitos e muitos encontros, consegui captar uma fala que respondia, em parte, a razão pela qual viera parar nas ruas de São Paulo: “era muito difícil ser eu”, disse.

---

[10]Mais adiante, detalharei essa mecânica do Projeto Atenção Urbana, bem como a estrutura na qual ele se encaixa.

Essa dificuldade era associada à falta de reconhecimento. Segundo Carlos, em sua vida pregressa (antes das ruas), conforme o passar dos anos, ficava mais e mais difícil a relação com os familiares, funcionários e com a vizinhança. No âmbito profissional, em seu comércio, os funcionários estavam cada vez mais arredios e pouco confiáveis. Segundo ele, não eram raras as vezes em que funcionários, insatisfeitos com o "teor da gestão", ou iam para outros lugares, ou acionavam a Justiça para haver seus direitos. Carlos lembra-se que na maioria esmagadora dos casos em que isso ocorria, ele acabava sendo obrigado a pagar quantias enormes a esses funcionários "desleais". No âmbito familiar, mulher e filhos não demonstravam, suficientemente, o reconhecimento que Carlos esperava, por ser quem era. E os vizinhos, na sua maioria, ingressavam no funcionalismo público. Ao fazê-lo, tornavam-se corruptos, na medida em que, para Carlos, o próprio Governo era corrupto por natureza.

Nas ruas, já em São Paulo, ele se recusava com certa ira, a aceitar qualquer tipo de *ajuda do Governo*. Uma fala significativa de Carlos parecia ecoar uma mágoa, talvez fundada nos percalços que teve ainda no nordeste[11]: *"eles* (governo) *não querem trabalhador! Eles querem coitados".* Assim, Carlos ganha a vida ajudando comerciantes, entregando encomendas, ou distribuindo papéis na Rua Santa Efigênia. Eventualmente, quando cansa das ruas, usa este dinheiro para pagar um quarto em pensões do bairro da Luz.

O caso de Carlos atraia minha atenção. Primeiro porque havia nele uma profunda repugnância com relação à figura do "mendigo". Ele fazia tudo o que podia para se diferenciar do estereótipo. Tomava banhos regularmente. Seu "canto" (lugares onde costumava dormir nas ruas) sempre era bastante organizado e, na medida do possível, limpo. Suas coisas estavam sempre organizadas.

Essa repugnância motivava seu isolamento. Não se misturava com os demais. Com o passar do tempo, e o desenvolvimento de nossas conversas, passei a notar em Carlos um paradoxo. Ele nutria uma mistura de nostalgia com aversão à sua vida pregressa. Segundo ele, a saudade de sua família no Nordeste era uma ferida "incicatrizável". Mas, ao mesmo tempo, era fora de cogitação um retorno. Isso

---

[11] Como foi dito acima, Carlos fazia menção a uma série de processos judiciais, de ações trabalhistas impetradas por seus ex-funcionários. Na grande maioria dos casos, ao perder os processos, Carlos se via obrigado (pelo "Governo") a pagar grandes quantias a estes funcionários. Razão pela qual passou a considerar "a classe" (referência aos funcionários, no geral) como "traíras" e o Governo como um inimigo.

porque não conseguiria (ou, talvez, não poderia) esconder de seus familiares que passou anos a fio morando nas ruas do centro de São Paulo[12]. E essa revelação seria insuportável. Ele dizia que os parentes sabiam que ele estava em São Paulo, mas que não poderiam imaginar que ele estivesse vivendo nas ruas durante todos esses anos.

A vergonha de revelar sua condição à família, em conjunto com a nostalgia dos tempos em que vivia em família, de alguma forma, faziam Carlos se apresentar da forma como descrevi acima. Ou seja, Carlos procurava se manter próximo a sua família da forma como podia. Segundo ele, em sua família, "cabra trabalha desde cedo e não pode chorar". Assim, ele mantinha certa repugnância pelos "mendigos chorões".

Contudo, o caso de Carlos guardava alguns mistérios em especial: visto que não lhe falta disposição para o trabalho, por que em São Paulo Carlos não procurou por uma vida menos dura que a vida nas ruas? Por que se fixou na região da Luz? Por que Carlos transformava o dinheiro de seu trabalho diário em pinga e crack?

Atender as necessidades de Carlos me custou caro no Projeto. O problema consistia na impossibilidade de "ser produtivo" e atendê-lo conforme sua necessidade. Nos dias em que encontrava com ele, dificilmente conseguia alcançar a meta esperada de atendimentos diários. Como andávamos em dupla, minha parceira (que não simpatizava muito com Carlos) costumava a delatar a forma "irresponsável" como eu atuava nas ruas: "perdendo tempo" com um "caso perdido", ao invés de atender aqueles que eram receptivos ao nossos serviços.

Havia um grande pavor, por parte da coordenação do Projeto, em torno da possível reação da Secretária da Assistência Social quanto ao não cumprimento das metas pois o Projeto, tal como outros tantos, era administrado por ONGs. A expectativa da SMADS, fazia com que cada agente sócio-educativo precisasse atender por volta de 20 moradores de rua por dia. A preocupação era fundamentalmente com os números, mas os resultados satisfatórios (entenda: casos de saída das ruas) também constavam nestas expectativas. O pavor se justificava pelas constantes ameaças de perda da habilitação para administrar o projeto, caso os números não fossem compatíveis com a expectativa. Isso me levou a ser advertido diversas

[12]Não saberia precisar, em anos, este período. Mas, sabe-se que Carlos chegou a São Paulo pela antiga Rodoviária da Luz e desde logo se instalou nas ruas. Isso significa que ele está em situação de rua há, pelo menos, 30 anos.

vezes. Naturalmente que as advertências ocasionavam uma grande revolta em mim. Segui durante toda a minha estadia atuando do mesmo modo, assumindo as possíveis conseqüências de meus atos.

Por outro lado, havia os agentes sócio-educativos que eram os chamados "militantes". Com estes, por vezes, eu tinha grande apoio. A militância que era exercida consistia em uma renúncia ao cumprimento das expectativas do Projeto. Não eram raras as vezes em que estes agentes se encontravam nas ruas, para aquilatar um certo discurso organizado de resistência. Em meio a longuíssimos cafés, durante o horário de serviço, confabulava-se e sempre se decidia por não atender ao pedido da coordenação. Ao final do dia, a coordenação não conseguia alcançar o número esperado de atendimentos, a tensão se estabelecia, e os ditos "militantes" voltavam orgulhosos para casa.

É bem verdade que existiam diversos militantes, de diversas causas. O ponto pacífico entre todos, era uma concordância integral com relação às principais reclamações dos moradores de rua, que se caracterizavam pelas reivindicações constantes[13]. Estes moradores de rua reivindicavam o cumprimento integral de todos os seus direitos. Queriam albergues descentes, centros de convivência que funcionassem, empregos dignos, respeito nos serviços do SUS etc.

Os militantes "compravam" a causa destes moradores de rua. Entendiam que o trabalho mais importante a ser feito, era o da resistência. Por sua vez, esta resistência consistia na recusa em produzir números para a Prefeitura. Isso porque, segundo o entendimento deles, a Prefeitura utilizaria estes números como estatística em programas eleitorais. Ou seja, eles não trabalhariam para a Prefeitura se exibir. A resistência seria o verdadeiro trabalho, na medida que promoveria um incômodo que faria o Poder Público fazer a sua parte para solucionar o problema.

Evidentemente que era uma posição respeitável, e com a qual eu tendia a concordar. Mas também era verdade que este argumento era usado para legitimar as tardes e noites de intermináveis e batizados cafés, uma espécie de prolongamento das acaloradas reuniões de Centros Acadêmicos.

Um segundo caso bastante singelo, foi o de Darcy. Também iniciei o contato com ele no Largo Coração de Jesus. Diferentemente de Carlos, Darcy era bastante comunicativo e aberto. Darcy contava com grande simpatia dos outros moradores de

[13] Conforme falaremos adiante, não eram todos os moradores de rua que tinham esta característica.

rua, servindo, por vezes, inclusive de modelo. Paulistano, também deixou para trás, mulher e filho quando se instalou nas ruas.

Darcy era alguém que, aparentemente, aceitava o tipo de ajuda que o Projeto tinha a lhe oferecer. O “plano estratégico”, todavia, sempre era “reiniciado do início” em decorrência dos “desvios” de Darcy. Ou seja, era comum ele aceitar o albergue como “lar provisório”. Uma vez albergado, ele saia pelas manhãs procurando empregos. Muitas vezes, levado por nós à entrevistas que conseguia no CAT (Central de Atenção ao Trabalhador). Eventualmente encontrava um emprego em que permanecia por algum tempo. Contudo, não tardava a voltar às ruas, onde encontrava-se com seus compadres, com quem bebia e, eventualmente usava crack.

O caráter crônico do caso de Darcy foi usado diversas vezes em reuniões. A coordenação do projeto nunca entendia, ao certo, o porquê dessas recaídas. Em um primeiro momento, normalmente, as explicações eram animadas por reações de cunho emocional. Costumeiramente, apontavam para a “falta de caráter” ou “vagabundagem”. Por vezes a explicação também era a "falta de personalidade". Darcy seria alguém "muito facilmente influenciável". Não obstante, após algum tempo, as explicações voltavam a adotar certa ponderação. As recaídas seriam reflexos da situação de miserabilidade, que caracterizava toda a população de rua.

Por sua vez, os militantes também encontravam dificuldade de entender o caso Darcy. Contudo, essa dificuldade era bem distinta. Se a coordenação do projeto não entendia as recaídas, a dita "militância" não entendia a predisposição voluntária de Darcy em se deixar conduzir por aquele "plano estratégico", repleto de incoerências e contradições.

Se a figura de Carlos se aproximava da figura de um soldado na defesa de sua honra, Darcy seria uma espécie de "louco simpático". Cada dia ele estava de um jeito. Por vezes, ele se apresentava como um homem de negócios pronto a fazer riqueza "capitalizando as habilidades não aproveitadas dos seus companheiros". No outro dia estava a encenar a figura do humilde velhinho que havia sido abandonado por todos os familiares, e assim por diante. Sempre me parecia que suas tentativas de se inserir no "plano estratégico" devia-se muito mais à sua incapacidade de recusar qualquer tipo de convite, do que ao desejo afirmativo pelo mesmo.

Apesar disso, lembro-me de uma conversa com Darcy que foi bastante marcante e significativa para mim. Em uma dessas idas e vindas, encontro-me com ele e

pergunto sobre o porquê ele sempre acabava desistindo e voltando às ruas. Ele disse algo como: “Trabalhar para quê, meu filho? Na rua, só passa fome e frio quem quer! Luxo não tem, mas de resto, tenho tudo o que preciso!". Darcy passava muito de seu tempo no Largo Coração de Jesus, na companhia de outros moradores de rua. Na praça, ele se entretinha contando histórias e encenando teatralizações engraçadíssimas.

Darcy tinha um filho, já adulto, que às vezes o procurava pelas ruas. Em uma dessas vezes, conversei um pouco com o rapaz sobre seu pai. Ele disse que o pai era uma boa pessoa, mas que se perdeu na vida por conta do desemprego e do alcoolismo. Disse que o pai sempre bebeu, mas em sua compreensão, passou a ser alcoólatra à medida em que *não parava em emprego algum*. Nós, do Projeto, sabíamos que o plano estratégico dificilmente funcionaria, de fato, para Darcy. Então, passamos a tratá-lo como "paciente CAPS" (Centro de Atenção Psicossocial)[14] e tentamos fazer com que ele se conscientizasse de seu problema. Sim, nessa altura, o projeto tinha a compreensão de que o alcoolismo era seu problema e que, enquanto não fosse tratado, nosso plano estratégico não funcionaria. Em nenhum momento, o próprio plano estratégico foi questionado, ao menos não oficialmente.

Lembro-me perfeitamente de um episódio, em que pareceu haver consciência da insuficiência do plano estratégico, por parte de uma autoridade competente. Foi em uma reunião para capacitação dos agentes sócio-educativos, promovida pela SMADS, de presença obrigatória a todos. Após uma série de explicações científicas e sociológicas sobre questões de alcoolismo, toxicomania, a questão dos efeitos da desigualdade social, etc; procurei o palestrante (que era uma espécie de consultor técnico do projeto) para apontar algumas de minhas experiências em que, ao menos para mim, se evidenciou que todas aquelas explicações não seriam suficientes para explicar o problema do morador de rua.

Disse a ele que havia muitos casos de moradores de rua que provinham de uma "situação de casa", razoavelmente boa. Ou seja, que muitos deles tinham trabalho, família, escolaridade, etc; mas que, por algum outro motivo, acabaram nas ruas. O palestrante olhou para mim e disse que tinha ciência disso. Mas, ao menos

[14]O Projeto passava a chamar de "paciente CAPS" os moradores de rua que , supostamente, se empenhavam mas não conseguiam êxito no "plano estratégico" em decorrência de doenças como o alcoolismo, a toxicomania ou a doença mental.

oficialmente, a explicação mais condizente seria a que ele havia mencionado. Aquilo ficou na minha cabeça. Por que aquela seria a explicação, oficialmente, mais condizente?

O exemplo de Darcy era um desses casos. Uma daquelas "pedras no sapato" do Projeto. Figura conhecida por todos (tanto das ruas, quanto dos outros projetos que trabalham na região), o "esquecimento" seria impossível. O Projeto não poderia fingir que "não viu" Darcy. Portanto, mesmo diante dos seguidos fracassos, o Projeto se via obrigado a continuar tentando.

Darcy, sempre muito alegre e brincalhão, me confessou um dia em que lhe perguntei sobre sua vida antes das ruas, que *era muito chato ser sempre a mesma figura*. Ele se referia as identidades de pai de família, marido e trabalhador da industria. Ele dizia que sentia falta de poder ser *o que ele quisesse ser*. Se para Carlos era muito difícil ser ele mesmo, para Darcy, era muito chato.

Um terceiro caso bastante significativo foi o de Amaral. Um senhor, também pai de família que deixou mulher, filhos e emprego. O caso de Amaral era um pouco diferente dos outros dois. Ele tinha uma curiosa e peculiar predisposição de aderir ao plano estratégico. Inclusive introjetava o *olhar oficial* conferido ao morador de rua, a saber, *uma vítima de um sistema excludente*[15]. Pode-se considerar que, de certo modo, Amaral *investia* bastante naquilo que lhe era oferecido para sair das ruas.

Amaral era uma figura peculiar. De pouquíssimas palavras e, tal como Carlos, procurava o isolamento. Contudo, ao contrário de Carlos, Amaral se mostrava absolutamente refratário ao trabalho. Sua rotina consistia em uma aplicada busca por todos os serviços públicos que sua condição de morador de rua lhe garantia. Assim, ele passava o dia em Centros de Convivência, fazendo pinturas, artesanatos, aulas de dança, etc. Invariavelmente, sempre que nos avistava, Amaral nos convocava e pedia explicações sobre o porquê dele permanecer nas ruas.

Todos os agentes sócio-educativos se constrangiam com casos como o de Amaral. A postura unívoca e reivindicativa, dificultava qualquer aproximação. Havia grande dificuldade em conhecer as formas de sofrimento que ali se desenvolviam, na medida em que as tentativas de vinculação eram flagrantemente inviabilizadas por uma certa opacidade subjetiva, que caracterizava estes casos.

---

[15] Este olhar oficial será devidamente caracterizado na próxima sessão.

Amaral só rompia seu silêncio, ao nos ver, para nos acusar de sua situação (nós seríamos os responsáveis) e/ou cobrar providências (o que iríamos fazer para remediar aquilo que nós mesmos teríamos causado?). Como em todos os demais casos, havia algumas situações em que, de fato, ocorriam falhas de nossa parte. Um exemplo dessas falhas eram as chamadas emergenciais. Nestas chamadas, a coordenação do projeto, atendendo a uma solicitação, nos pedia para que fossemos a um certo endereço, convencer um morador de rua a se levantar da porta de um prédio em que dormia. Esses chamados eram feitos por munícipes diretamente aos órgãos públicos coordenadores do Projeto. Em casos deste tipo (ligações de munícipes), éramos imediatamente acionados para ir à localidade tentar convencer o morador de rua a deixar o local. Isso se caracterizava como uma falha quando, por exemplo, havíamos marcado um encontro com algum morador de rua para levá-lo para algum lugar. Obviamente, antes de irmos à localidade delegada, procurávamos ir ao local onde havíamos marcado o encontro para avisar (ou ao próprio morador, ou a outros que o conheciam) sobre o atraso que ocorreria.

Em casos como o de Amaral, situações assim serviam como forma de legitimação de suas reivindicações. O que para casos como aqueles representados por Carlos e Darcy, significavam nada além de um pequeno atraso, para o grupo representado pelo caso Amaral o atraso ganhava dimensões de escândalo.

Tal qual Carlos, Amaral tendia a manter certo afastamento dos demais moradores. Mas, diferentemente do primeiro, o motivo não era certa repugnância pela imagem de "mendigo" - pelo contrário, Amaral se apresentava como um mendigo. Havia uma coincidência muito grande entre o seu discurso sobre si mesmo e o discurso que já está positivado sobre o morador de rua. Ele não demonstrava interesse pela vida das outras pessoas, assim como evitava acessar aspectos de sua própria vida, o que tornava, de modo geral, muito difícil conviver com ele. Sobretudo para os agentes, era um desafio sustentar o contato com Amaral; quando eventualmente o assunto tangenciava sua vida anterior ao período nas ruas, a conversa pouco se desenvolvia, e Amaral retornava ao monotema de seu sofrimento presente pela ausência de benefícios.

Essa identificação com a figura do mendigo fazia com que ele aderisse de um modo bastante fiel àquilo que o Projeto esperava. Ele seria um sujeito *com os direitos humanos violados por um sistema excludente* e, portanto, só poderia se reerguer a

partir da ajuda do Governo. Sua expectativa era a obtenção de todos os benefícios que sua condição pudesse gerar.

Como já disse, o curioso deste(s) caso(s) era a identificação plena com a figura do morador de rua. Isso era um problema porque sempre que avançávamos com o plano estratégico, Amaral encontrava um jeito de "furá-lo". Por exemplo, sempre que conseguíamos fixá-lo em algum albergue (etapa necessária para a dita ressocialização, objetivo do Projeto) ele dava um jeito de ser descredenciado. O mesmo com relação aos empregos. Após algum tempo, sempre ocorria a demissão. De certo modo, ele sabia que a fixação em um albergue e o ingresso em um emprego, eram os primeiros passos para a sua ressocialização, algo que parecia lhe infligir grande temor. Diante disso, ele voltava a se fixar nas ruas, se por a mendigar e reivindicar seus direitos.

Amaral não era um caso isolado. Muitos moradores de rua desenvolviam uma postura semelhante. E a maioria, tal qual Amaral, punham-se a beber quantidades enormes de álcool por dia e fazer uso de crack. Curiosamente, estes hábitos também constam na caracterização oficial do morador de rua.

Operando a Política Pública

Qualquer pessoa que já trabalhou em serviços, projetos e/ou equipamentos públicos em geral, reconhece a dificuldade para entender, de modo efetivo, a estrutura em que se insere o seu trabalho. Por estrutura, chamo as instâncias maiores que, no fundo, condicionam a existência e a consistência do trabalho.

Do ponto de vista prático, esta dificuldade está presente no cotidiano dos trabalhadores. Ela aparece na forma de impeditivos. Por exemplo: durante um atendimento de morador de rua, a equipe percebe que não há como ajudá-lo a *recuperar a autonomia, transformá-lo em um sujeito de direitos e contribuir com sua ressocialização* (termos constantemente usados) sem que, por vezes, sua ação seja percebida como *autoritária,desumana* e, até, *anti-ética*.

Penso, por exemplo, em alguns casos de moradores que, conforme a experiência demonstrava, só respondiam positivamente quando, por exemplo, tinham sua demanda, calculadamente, recusada (ou negociada) pelo agente sócio-educativo;

nestes casos, para qualquer pessoa minimamente versada em Psicanálise, era notório que não poderia haver qualquer progresso no atendimento (ou seja, o *vínculo*, como está posto na expressão oficial) sem que fosse respeitada a noção de *transferência*, e particularmente de *transferência negativa*[16]. Ora, deve-se destacar que a formação em Psicologia (portanto, alguma instrução em Psicanálise) é privilegiada para a ocupação do cargo de agente sócio-educativo justamente por um reconhecimento difuso (e confuso) de que estes profissionais teriam o saber instrumental para reconstruir as condições necessárias ao "vínculo" e à "auto-estima". Todavia, a coordenação dizia temer represálias caso autorizasse os agentes sócio-educativos a adotar a conduta de recusar ou negociar as demandas dos moradores (ou seja: a conduta de "manejar a transferência"). Ao invés disso, os agentes se viam obrigados pela coordenação a recorrer ao que era chamado de *abordagem compreensiva* (com um sentido genérico; algo que um psicanalista qualificaria como *"sugestão"*) com estes moradores. Como era previsível, o processo de vinculação com tais moradores era inviabilizado e a equipe se frustrava e se irritava com a coordenação. Do meu ponto de vista (e seguramente de muitos que lá trabalhavam) a situação era uma grande incógnita. Afora a impressão de incoerência entre os termos do Projeto e sua prática, isto tudo provocava uma clara sensação de que não havia a mínima autonomia para qualquer tipo de intervenção, mesmo que se mostrasse necessário.

Da inquietação com a sensação de controle total, passei a procurar entender qual era a estrutura oficial, e a "oficiosa", na qual o Projeto Atenção Urbana estava inserido. O resultado desta busca foi um dos principais disparadores do desejo que embasa o esforço desta dissertação.

É importante dizer que uma descrição detalhada de toda a estrutura incidente no trabalho direto com moradores de rua pelo Projeto Atenção Urbana, ocuparia um espaço enorme desta dissertação. Por isso procurei trazer apenas as informações

---

[16]No verbete sobre "transferência", Roudinesco e Plon (1998) dizem: *Foi por ocasião da análise de Dora (Ida Bauer) em 1905, que Freud teve realmente sua primeira experiência, negativa, com a materialidade da transferência. Ele atestou, a contragosto, que o analista de fato desempenha um papel na transferência do analisando. Ao se recusar a ser objeto do arroubo amoroso de sua paciente, Freud opôs uma resistência que, em contrapartida, desencadeou uma transferência negativa por parte dela.* Lembram ainda que em *Em 1912, em A dinâmica da transferência,* Freud *distinguiu a transferência positiva, feita de ternura e amor, da transferência negativa, vetor de sentimentos hostis e agressivos.*

que considerei mais relevantes para circunscrever um problema que me pareceu mais importante.

Um primeiro marco fundamental para entendermos esta estrutura é, sem dúvida, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a), instituída pelo Decreto Presidencial 7053, de 23 de Dezembro de 2009, fruto dos debates e reflexões do Grupo de Trabalho montado por representantes de diversos Ministérios, organizações e representantes da sociedade civil organizada. A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (PN) nasce com o objetivo expresso de *orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos*. (BRASIL, 2008a).

A PN trabalha em quatro grandes tópicos. Primeiro traz uma explicação sobre os fatores que ocasionam e acarretam a reprodução constante do fenômeno; depois passa a descrever o fenômeno com base na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008b); mais a frente estabelece alguns princípios e diretrizes pelos quais a ação pública deve se nortear no trato com a população de rua; por último, estabelece uma agenda mínima do que deve ser feito quanto ao enfrentamento do problema.

Por se tratar de um documento princeps na compreensão desta estrutura que embasa o Projeto Atenção Urbana, é importante entender suas linhas mestras. Essa compreensão também será importante para, adiante, entendermos algumas das dificuldades enfrentadas pelos agentes sócio-educativos e, conseqüentemente, para se alcançar alguma transformação efetiva na situação do morador de rua.

A Política Nacional entende que a *condição miserável* do morador de rua é *reflexo de algo profundamente enraizado na sociedade brasileira, desde a formação das primeiras cidades, a saber: a lógica do sistema capitalista que pressupõe a pobreza como condição de sua existência* (BRASIL, 2008a). Assim, a condição do morador de rua seria perfeitamente entendida a partir das noções de *exclusão, desenraizamento e privação* (BRASIL, 2008a). Portanto, os moradores de rua, segundo a PN, devem ser entendidos como *vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes* (BRASIL,2008a).

Com base na Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua[17] (BRASIL, 2008b), a PN dá ênfase as características socioeconômicas, formação escolar, trajetória de rua, histórico de internação em instituições, vínculos familiares , situação de trabalho, entre outros. Segundo consta neste documento, no âmbito nacional, a maior parte da população é adulta, sendo predominante a faixa etária de 25 a 44 anos e negra (conjunto formado entre os que se declaram pardos e pretos). A renda semanal predominante oscila entre $20 e $80. Quanto ao nível de escolaridade, a população em pauta sabe ler e escrever na maioria dos casos, contudo quase a metade não terminou sequer o primeiro grau. Quanto a trajetória de rua, a grande maioria elencou como motivo para passar a viver nas ruas problemas com álcool/drogas, desemprego e/ou desavenças familiares. Eles advém predominantemente do mesmo município ou de municípios do mesmo Estado de origem. A maioria possui parentes na cidade onde se encontram mas, ou não mantém contato com os mesmos, ou mantém contatos esparsos. A população de rua é composta predominantemente por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada na economia informal. A grande maioria não é atingida pela cobertura de benefícios advindos de programas governamentais. Assim, a PN conclui que *o olhar atento sobre a realidade desse público permite concluir que as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizando-se de diferentes estratégias para sobrevivência. Propor políticas públicas nessa área requer identificar algumas dessas estratégias* (BRASIL,2008a).

A partir disso, a PN traça uma lista de princípios, diretrizes e um plano estratégico de implementação. Com seus princípios, a PN preconiza a promoção e garantia da cidadania (direitos sociais, políticos, econômicos e culturais), dos direitos humanos e é contra qualquer discriminação (por motivos de gênero, orientação sexual, origem social etc). As diretrizes tem como meta a ação inter setorial, para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia de direitos, o resgate da autoestima e a reorganização dos projetos de vida. As ações estratégicas são destinadas a toda sociedade, tanto para gestores governamentais quanto para a sociedade civil. As ações envolvem setores do trabalho/emprego, direitos humanos,

[17]Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua realizada no âmbito nacional em 2007) . São Paulo e algumas outras cidades já haviam feito uma pesquisa semelhante, no âmbito municipal. Motivo pelo qual São Paulo não foi incluído na Pesquisa Censitária Nacional.

desenvolvimento urbano/habitação, assistência social, educação, segurança alimentar/nutricional, saúde e cultura.

A PN, portanto, é o documento princeps quanto a orientação da ação social destinada a população em situação de rua. Este documento produz incumbências às esferas do poder público (Federação, Estado e Município) a partir das chamadas ações estratégicas, cuja proposta é conferir concretude às diretrizes e princípios por ela assumidos. A experiência acumulada no trabalho com uma destas ações, motivou nosso interesse por dedicar atenção especial à mesma, como forma de compreender as vicissitudes da estrutura montada para atuar diante da situação do morador de rua.

À Assistência Social, a PN elencou sete ações estratégicas, quais sejam: 1) Estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues; 2) Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da população em situação de rua; 3) Inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais; 4) Assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 5) Inclusão de pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada e no Programa Bolsa Família, na forma a ser definida. 6) Conferir incentivos especiais para a freqüência escolar das pessoas inseridas nos equipamentos da Assistência Social, em parceria com o Ministério da Educação; 7) Promoção de novas oportunidades de trabalho ou inclusão produtiva em articulação com as políticas públicas de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social. (BRASIL,2008a).

O Projeto Atenção Urbana (São Paulo, 2009) se constitui como um projeto desta rede de proteção social, que é de incumbência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). A perspectiva das diretrizes que balizam o projeto em pauta –sobretudo a Norma Básica de Assistência Social prevista no SUAS (Sistema Único de Assistência Social)- responsabiliza-o pelo desenvolvimento da capacidade de conhecer as formas de

vulnerabilidade social da população e do território. Visto que o projeto se estende por diversos distritos da cidade, o capítulo destinado à sua apresentação estipula que os trabalhos se iniciam com a realização de um diagnóstico do território, com o objetivo expresso de conhecer o perfil e os locais de permanências e/ou fixação de adultos em situação de rua. A etapa do diagnóstico de perímetro é assumida como fundamental, para que a equipe de coordenação técnica possa guiar os agentes sócio-educativos, que farão o trabalho de aproximação dos grupos e, com eles, desenvolverão um trabalho de vínculo. O diagnóstico de perímetro também é tido como fundamental por auxiliar na compreensão da realidade social e das causas geradoras da situação de rua e, portanto, condição de uma intervenção eficaz.

Uma vez no campo, caberá aos agentes sócio-educativos a realização do estabelecimento do vínculo de confiança para estimular o desejo de deixarem as ruas como lugar de sobrevivência e moradia. Este trabalho deverá ser feito mediante o desenvolvimento de ações que possibilitem conhecer cada história de vida, priorizando a garantia do direito à convivência familiar e comunitária. O edital (São Paulo, 2009) expressa a parceria com a rede assistencial de abrangência do CRAS Regional Sé. A proposta é que através de abordagens caracterizadas pela formação do vínculo de confiança entre orientador sócio-educativo e adulto em situação de rua, em conjunto com o apoio da rede assistencial articulada, consiga-se alcançar os objetivos de orientar, encaminhar, monitorar e manter a vigilância das situações de risco social.

O edital assume que o Projeto Atenção Urbana deve ser entendido como processo fundamental de construção de um projeto de vida fora das ruas. A metodologia do trabalho deve contemplar os eixos da educação social de rua e a processualidade do trabalho, priorizando os aspectos da história de vida, história familiar e a história institucional. Assim a Atenção Urbana consiste numa relação dinâmica, contínua e dialógica, partindo do pressuposto de que um projeto pedagógico precisa ser norteado por uma concepção de educação social que propicie a participação do sujeito na construção de um projeto de vida ético, político e coletivo.

A proposta do projeto é que estes indivíduos devem ser sujeitos ativos na construção de seu projeto de vida, o que garantiria a apropriação de seu processo histórico, fundamental para o êxito da ação. Assim, a partir deste plano de ação, se almeja que estes indivíduos saiam da situação de rua pela via da inclusão familiar,

comunitária e/ou rede de serviços. Outra meta traçada, e acentuada como sumariamente importante, é o estabelecimento de dialogo com a comunidade local, no sentido de fazer a sociedade compreender a importância da saída das ruas pela via da reintegração familiar e comunitária. Esta aceitação da comunidade é ancorada a uma condição para o resgate da dignidade e autoestima, fundamentais para a reconstrução dos projetos de vida.

Por último, a sessão de apresentação do Projeto Atenção Urbana elenca os indicadores de avaliação considerados. Na prática, toda a retórica do Projeto é traduzida, ao final de cada mês, nos termos dos seguintes indicadores.

- Número de pessoas identificadas no território de atuação do projeto;
- Número de pessoas abordadas/mês, por sexo e faixa etária;
- Número de famílias abordadas/mês, por tamanho (número de componentes) e composição;
- Número de pessoas com deficiência abordadas/mês, por sexo e faixa etária
- Número de encaminhamentos/mês, por tipologia;
- Número de encaminhamentos/mês, por segmento e tipologia (ex: mulheres com crianças; idoso encaminhado para Núcleo de Convivência);
- Número de pessoas inseridas na rede de projetos públicos/mês, por sexo e faixa etária;
- Número/mês de novos pontos detectados, em ruas e avenidas, com presença e concentração de adultos;
- Número / mês de abordagens realizadas, por território / distrito conveniado;
- Número / mês de abordagens realizadas, por período de trabalho – manhã, tarde e noite;
- Número / mês de abordagens realizadas, por atividade exercida, na rua;
- Número de participantes por atividade realizada em grupo e por tipo/mês (atendimento social);
- Relação nominal dos atendidos mensalmente.

Reservei para o final desta sessão o arrolamento destes indicadores utilizados pelo Projeto para avaliação do trabalho. É notório, e compreensível, um certo estranhamento para com ele. Aparentemente, ele surge como um corpo estranho

em uma plataforma de Política Nacional caracterizada por um viés eminentemente qualitativo. Ou seja, a pergunta disparadora para avançarmos seria: o que estes indicadores revelariam sobre a natureza não expressa deste Projeto?

Capítulo 3

A Modernidade e suas Vicissitudes

Diante das ditas coisas humanas, a ciência tem utilizado duas formas de abordagem - contrárias em muitos aspectos, e freqüentemente irreconciliáveis - de entender e intervir. A primeira delas tende reduzir a imensa variedade de fatores que incidem em um dado fenômeno, sob o argumento de que, exatamente por se tratar de algo complexo, seu conhecimento exige que seja decomposto em suas (supostas) partes mais simples. Trata-se de uma manobra reducionista que, basicamente, recomenda ao sujeito cognoscente priorizar aquilo que é essencial para formular uma explicação o mais completa possível do fenômeno, abstraindo tudo quanto, pelo menos até o momento, permanece incognoscível. A segunda forma busca a consideração da essência (ignorada até o momento, por isto mesmo buscada) do fenômeno que, supostamente, indexaria sua complexidade e permitiria sua compreensão. Trata-se aqui de uma atitude antireducionista, que confere - digamos assim - dignidade epistêmica, tanto à complexidade do fenômeno, quanto à situação de ignorância do estudioso, de tal modo que isto mesmo deverá, necessariamente, constituir os contornos metodológicos que poderão pautar o empreendimento cognoscitivo.

No âmbito do conhecimento científico, sobretudo da Psicologia Social, esta é uma das questões de base que segundo Munné (2012) deve pautar a agenda da disciplina no século XXI, se quisermos avançar no enfrentamento e solução de problemas que muitos pensadores vêm, há algum tempo, apontando.

A relevância deste tipo de empreendimento antirreducionista torna-se suficientemente clara a partir de uma anedota descrita por Munné (2012). Trata-se de uma ocasião em que um crítico de música foi à casa de Richard Strauss para entrevistá-lo. O famoso autor de lindos poemas sinfônicos recebeu o crítico no jardim de sua casa. Conta-nos o entrevistador que Strauss fora subitamente destituído do estatuto de titã ou semideus. Isso porque o entrevistador encontrou um homem que limpou os sapatos em três tapetes diferentes antes de se acomodar para dar início à entrevista. Desta anedota, Munné (2012) extrai um exemplo modelar de um tipo de acontecimento que fala sobre a complexidade do

comportamento humano: sem qualquer intencionalidade, Strauss ofertou *informações faltantes* ao entrevistador, que procederam a uma abrupta mudança na impressão e compreensão que o entrevistador detinha sobre seu entrevistado. Com efeito, a imprevisível confrontação com estas informações faltantes condicionaram a forma como se deu a interação com o entrevistado. De acordo como o autor *a descoberta de um dado a mais, em princípio insignificante, fez mudar abruptamente a impressão e compreensão que se tem do personagem: um homem casado, como interpreta o crítico de música que conta a anedota (ou um homem maníaco por limpeza, como outro poderia interpretar), dado que em qualquer caso condiciona a interação com aquele*. Segundo Munné (Munné, 2012), a posição inicial do entrevistador era de reduzir Strauss à figura *divinal* do grande compositor, mas, a partir da confrontação com a informação faltante, isto não foi mais possível - com efeito, tornou-se necessário integrar ao grande compositor sua *humana* condição cotidiana.

Se o reducionismo caracteriza a posição dominante nas ciências sociais, como afirmam hoje tantos pensadores, inclusive Munné no mesmo texto, não ocorreria algo parecido no âmbito das intervenções sociais que se fundamentam nestes enunciados?

Ainda no mesmo texto, o autor lança-nos a questão: *Por que ciência busca a explicação mais simples possível para o comportamento humano*? (Munné, 2012). Sua resposta aponta enfaticamente para o *Paradigma da Complexidade* como a chave que permitirá à Psicologia Social do século XXI transformar seus métodos de entender a realidade humana e nela intervir, conduzindo a formas de compreensão capazes de alterar o sentido dos problemas e, conseqüentemente, das soluções.

Ainda seguindo as coordenadas de Munné (2012), faz-se necessário tecer breves linhas explicitando a perspectiva daquilo que sustenta este consagrado, e atualíssimo, meio de conhecimento da realidade, majoritariamente preconizado pela ciência, algo que fala sobre o *paradigma da simplicidade.*

Não seria novidade dizer que os princípios aristotélicos, da *contradição* e do *terceiro excluído*, orientam logicamente a metodologia científica. Todavia, não parece tão evidente dizer que data do mesmo período a genealogia do paradigma que subentende consistir no simples, o essencial. Não obstante, será a partir do fim da

idade Média e início da Modernidade que estas noções aparecerão explicitamente. Segundo Munné, será a partir do século XIV que este suposto fundamental é explicitado e aplicado diretamente à teoria e ao método da ciência, quando três dictas desenvolveram e consolidaram a simplicidade como princípio que outorga o qualitativo "científico" ao conhecimento e à explicação (Munné, 2012).

As três *dictas* que o autor faz alusão reportam-se a William de Ockham (século XIV), René Descartes (século XVII) e Wilhelm Leibniz (século XVI). Cada um destes pensadores, ao seu modo, defenderá que a explicação científica não deve ir além do necessário (Ockham), do essencial (Descartes) e do suficiente (Leibniz). Mas, pergunta Munné, *o que se deve entender como necessário, essencial e suficiente? E, o que não deve ser considerado desnecessário, não essencial ou insuficiente?* (Munné, 2012)

A chamada navalha de Ockham é o critério que parece embasar a orientação dominante do método científico e do *paradigma da simplicidade*. A exigência pela *economia do necessário* na pesquisa científica, embasa todo um empreendimento que elege a simplicidade como critério valorativo para teorias e metodologias: *assim, as melhores teorias acabam sendo as mais simples em sua formulação, e frugais em sua aplicação* (Munné, 2012). Quanto à complexidade, diferentemente do que se poderia intuir a partir de uma simples antítese do que foi até agora exposto, não se trata de um elogio dignificante de complicações - aliás, trata-se de um engano bastante comum a equiparação da complexidade com complicações desnecessárias, e caberão algumas linhas de esclarecimento a este respeito.

Há um grande grupo de teorias que, em seu conjunto, formam as chamadas *teorias da complexidade*. Já é possível retratar a historicidade destas teorias, fazendo uma disposição geracional[18]. O ponto a ser destacado é que é sabido que estes sistemas não tratam de excepcionalidades, mas sim de elementos constitutivos da esmagadora maioria de sistemas de ação encontrados na realidade material e imaterial (Munné, 2012). O autor chama a atenção, todavia, para aquilo que ele vem chamando de *complexidade forte*, envolvendo diferentes níveis de teorização sobre

[18]Em um primeiro momento, encontramos representantes deste pensamento complexo *na primeira sistêmica (von Bertalanffy) e pela cibernética de primeira ordem (Wiener)* (Munné, 2012). Depois, já se pode adentrar em teorias ainda mais radicais sobre a complexidade: *existem sistemas com feedbacks heterostáticos (von Foerster), sistemas distantes do equilíbrio como sendo processos emergentes (Prigogine), sistemas nebulosos ou que carecem de limites precisos (Zadeh) etc.*

o caos, a emergência, a auto-organização, as catástrofes, os processos fractais e os conjuntos nebulosos[19].

Naturalmente que cada uma destas teorias surge dentro de um contexto específico e, também, engajada a determinados problemas teóricos de alguma disciplina específica; não obstante, configuram um paradigma orientador do conhecimento e da explicação científicos que subvertem aspectos fundamentais da ciência dominante, como bem destaca Munné.

Não faz parte do programa desta dissertação a exaustiva incursão pelo fabuloso universo das teorias da complexidade, visto que o mesmo aponta para outros objetivos. Dentro do que nos diz respeito, mostra-se essencial apontar os riscos e efeitos intrínsecos da aceitação inconteste do paradigma da simplicidade. Dentro de uma análise sócio-psicológica da Modernidade - período no qual notoriamente se estabelece o paradigma da simplicidade - as estratégias de simplificação articulam-se com a necessidade de estabilização identitária, que necessitariam de certezas para se consolidarem (Figueiredo, 1999). Não obstante, a título de encadeamento de idéias, pode-se dizer que estas teorias (as Teorias da Complexidade) afrontam substancialmente um eixo bastante caro ao paradigma da simplicidade: a noção de linearidade. Ou seja, a noção que estabelece proporcionalidade entre causa e efeito - afrontamento ilustrado pelo que ficou conhecido como 'efeito borboleta', bem resumido na frase: *o bater de asas de uma borboleta no Brasil pode ocasionar um tornado no Texas* (Lourenz, 1993 apud Munné, 2012).

Em função deste afrontamento a um pilar significativo do paradigma dominante, estes postulados encontram grande resistência para serem devidamente assimilados ao esforço teórico, metodológico e, sobretudo, interventivo - e isto particularmente no caso das ciências humanas e sociais, cujo objeto de interesse, de um jeito ou de outro, recai sempre no humano e em seu comportamento. Naturalmente, isso se revela um grande problema na medida em que evidencias da complexidade do comportamento humano são tão notáveis, senão gritantes. Afinal, *se em um comportamento individual ou social há auto-organização, fractalidade, caos, imprecisão (*e tudo indica que sim)*, devemos entendê-los e explicá-los em termos complexos* (Munné, 2012).

---

[19]Para saber mais sobre isso: MUNNÉ, F. (1995) *Las teorías de la complejidad y sus implicaciones en las ciencias del comportamiento. Revista Interamaricana de Psicologia*, 29(1), 1-12

Claro que não é sem motivo que as ciências humanas e sociais esquivam-se de adotar a perspectiva da complexidade. Antes de mais, como Munné bem nos adverte, esta perspectiva nos defronta com as limitações de qualquer possibilidade de predizer, regular e controlar, mostrando-nos um mundo de incertezas. Talvez esta seja uma imagem verdadeira de nosso mundo, mas à primeira vista não é muito alentadora! Além disso, em nosso tempo a incerteza não “cai bem” em cientistas e é tão desconfortável enfrentar o desconhecido como admitir o desconhecimento. Mesmo assim, num esforço de bem pensar, esta dissertação pretendeu tecer algumas reflexões acerca de questões ligadas aos moradores de rua do bairro da Luz adotando, tanto quanto possível, uma inspiração no Paradigma da Complexidade. Acreditamos que isto servirá, senão a ilustrar, ao menos sugerir a potencialidade deste paradigma para a abordagem de grandes problemas contemporâneos, com vistas ao estabelecimento de um modo ético de enfrentá-los.

Estabelecida uma de nossas principais inspirações acerca do "fazer psicológico", é chegado o momento de explicitar a forma como esta concepção se articula com o desejo que impulsionou esta dissertação.

Ora, é bem verdade que o ano e meio que passei nas ruas da Luz a trabalhar com moradores de rua, são lembrados como o ano e meio do psicólogo social procurando, intimamente, dar cabo a uma espécie de "agenda secreta". Conforme abordado nas sessões anteriores, o descompasso entre o "plano estratégico" e a dimensão do vivido dos moradores de rua, parecia ser uma fonte central do notório insucesso na implementação dos ideais fomentados pela Política Pública. Tal qual a anedota de Munné, acerca do encontro do entrevistador com Richard Strauss, sobre a súbita mudança de percepção e a conseqüente retificação na conduta daquele, a partir da emergência de *informações faltantes*, algo parecido me pareceu viável quanto a figura do morador de rua.

Ou seja, a imagem do morador de rua, projetada pela apreensão da Política Nacional, me pareceu em falta com alguns elementos constitutivos do mesmo. Além do dado empírico, ou seja, aquele que colhi ao longo do período em que fui um agente desta Política, os dados estatísticos parecem apontar para a mesma conclusão. A última pesquisa censitária encomendada pela Prefeitura de São Paulo, aponta para um aumento no número de pessoas em situação de rua (SÃO PAULO, 2011), mesmo após a implementação de Projetos e Serviços apoiados nas

disposições da Política Nacional. A pesquisa censitária, além de apontar para este aumento geral, ainda informa que a região da Luz se destaca como a mais populosa.

Com as leituras e debates, procurava uma forma de articular as diversas "pontas" que sempre apareciam quando me colocava a pensar nesta minha experiência com os moradores de rua, na condição de agente da Política Pública. O meu desejo, enquanto pesquisador, não era outro senão entender uma forma de melhor atuar diante daquelas pessoas que, inegavelmente, vivem em uma difícil situação. A partir da minha experiência, em conjunto com minhas investigações teóricas, passei a considerar a hipótese de que a cotidiana reiteração da situação em foco poderia advir de uma formulação insuficiente do problema. Em outras palavras, *a presença de informações faltantes* na Política Nacional e, em todos os trabalhos por ela orquestrados, me pareceram uma importante fonte da sabida manutenção da situação do morador de rua. A anedota de Richard Strauss acerca da súbita alteração na conduta do entrevistador nos parece bastante factível e, por isso, inspiradora. Assim, torna-se inevitável o questionamento sobre o que estaria em falta na apreensão da PN acerca da situação da qual se propõe tratar.

Seguindo esta impressão inicial, e à medida que entrava em contato e me aprofundava nos estudos sobre a Modernidade e suas vicissitudes, passei a suspeitar que o reiterado insucesso da Política Nacional deriva da insuficiência de sua premissa fundamental, que estabelece uma relação causal simplista entre os *processos sociais, políticos e econômicos excludentes* e a problemática *miserabilidade* a que estão reduzidos os moradores de rua, *vítimas* deste processo (BRASIL, 2008).

Com base nesta premissa é possível se concluir que: primeiro, é preciso resolver tal situação miserável (o morador de rua tem que deixar de sê-lo); segundo, para corrigir as conseqüências da *exclusão, desenraizamento e privação* é preciso (e bastará) ofertar aos moradores de rua aquilo mesmo que, antes, lhes faltou e, terceiro, uma vez devidamente compensados os *processos excludentes* que os vitimizou, os moradores de rua tornar-se-ão cidadãos capazes de construir e realizar um projeto de vida fora das ruas.

Seguindo de perto os apontamentos elaborados por Munné (2012), não podemos vislumbrar possibilidade de algum êxito em intervenções fundamentadas em uma base tão flagrantemente filiada àquilo que o autor designa por Paradigma da Simplicidade. Ademais, conforme já tratado, os indícios empíricos, advindos da própria experiência no manejo com uma intervenção fundamentada nesta perspectiva, somados aos resultados do levantamento estatístico elaborado pela Pesquisa Censitária, corroboram aquilo a que nos remete a leitura do autor espanhol, quando aproximado da situação do morador de rua.

Do nosso ponto de vista, os estudos dos processos de subjetivação característicos da Modernidade oferecem trajetos apropriados para a busca de *informações faltantes* que, uma vez integradas à compreensão e explicação da situação dos moradores de rua, permitiriam uma intervenção mais pertinente e resolutiva da questão. Inspirados na perspectiva da complexidade e nos estudos dos processos de subjetivação característicos da Modernidade, consideramos que a Psicologia Social pode (e deve) contribuir para esta transformação, esforçando-se no sentido de oferecer subsídios teóricos que, em um segundo momento, poderiam ser traduzidos em orientações práticas no modo de lidar com a situação.

Isto posto, todo o trabalho de pesquisa esteve orientado pelo esforço para articular três teses. A primeira delas, de Luis Cláudio Figueiredo, quando este afirma que a história dos estudos psicológicos está entrelaçada à história da Modernidade, com seus característicos eixos de subjetivação, e às suas vicissitudes; a segunda, de Frederic Munné, quando este afirma que a condição de progresso para a Psicologia Social (e para as Ciências Humanas e Sociais, no geral) seria a superação epistêmica e metodológica do Paradigma da Simplicidade, caracterizado, entre outras coisas, pela linearidade entre causas e efeitos, separação entre sujeito e objeto; a terceira, recorrentemente ensinada por Sandra Maria Patrício Ribeiro a partir de afirmações de diversos pensadores[20], mais ou menos contemporâneos, de que muito dos problemas mais salientes da atualidade derivam da história expansionista da civilização moderna. Segundo a autora, inspirada em Augustin Berque, a urgência em se debruçar no estudo desta expansão justifica-se pela

[20]Talvez as duas principais (ou ao menos, as mais recentes) inspirações de Sandra Maria Patrício Ribeiro sejam o geógrafo orientalista Augustin Berque e o antropólogo Gilbert Durand.

prudente advertência no geógrafo francês: *para que o ocaso da modernidade não seja (também) o ocaso da humanidade* (Berque, 2009; apud Vichietti, 2012a)

Ademais, haja visto o nosso premente desejo por empreender um esforço intelectual direcionado, de alguma forma, a contribuir na atenuação da dramática situação dos moradores de rua, e posto nosso objetivo geral, pode-se dizer que tal empreendimento ganha relevância à medida que contribui para compreender parte dessas informações faltantes. No caso de uma investigação em Psicologia Social, este exercício consistiria especificamente em uma busca pela experiência subjetiva privatizada e, claro, em suas condições de possibilidade e impossibilidade no caso do morador de rua.

Em outras palavras, a partir do dever *desilusionador*, ao qual a Psicologia (deve) estar impreterivelmente reportada (Figueiredo, 1999); a partir da inspiração exercida pela crítica ao Paradigma da Simplicidade (Munné, 2012); e por entendermos (e concordarmos) que há uma relação entre a cultura moderna e as mais diversas e problemáticas situações contemporâneas, nosso trabalho objetivou entender como todas estas teses, quando desenvolvidas, podem encontrar concretude na compreensão da questão do morador de rua.

Garimpando informações faltantes

Faz-se imprescindível, antes de tudo, assinalar os limites da investigação que culminou na presente dissertação. E estes limites encontram sua fundamentação na inexistência de estudos orquestrados pela perspectiva que ora nos serviram como escopo[21].

Semelhante inexistência não pode ser atestada com relação a trabalhos voltados à figura do morador de rua. Dentre estes, o de Maria Lucia Lopes da Silva (Silva, 2006) parece ser o mais emblemático[22]. Este trabalho, dentre outros, é utilizado como subsídio teórico para a fundamentação da Política Nacional. Trata-se de um

[21]Note-se: quando fazemos menção a esta inexistência, estamos nos referindo a articulação que ora propusemos para tentar capturar elementos faltantes na forma pela qual a situação do morador de rua é trabalhada.
[22]Trata-se de uma dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília intitulada "Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil 1995-2005"

trabalho emblemático, na medida em articula a relação entre "o fenômeno do morador de rua" e os efeitos da organização social pautada pelo Capitalismo.

Contudo, ainda que nossa perspectiva se faça presente em alguns outros trabalhos, que objetivavam a compreensão de outras situações, também é verdade que a tentativa de articulação com a situação do morador de rua não é do seu interesse específico. Portanto, a busca pela complexa apreensão da experiência subjetiva privatizada do morador de rua e as condições exteriores de possibilidade e impossibilidade que a modelam, é um dos méritos de nossa investigação.

Com estes ditos, pretendo explicitar o caráter introdutório da presente investigação. Introdutório no sentido de não objetivar a produção de um material que sirva imediatamente às necessárias implementações que a Política Pública, e a situação por ela visada, tanto necessitam.

Convergindo com a orientação do Grupo de Pesquisa ao qual filia-se esta investigação, optamos por uma atitude metodológica de cunho qualitativo, comparativo e hermenêutico, adotando-se uma postura descritiva e compreensiva, mais do que explicativa; assumindo a precedência das preocupações éticas em relação às preocupações nomotéticas e quantificadoras.

Assim, dentro de nosso programa, iniciamos com uma busca pela compreensão da articulação entre a história da expansão da cultura ocidental moderna, seus efeitos nos processos de subjetivação e a forma como isso pode ser pensado na realidade brasileira. Este procedimento objetiva a apreensão de um certo “fundo” da situação em foco - a saber: os modos de subjetivação possíveis no contexto hodierno. Como geralmente se sabe, muito amiúde nos escapa na lida com situações cotidianas, sempre muito animadas pelo imediatismo da pressa por resolver os problemas que nos apresentam, a apreensão de que, na verdade, tais problemas se inserem em um panorama histórico e cultural maiores - embora divisar tal panorama seja tarefa relativamente fácil, quando a ele dirigimos o foco de nossa atenção. Sandra Maria Patrício Ribeiro alerta, contudo, que isto não basta. Para a autora,

> “(...) a especificidade da psicologia social é a exaustividade com que explora as condições da experiência subjetiva, considerando detidamente as relações concretas que os homens têm estabelecido consigo mesmos, entre si e com o lugar que habitam [buscando] compreender os fenômenos

> psicossociais em sua complexidade - o que não pode ser feito senão focando-se a “interação” dos processos psíquicos e sociais” (Vichietti, 2011)

Nesta perspectiva, nosso programa considera igualmente a experiência dos moradores de rua, tal como pode ser apreendida empiricamente através dos quase dois anos de contato diário com os moradores de rua da Luz, num processo perfeitamente qualificável como “observação participante”, em meio ao qual foi possível conhecer o cotidiano destas pessoas e, igualmente, o recolhimento de diversas narrativas biográficas. Naturalmente que estas narrativas não foram colhidas de modo sistemático, haja vista o próprio enquadramento no qual se deram tais contatos. Não obstante, a observação me permitiu notar algumas tendências destes moradores. Sejam aquelas (tendências) que, como dispus anteriormente, funcionavam como um conflito para com as disposições da atuação da Política Públicas, sejam aquelas que, por outro lado, davam notícias de um modo de viver o cotidiano bastante comprometido com forças que, seguramente, tanto escapavam da consciência individual (de cada um deles), quanto da consciência daqueles se esforçavam para prestar um atendimento psicossocial (os agentes da Política Pública).

Tais forças "invisíveis" são matéria de interesse daqueles que se interessam pela articulação entre experiência subjetiva privada e os processos de subjetivação possibilitados por certo enquadramento histórico e cultural. A intenção foi a de atribuir um sentido outro para as tendências observadas que, costumam ser entendidas (do ponto de vista dos operadores da Política Pública) como efeito da exclusão, privação e do desenraizamento.

Portanto, a análise conjunta da conduta e da experiência subjetiva do morador de rua foi feita por um procedimento de "narrativa mnêmica" e crítica do pesquisador, em conjunto com uma investigação histórica e cultural. Ambos os procedimentos receberam um tratamento analítico que buscou encontrar informações faltantes, que, poderiam servir para a formação de uma imagem diferente da situação do morador de rua, e, quiçá, contribuir para a produção de outras intervenções.

Com isso, esperamos ter alcançado os objetivos de estudar, explicitar e avaliar o modo como a mencionada expansão da cultura moderna incide sobre a vida cotidiana de indivíduos e coletividades humanas a partir da busca pela compreensão

de um hipotético exemplo modelar dos efeitos desta expansão: a dramática situação dos moradores de rua da Luz.

Capítulo 4

Desviando de armadilhas

Resta-nos, por ora, tecer considerações acerca das inspirações teórico-metodológicas que nos serviram na tarefa de sustentar aquilo que traçamos como objetivos e, também, que ofereça ensejo para validar a forma pela qual esta pesquisa foi conduzida, bem como os resultados produzidos.

Antes de mais nada, precisamos nos lembrar das advertências oferecidas por pensadores como Foucault (1996, 2007) e Gadamer (1997) sobre as "armadilhas" que sondam todo projeto que se proponha a construir uma representação fiel do mundo.

Ora, os fenômenos humanos investigados estão sendo vistos e processados por outro humano (figura do pesquisador), o que nos obriga a assumir que, tal como qualquer outro humano, nosso procedimento de observação não implica unicamente capacidades perceptuais e de raciocínio, mas também capacidades afetivas, emotivas, imaginativas, intuitivas. Em outras palavras, nossos pensadores estão nos alertando sobre as "armadilhas" que a utilização de uma dada racionalidade instrumental, tipicamente moderna, como meio de procedimento científico para fenômenos humanos, validada pela vontade de construir uma representação fiel do mundo, costuma, ironicamente, produzir o seu oposto: uma representação infiel e apartada da realidade.

Trata-se aqui de ponderações de cunho epistemológico (e, no limite, metodológicas e éticas) relevantes para esclarecer nossa perspectiva de "fazer ciência" e, especificamente, de estar articulado com a *função desilusionadora* da Psicologia em suas atribuições científicas (Figueiredo,1999). A saber: reconhecer a experiência subjetiva, desvelando criticamente suas condições de possibilidade e de impossibilidade.

Jean Maisonneuve (1977) situa o objeto específico da Psicologia Social na *interação* entre o nível individual e o nível coletivo de organização da vida humana tal como

esta se dá nas condutas de sujeitos em situações. Assim, o *aproche* próprio da Psicologia Social se daria no esforço exaustivo de fazer coincidir a sociologia, que, quando reduzida a si mesma, não consegue ultrapassar o limite da compreensão das estruturas institucionais e das regulações coletivas, perdendo a dimensão individual de tais incidências; e a psicologia que, quando se reduz a si mesma, não consegue ultrapassar o limite da compreensão das funções mentais, perdendo os determinantes sociais das condutas. Enriquez (1990) segue este posicionamento, nos lembrando da crítica de Foucault sobre a possibilidade (e, tendência) de se fazer um *bricolage* da obra de Freud, aplicando os conceitos psicanalíticos aos movimentos sociais, como forma de assegurar o funcionamento do procedimento investigativo e sua eficácia. O autor adota uma perspectiva psicanalítica que nos parece inspiradora. Dado seu interesse em demonstrar claramente as questões fundamentais colocadas por Freud, sobre a natureza e as modalidades do vínculo social, o autor foge da armadilha do *bricolage* articulando-se à posição de George Canguilhem sobre a construção de *conceitos transespecíficos*, ou seja, conceitos que, ainda que não nascidos em uma região particular do saber, podem ser retrabalhados fora de suas regiões originais.

Com isso encontramos nosso ensejo para passarmos a introduzir o prisma que orienta tanto a investigação acerca da dimensão individual quanto a dimensão coletiva da situação em foco. Nesse sentido, o aprofundamento teórico acerca das noções de Modernidade e dos processos de subjetivação exigirá o estudo das contribuições de pensadores situados (ou situáveis) nas interfaces da psicologia, sociologia, filosofia, história, etc - áreas que, segundo o professor Munné, sustentariam a produção de conhecimento na Psicologia Social.

Um panorama da Modernidade e crise do contemporâneo

A importância de iniciarmos a partir de um panorama da Modernidade se deve a hipótese - assumida por tantos críticos da cultura - de que *muito* das questões que se desenvolvem no Ocidente - incluindo a situação sobre a qual ora nos debruçamos - encontram sua condição de possibilidade no modo como se desenvolveu a narrativa Moderna (Lyotard, 1989). Para a tradição crítica cujo esforço se dirige na

tentativa de apreensão do contemporâneo a partir das lacunas da Modernidade, aquilo que adveio com sua crise (da Modernidade, ou da narrativa moderna) se enlaça com o cotidiano de modo tal, que sua compreensão há de lançar luz sobre este nó. Ou seja, para os interessados na compreensão das situações problemáticas do cotidiano contemporâneo, se faz mister a apreensão profunda deste período que convencionou-se chamar Modernidade, que, por hipótese, é condição de possibilidade para os eventos presentes.

A Modernidade é um processo que se inicia no século XVI, chega a sua maturidade no século XIX e encontra crise durante a primeira metade século XX. Muito se desenrolou ao longo destes quatro séculos, a saber: colapso de confiança nas regras, tradições, convenções, crises identitárias advindas da repulsão aos modelos, desvelamento de ilusões, pretensão de encontrar a verdade pela via da ciência, escavações dos avessos da representação, exploração da subjetividade privatizada, desenvolvimento da ideologia liberal, do romantismo, iluminismo, até se chegar aos regimes disciplinares.

Figueiredo (1999) nos mostra a fundamental importância de se compreender alguns momentos desse processo histórico, pois a história dos estudos psicológicos está entrelaçada à história da Modernidade e às suas vicissitudes. Para o autor, foi exatamente o duplo movimento que consistia na expansão e, principalmente, no retraimento do espaço das virtudes morais que nasceu o “psicológico”, nome dado pelo autor para a *subjetividade moderna*. Em conformidade com esta tese acerca da gênese cultural da subjetividade moderna - ou do psicológico - se faz imprescindível uma incursão sobre esta história que, conforme mencionamos, marcará a gênese da Psicologia Científica e, conseqüentemente, na especificidade desta disciplina.

Por Modernidade, portanto, podemos entender o período que se inicia no século XVI. A partir deste século, a cultura ocidental passou a ver um homem como *pura negatividade e possibilidade de escolha*, *que nasce sem natureza certa e que habita um mundo infinitamente aberto ao seu engenho e arte, que deve se preocupar, desde o momento em que nasce, sobretudo com isso: sua liberdade e sua destinação; deve depender sempre mais de sua "consciência do que do juízo dos outros", mas deve ser capaz de estabelecer contato com os outros para neste confronto construir sua própria identidade*(Figueiredo, 1999).

A preocupação com liberdade e destinação engendrava-se em decorrência de uma profunda transformação cultural pela qual perpassava a sociedade do século XVI. Fundamentalmente, a crise da Igreja significou a crise da moralidade que construiu a cultura pré-moderna, servindo, portanto, de principal modo de subjetivação do homem médio. Ou seja, este homem pré-moderno (ou da Idade Média) não tinha uma preocupação com sua liberdade e com sua destinação. Em grande parte, seu destino já lhe era dado pelo quanto de liberdade seu lugar de nascimento e sua classe social permitir-lhe-iam.

O aumento da liberdade observado a partir do século XVI serviu como disparador para o aparecimento do homem livre, do desenraizamento e nomadismo, temas que notabilizaram as principais figuras e acontecimentos deste século. Temas que, talvez, possam ter servido de pré-condição, de terreno cultural para a nova astronomia de Copérnico que, como depois Freud irá retratar, representará uma primeira grande ruptura e um primeiro grande marco do empreendimento de descentralização do Universo, de rompimento com antigo antropocentrismo aristotélico-cristão.

Inapelavelmente expulso do idílio das civilizações fechadas (pré-modernas), o homem moderno, do século XVI, está às voltas com as alegrias e tormentos próprios de um mundo (e, em sentido amplo, de um Universo) em plena expansão e abertura, lidando com os enigmas próprios a esta condição. Do ponto de vista do indivíduo, temos a imagem da desorientação misturada à excitação e ao medo. Trata-se de um homem que foi retirado do reino das necessidades naturais[23] e lançado num reino sem limites previamente estabelecidos, tampouco regrados. Ou seja, um homem que passa a mudar o motivo pelo qual faz o que faz. Sai de cena *o fazer* legitimado pela *necessidade natural*, entra em cena o fazer legitimado pelo *desejo próprio*.

Socialmente, as reviravoltas do início da cultura moderna levaram os homens a instituir suas próprias legislações, colocando sobre si a responsabilidade pela modelação do que seria a forma certa e justa de se organizar uma sociedade. Desta forma, moralidade encontrava-se com autonomia, a qual só se viabilizava com a

[23]A idéia de necessidades naturais fala sobre presenças culturais tão imperiosas que convertiam-se facilmente em entes naturais. Refiro-me, por exemplo, a cultura cristã que organizou teologicamente o Universo e trabalhou, também teologicamente, a moralidade a partir da noção de pecado. Isso era uma presença cultural tão imperiosa que ganhava uma aura de naturalidade. Grosso modo, não havia possibilidade de ser de outro jeito. Criava-se uma necessidade natural que organizava a subjetividade deste homem.

liberdade. Com o esvaziamento do universo aristotélico-cristão e da moralidade por ele lapidada, a externalidade, enquanto lugar extra-indivíduo,passou a ser denegada, e a interioridade passou a ser acessada de modo a encontrar as respostas para as questões fundamentais.

Em parte, este movimento de ruptura com as coordenadas do mundo pré-moderno era o sustentáculo do orgulho e da euforia moderna (Bruckner, 2002). Contudo, a história da Modernidade nos mostra que esta ruptura, que incita toda sua vaidade, facilmente transforma-se num enorme peso a ser carregado(McMahon, 2006). Esta mesma história da Modernidade nos mostra as diversas tentativas implementadas para arruinar aquilo que a fez emergir, ou seja, tentativas de aniquilar a liberdade individual e a moralidade autônoma. *Seja para descobrir no homem uma natureza e uma identidade, seja para impor-lhes uma e outra* (Figueiredo, 1999), filosofia, política e ciência parecem se animar, sobretudo,para resolver o problema central trazido pela emergência da Modernidade, a saber: o problema da identidade. Dizer que o homem moderno é sua autonomia, sua individualidade, sua singularidade, etc, significa dizer que o homem moderno não tem uma estabilização possível, significa dizer que é constante metamorfose.

Ora, somente a partir de alguma identidade se faz possível o fazer humano. O homem moderno do século XVI oscilava entre a efervescência possibilitada pela ampliação de seu foro íntimo e, ao mesmo tempo, mostrava-se reativo às intempéries suscitadas por esta grande liberdade recém surgida. Em outras palavras, se por um lado a identidade excessiva e cristalizante do homem pré-moderno representava uma tamponação da liberdade e da moralidade autônoma, a identidade mínima e volátil do homem moderno apontava para o contrário. Na primeira, temos um excesso de segurança e uma perda de liberdade, na segunda um excesso de liberdade e uma perda de segurança.

Em meio a uma grande efervescência, entre perdas e ganhos, o primeiro século de implementação de uma cultura tipicamente moderna não facilitou os processos de constituição identitária, pois, como diz Binswanger (1977), com a escassez de modelos os indivíduos viam-se privados de referências com as quais coincidir.

Foi o século das grandes navegações, do homem Europeu lançando-se ao mar, enfrentando o medo do desconhecido, descobrindo novos mundos. Também foi o

século de grandes hipocondríacos, das conversões religiosas. Como nos diz Figueiredo (1999), grandes nomes deste século, às voltas com o esfacelamento identitário, procuravam com o relato auto-biográfico das memórias uma destinação para o grande mal-estar que pedia respostas. Com isso, estes homens do século XVI estavam fazendo aquilo que Binswanger(1977) denominaria estratégia de amaneiramento da experiência, ou seja, técnicas para enfrentar o mal-estar e consolidar minimamente alguma identidade imaginária. Em suma, podemos resumir estes empreendimentos feitos pelo homem quinhentista como ambivalentes. Esta ambivalência vista nos movimentos de retração e expansão da liberdade do indivíduo serão a base da subjetividade moderna, a saber, dividida, cindida. Esse movimento característico da subjetividade moderna foi perfeitamente descrito por Figueiredo (1999) quando este diz que *tão importantes ou até mais importantes do que a abertura de espaços de liberdade individual*, *como se vê acontecendo ao longo do processo de desintegração das 'civilizações fechadas', são as tentativas de circunscrever estes espaços.*

Tais movimentos fizeram-se notórios no século XVII, um século caracterizado por diversas tentativas de produção de identidades pela via da ficcionalidade. Segundo Figueiredo (1999), *dois personagens fictícios e de grande impacto na história ocidental vieram à luz no século XVII: os sujeitos purificados do conhecimento e da paixão.*

Trata-se do sujeito epistêmico de Descartes, e do sujeito ético-passional da poesia trágica francesa. Tanto uma quanto a outra, podem ser lidas como tentativas de estabilização identitária pela via da ficção. O processo constitutivo destas ficções, basicamente, *dava-se por meio de operações de cisão e expurgo, ambos constituíram-se em processos de ascese* (Figueiredo, 1999).

Faz-se importante tecer breves considerações sobre o sujeito epistêmico, pois ele é, ao mesmo tempo,criador e criação de um poderoso método. Tal empreendimento será a base da ciência moderna, que, bem ou mal, triunfa até os dias de hoje e, sobretudo, funciona como uma das principais fontes da cultura moderna.

Privando-nos de uma abordagem exaustiva, podemos dizer que o empreendimento de Descartes surgiu como uma resposta àquilo que estava posto pela cultura quinhentista (século XVI). O adensamento do foro íntimo e, conseqüentemente, da

liberdade existencial preconizada pela crise da moralidade cristã gerou, como vimos, uma exacerbada ambivalência. Nada estava posto em caráter definitivo, tudo estava sob a insígnia do provisório. A *verdade* não conseguia mais ganhar consistência, mantendo um estatuto liquefato. Sobretudo, a crise do sujeito moderno instala-se com uma crise identitária que, por sua vez, engendra-se pela escassez de modelos inspiradores.

Descartes, um filósofo, incomodado com o ceticismo e o relativismo epistemológico que pautava a cultura de sua época, decide empenhar-se na construção de um método que, entre outras coisas, se propunha a uma *cura da mente* (Figueiredo, 1999) Por sua vez, esta meta implicava em uma necessária cisão da subjetividade. Por um lado, encontrava-se a inconstante, idiossincrática e suspeita subjetividade de cada um. Por outro, a partir da operação do procedimento cartesiano da dúvida metódica produzir-se-ia o *sujeito epistêmico*: aquele que estaria apto a capturar as representações verdadeiras do mundo.

A construção do sujeito epistêmico, ou do sujeito do conhecimento, teria como condição de possibilidade a exclusão de tudo aquilo que fosse fonte de variação. Desejos e paixões (afetos) deveriam ser barrados. Desse empreendimento data o marco zero da história da adesão moderna na ciência como fonte confiável à verdade.

Importa-nos aqui marcar que o empreendimento cartesiano insere-se perfeitamente, quase sob encomenda, à plataforma sócio-cultural estabelecida desde o século passado. Isso porque seu método contemplava duas demandas postas no estado de coisas daquele tempo. Se por um lado, como dissemos, não se mostrava desejável um retorno ao estado pré-moderno no qual as identidades fixas e fechadas arregimentavam uma subjetividade cristalizada, por outro, o excesso de permissividade posto por uma inédita liberdade à subjetividade humana engendrava uma ambivalência agônica, expressa perfeitamente pelo ceticismo, relativismos e crises identitárias.

Ora, Descartes assentou a liquefata identidade moderna em uma solução que resolvia os dois problemas. Estava criado o método científico, o sujeito epistêmico (ou do conhecimento) e a empreitada cuja meta seria a construção de um mundo verdadeiro sem apelos a entes transcendentes. O método cartesiano respeitava o

espírito moderno cujo mote era a busca pela verdade na própria interioridade das coisas e das pessoas, com a condição de excluir desta verdade tudo aquilo que não pudesse ser representável, tudo aquilo que fosse idiossincrático, singular. A eleição da universalidade estabilizou os espíritos agônicos pela polifonia dos tempos, sacrificando a singularidade que, com efeito, passou a ser apreendida como aquilo que foge do universal, transformando, portanto, em falso.

Portanto, este sujeito moderno, ou epistêmico, ou do conhecimento, tinha o estatuto da purificação. Era um sujeito purificado das *inverdades.* O problema da identidade foi resolvido com o procedimento de barragem de tudo aquilo que era da ordem da passionalidade, que trazia o caos ao espírito que se solidificava nas certezas.

Assim a emergência deste sujeito cognoscente purificado significou a desqualificação da experiência subjetiva singular (variável e ilusória) que, além de tudo, não se prestaria a objeto de conhecimento uma vez que não contava com o mínimo de regularidade pressuposto pela ciência natural.

O cartesianismo irá se ampliar enormemente pela cultura do século XVII. Diz-nos Figueiredo(1999) que o sujeito ético-passional da tragédia francesa é, ele também, uma ficção. Este sujeito representaria a paixão de modo purificado, apartado do afeto real. A poética trágica francesa do século XVII funcionava a partir de definições modelares de estilo. Ao fazê-lo, rompia, tal qual o sujeito conhecedor do método científico, com tudo aquilo que poderia alastrar-se corrosivamente pelo espírito do poeta. O sujeito ético-passional consolidava-se em identidades construídas ficcionalmente a partir de uma cisão com tudo aquilo que haveria de irregular e variável no ser humano.

A identidade ficcional (imaginária) do sujeito epistêmico, ou do sujeito ético-passional, estabeleceu-se a partir de um procedimento que forçava o esquecimento daquilo que traria notícias de sua artificialidade, ou seja, ficaria barrado o corpo em toda a sua dimensão automatizada, impulsiva e imprevisível (Figueiredo, 1999). Para ajudar este esquecimento voluntário, este sujeito e suas representações verdadeiras deveriam ganhar o estatuto de naturalidade. Estava criada uma natureza humana que precisava ver-se como tal (natural),sob risco de retorno do angustiante estado de esfacelamento identitário, que, como dissemos, foi tanto o motor da produção quanto da ampla recepção do empreendimento cartesiano.

Ora, tudo aquilo que poderia representar *o esquecido* passaria a ter o estatuto do inconveniente. Estava criada uma nova moral que separava o certo e o errado, o justo do injusto. A manutenção destas identidades ficcionais era o mote do funcionamento subjetivo deste homem moderno recém criado.

A unidade cultural européia, que passava por grande volatilização a partir do século XVI, encontrou neste terreno sócio-cultural uma importante pré-condição para conferir destinação ao caos. Foi deste caldo que surgiram os Estados Nacionais e com estes, criou-se o Império da Etiqueta.

O império da etiqueta foi um sistema de auto-apresentação da corte, um dispositivo representacional mediante o qual se construíam as identidades através de trocas altamente codificadas de gestos, falas e olhares, modos de se apresentar e interagir (Figueiredo, 1999). Engendrada uma hierarquia em torno do rei -que também devia obediência à etiqueta- a crise identitária era paulatinamente diluída com a reprodução diária desta plataforma cultural que oferecia papéis e funções às pessoas. A vida cortês transforma-se pouco a pouco em um grande espetáculo onde a capacidade de domínio dos códigos tornava-se tão essencial quanto a capacidade de auto-domínio e contenção dos impulsos. O efeito colateral deste grande espetáculo é algo que a nós -homens do século XXI- mostra-se muito presente nas atuações cotidianas que fazemos em redes sociais como o *Facebook*, onde a auto-observação e a observação dos outros faz-se o mote.

Tal qual o sujeito cognoscente (cartesiano), o sujeito da etiqueta tinha que ter a capacidade do esquecimento. Daí a necessidade de uma forte patrulha moralizante. O esquecimento só estaria garantido à medida que o indivíduo sentisse vergonha por incorrer nos pecados da *perda do autocontrole* e da '*revelação da carne' por debaixo das máscaras* (Figueiredo, 1999).

A aristocracia tinha no clero (que ainda passava por uma severa crise que não o derrubou, como hoje tão bem sabemos) um importante aliado nesta tarefa de administração do esquecimento das 'tentações da carne'. Sim, seria ingenuidade pensar que este esquecimento permaneceria esquecido unicamente em decorrência da vergonha.

É nesta época que teremos as grandes filas para os confessionários, espécie de *'setting terapêutico'* do século XVII. Nas confissões *sussurra-se, articula-se mal,*

duvida-se, pede-se socorro e perdão (Figueiredo, 1999). Junto das confissões, o clero tinha nos sermões um poderoso instrumento de difusão de uma moralidade teológica. Cumpre assinalar que a procura por este tipo de *serviço* não era mais fruto de uma imposição, mas sim fruto de um impulso por dar destino ao mal estar engendrado pela obrigatoriedade, esta sim, do esquecimento.

Assim, a pregação era um auxílio fundamental à tarefa de construção e manutenção de identidades na medida em que haveria uma imagem modelar sobre a qual poderiam se desenvolver. O pregador seria aquele que modularia as emoções de sua platéia e, a partir do fascínio, conduzir ao exercício do arrependimento, reforçando assim a capacidade de sentir vergonha.

Contudo, estas capacidades que foram sendo desenvolvidas pelo homem do século XVII passaram, pouco a pouco, a causar um efeito colateral imprevisível. O constante incentivo ao autocontrole, esquecimento e à manutenção das identidades etiquetais, fez surgir um encanto estilizado com a vida pastoril: simples, porém autêntica. Os devaneios com a simplicidade desta vida pastoril opunham-se ao rebuscamento e dissimulações da vida representacional da civilização européia do século XVII (Figueiredo, 1999). Estavam traçadas as coordenadas do que veio a se tornar o grande movimento revolucionário dos séculos seguintes: o Romantismo.

No início do século XVIII, os monarcas já detinham o monopólio da força. Isso fez com que os súditos obedecessem de maneira mais ou menos consentida. Mas, os dois séculos de adensamento do foro íntimo resultariam em uma consciência dividida entre os deveres para com a liberdade por um lado, e com a segurança de outro. Obediência cega a autoridade do monarca não era algo que passava desapercebido pela consciência do sujeito moderno: *o súdito estava submetido a dois regimes inconciliáveis de culpabilização: ou podia se tornar culpado diante do rei, quando aderia às razões interiores; ou diante de si mesmo, quando se curvava às razões do Estado* (Figueiredo, 1999).

O século XVIII será caracterizado por duas revoluções individualistas: o romantismo e o iluminismo. Não é o caso de tecer caracterizações descritivas e exaustivas sobre cada um destes movimentos, cabendo-nos aqui mencionar algumas linhas gerais. Grosso modo, os dois movimentos apontavam para o mesmo norte: a defesa da

consolidação do espaço da privacidade em detrimento da representação, promovida pela aristocracia do Estado absolutista.

Com John Locke (1632-1704), nasce o iluminismo que *deliberadamente traz à luz o que sob o Estado absolutista ficaria privado dos meios representacionais e expressivos* (Figueiredo, 1999). Ou seja, o iluminismo debruçou-se, racional e empiricamente, nos *avessos da representação*. O romantismo também irá fixar suas raízes nesta empreitada de exploração da privacidade, dando ênfase aos meios expressivos. Por um lado, o empreendimento objetivava o esclarecimento (Iluminismo), por outro a expressão autêntica (Romantismo) . Ambos direcionavam seus esforços à crítica das representações artificiais como meio de alcançar a suposta verdadeira autonomia do homem.

Ou seja, se a cultura moderna estava estruturada pelo empreendimento racionalista cartesiano, que propunha a construção das representações verossímeis do mundo a partir de um método que purificava o sujeito (epistêmico) de toda e qualquer manifestação passional (fonte de variância e, portanto, inapreensível pelo método), os iluministas e românticos enfatizavam radicalmente a importância da experiência privatizada que este racionalismo denegou. Para eles, seria necessário lançar luz ao foro íntimo, para aquilo que se dá ao *olho interior*.

A teatralização da vida cortês, possibilitada pelo princípio representacional que separava o espaço público e privado do sujeito (aquilo que ele fazia separado daquilo que ele sentia e/ou pensava) ia sendo deposto na medida em que a cultura romântica e iluminista difundia-se pelo espaço urbano, que também passou a se desenvolver rapidamente nesta época. Também data desta época o início da literatura romanesca, que tratava pela narratividade os acontecimentos que se davam na esfera privada (íntima), promovendo a expressividade privatizada no campo das artes que paulatinamente iam deixando seu estatuto representacional em prol da expressividade.

O adensamento da cultura da privacidade promoveu o desenvolvimento de movimentos sociais contestadores (encabeçados pela burguesia) que viabilizaram as revoluções liberais burguesas na França e na Inglaterra. O efeito político mais contundente foi a mudança da classe que gerenciava o poder: saiu de cena aristocracia e clero para a ascensão da burguesia.O efeito sócio-psicológico foi a

queda dos balizadores da vida cortês, ou seja, do princípio imitativo representacional, das convenções, da teatralização da vida, da censura da opinião livre. Conseqüentemente, veio à tona uma revolução da intimidade cujos principais balizadores eram a expressividade, a consciência livre, a razão autônoma e a autenticidade sentimental (Figueiredo, 1999).

Diversos dispositivos foram sendo criados para apagar as marcas do antigo regime. Produções que se empenhavam na expressão da privacidade. É desta época que a Europa irá assistir o florescimento de *cafés, salões literários, clubes, cartas pessoais e participações na imprensa, em que pessoas privadas trocavam livremente opiniões, ou das platéias de espetáculos em que essas opiniões podiam se expressar diretamente em aplausos, vaias, gritos e lágrimas* (Figueiredo, 1999). Contudo, um importante efeito desta revolução da intimidade será o aparecimento da noção de segredo, entendido como uma garantia da liberdade de consciência.

Portanto, o que unirá o Iluminismo ao Romantismo será a ambição de conferir visibilidade pública à privacidade do indivíduo. Se o Iluminismo motivava-se no esclarecimento racional daquilo que se encontrava atrás da superfície das representações, o Romantismo propunha-se criar canais expressivos para esta privacidade.

Se Descartes e seu sujeito epistêmico encontrava a "cura da mente" através de um processo de purificação baseado da exclusão da subjetividade, o sujeito romântico tinha uma valorização excessiva desta subjetividade privatizada. Uma das grandes marcas do romantismo era a valorização da crise:

> (...) toda cura devia começar com uma crise, que tanto podia ser um recrudescimento da doença como uma espécie de transe histérico com convulsões e desmaios. A crise é uma testemunha da operação de forças ocultas; na verdade, é uma expressão autêntica -e por isso não convencional e irracional- dessas forças: mais tudo é uma evidência do poder de uma personalidade ímpar e carismática (...) (Figueiredo, 1999; p.125)

Os traços e marcas desta Modernidade do século XVIII produziram grandes legados para o século que viria a seguir. A emergência e valorização da experiência privatizada ressoaram na epistemologia, estética, ética, artes e na política. Não obstante, faz-se mister salientar que esta experiência subjetiva privatizada ainda não se tornou objeto de investigação, mas sim de exploração. Como nos diz Figueiredo (1999), o empreendimento investigativo desta subjetividade privatizada encontrará

como condição de possibilidade a crise da mesma. Esta crise fará com que a subjetividade privatizada converta-se em objeto de suspeita o que traria a necessidade de cuidados especiais.

A crise da qual fala-nos Figueiredo veio a se desenvolver no século XIX, que se caracterizou pelo triunfo da doutrina liberal (iluminismo aplicado a teoria política e econômica), dos modos românticos e do surgimento de uma sociedade organizada por um regime disciplinar. Segundo Figueiredo (1999) estes três balizadores da cultura moderna do século XIX não se excluíam mutuamente, pelo contrário, escoravam e misturavam-se umas às outras.

Como vimos anteriormente, o liberalismo clássico do século XVIII promoveu a emergência do empirismo como fonte epistemológica legitimada (privilégio do particular, do caso a caso, do singular) e na defesa da liberdade individual acima de qualquer outra coisa. Tudo aquilo que impedisse a ação livre do indivíduo (por exemplo, a tradição) seria um obstáculo a ser ultrapassado para o pleno desenvolvimento individual e cultural. O Estado liberal teria como objetivo garantir a inviolabilidade do Direito Natural do homem, que seria a condição de preservação de sua autonomia. O homem seria naturalmente livre e o egoísmo seria uma mera expressão dessa natureza. Assim, o contrato social teria como meta a defesa da liberdade humana.

Contudo, este liberalismo clássico do século XVIII sofre uma significativa metamorfose transformando-se no utilitarismo disciplinador no século XIX, a partir das idéias de Jeremy Bentham (1784-1832). O utilitarismo irá substituir a defesa pétrea dos Direitos Naturais promovida pelo Liberalismo, pelo cálculo racional da felicidade. Em outras palavras*, a índole empirista do liberalismo vai ser aos poucos substituída pelo construtivismo racionalista* (Figueiredo, 1999)

Assim, há um recrudescimento do papel do Estado quanto à intervenção na regulação da vida social. Segundo Bentham, a missão dos governantes consistiria em promover a felicidade da sociedade, punindo e recompensando. Mesmo que pudéssemos ver um resquício do pensamento libertário nesta defesa à liberdade, é muitíssimo mais sobressalente o ranço desta doutrina com os ideais revolucionários defendidos por Léon de Saint-Just (1767-1794) com a Declaração Humana dos

Direitos do Cidadão[24]declarara que não mais deveríamos esperar o pós-morte para flertar com a felicidade. A felicidade seria tomada como um dever para o “aqui e agora” dos homens e da sociedade como um todo. Tratava-se de uma doutrina que autorizava o Estado legislar, julgar e executar a partir de deliberações justificadas pela busca do aumento da felicidade coletiva.

A doutrina de Bentham propunha um Estado que não servisse somente para garantir os Direitos Naturais, mas sim intervir positiva e negativamente, objetivando a produção de conseqüências reforçadoras e punitivas, pois entendia que os homens eram sensíveis unicamente as conseqüências de seus atos. As leis seriam elaboradas em função da liberação de castigos e recompensas, o que, a médio prazo, criaria uma cultura onde as pessoas seriam recompensadas quando fizessem o certo (condutas que objetivassem o aumento da felicidade individual e coletiva) e punidas quando fizessem o errado.

Ou seja, o século XIX assistia um franco, porém disfarçado, processo de recrudescimento do racionalismo. O liberalismo estaria na liberdade que as pessoas teriam para escolher entre castigos e recompensas. Mas, obviamente, o espaço de liberdade individual estava em perigo na medida em que os indivíduos se viam em meio a uma cultura que elegeu um valor absoluto (felicidade) como objetivo supremo.

Este seria um dos precedentes para a inserção e paulatina difusão da sociedade organizada pelo regime disciplinar do qual nos fala Michel Foucault (1977). Bentham lançará mão de sofisticados dispositivos para implementar sua doutrina, dentre elas a invenção do *panopticon*. Será deste caldo que sairia a inspiração para o Estado de Bem-Estar Social, pois através do paulatino fortalecimento da sociedade pela via da disciplina, estaríamos construindo o necessário para evitar qualquer tipo de mal-estar.

Conforme mencionado, os modos românticos também serviram de pilar para a constituição desta cultura moderna do século XIX. Talvez na figura de Stuart Mill (1806-1873) tenhamos uma boa expressão da mistura entre liberalismo e romantismo neste século. Isso porque suas propostas para a vida social e política

[24]Documento surgido na Revolução Francesa que positivou a universalidade dos direitos individuais e coletivos dos homens a partir das doutrinas elaboradas pelos filósofos contratualistas (que pensavam no Contrato Social).

(propriamente liberais) foram pareadas aos valores românticos. O esforço de Mills não será outro que não procurar conferir legitimidade aos eventos privados, fazendo-lhes coincidir com os eventos públicos. Para ele, o advento da doutrina de Bentham colocava em risco as liberdades individuais em decorrência da tentativa de fortalecimento da sociedade pela via dos regimes disciplinares. Mills procurou restabelecer os valores da espontaneidade e da singularidade de cada pessoa - valores tipicamente românticos. Contra a tentativa de criação de seres humanos perfeitos, ele nos dirá que desejos e impulsos formam parte do ser humano perfeito, tanto quanto crenças e restrições(Figueiredo, 1999)

Ao mostrar-se radicalmente contra a contenção dos impulsos e a obediência cega àquilo que estava sendo imposto por uma cultura tirânica, normatizada e padronizada sob a égide de um inumano ideal de perfeição, Mills situa-se como um grande defensor do romantismo e do liberalismo clássico. Não obstante, o autor demonstrava uma simpatia para com a idéia do bem-estar quando localiza esta defesa (da espontaneidade e da liberdade) em uma ética do equilíbrio que, para ele, não poderia ser construído a partir da tamponação dos impulsos e das espontaneidades, mas sim de uma certa conflitualidade irredutível que deveria ser metabolizada, não eliminada. Com Mills temos a circunscrição da natureza humana nos termos do desejo e da impulsividade. Quanto a isso, a proposta opõe-se radicalmente a cultura disciplinar do controle punitivo do ímpeto desejante impulsivo.

Como já pontuamos, foi no interior do século XIX que a Modernidade alcançou sua maturidade, seu apogeu. Isso porque

> O século XIX pode ser e tem sido caracterizado como o do apogeu do liberalismo e do individualismo, como princípios de organização econômica e política (CF.,p. Ex, POLANY, 1980). É sabido, também, que no campo das artes e da filosofia o século XIX assistiu ao pleno desabrochar dos movimentos românticos (CF., p. Ex, GUSDORF, 1982 e 1984). Finalmente, desde Foucault (1977) o mesmo século pode ser identificado como o do início de uma sociedade organizada pelo regime disciplinar. (FIGUEIREDO, 1999, p.129)

O termo maturidade refere-se à edificação plena destas três correntes, aparentemente contraditórias, de organização social da vida, em um mesmo período. Em outras palavras, estas três correntes não se sucederam, mas passaram a coexistir num mesmo espaço, surtindo efeitos mútuos uma sobre a outra. Figueiredo (1999) defende a tese segundo a qual

> O *espaço psicológico*, tal como hoje o conhecemos, nasceu e vive precisamente da articulação conflitiva daquelas três formas de pensar e praticar a vida em sociedade" (Figueiredo, 1999,p.129).

A convivência complexa destes três pólos – relações de complementaridade e conflito que os unem e separam – criou o solo para o estabelecimento das experiências individuais e coletivas. Figueiredo (1999) nos diz que

> (...) ao longo de todo século passado os processos de subjetivação enraizaram-se em um território triangular balizado pelos valores e procedimentos iluministas, pelos modos românticos e pelas novas práticas de exercício de poder, que no conjunto, constituem o regime disciplinar radiografado por Foucault. (Figueiredo, 1999, p.151)

As práticas disciplinares que foram ganhando corpo social, desenvolveram-se no interior das tradições liberal e romântica, foram configurando o que alguns autores – em especial a Escola de Frankfurt – chamariam de sociedade administrada ou capitalismo tardio (Mattos, 2005)

Neste cenário de suposta maturidade moderna, houve um grande desenvolvimento científico – algo que sempre esteve na ordem do dia da Modernidade, visto que foi na ciência que se depositou toda a esperança de cumprimento dos ideais – econômico e social.

Bauman (1998) pontua que a rápida transformação pela qual os lugares onde a Modernidade tinha melhor se instalado (França, Inglaterra e Alemanha) trouxe predominantemente ao indivíduo a preocupação com a administração da vida, algo que parecia afastar o ser humano da possibilidade da reflexão moral, dado que a única preocupação seria com a eficácia em suas metas. Segundo o autor, a crise que já estava posta veio à tona com um evento radical, o holocausto. Inspirado pelas idéias de Hannah Arendt (2004), Bauman (1998) nos lembra que as pessoas que trabalhavam no extermínio eram pessoas normais, e não excentricidades perversas como poderia se pensar. O autor identifica no holocausto o ápice de um tipo de dinâmica em que indivíduos afastados da possibilidade de contato com a reflexão moral, por conta da preponderância da preocupação com a eficácia da administração da vida preconizada por práticas disciplinares que (des)subjetivavam à luz da racionalidade tecnológica ou instrumental, chegara ao seu ápice.

Deste diagnóstico de época, Bauman (1998) passa a nos perguntar se, dado o holocausto, não seria melhor que, de fato, a Modernidade - com suas utopias, anseios e preocupações - ruísse. O autor nos descreve um cenário bastante crítico

ao falar sobre a situação contemporânea, ou o que ele mesmo chama de mal-estar da pós-modernidade.

Bauman (1998), ao pensar nesse cenário frio e problemático do contemporâneo, nos mergulha na inevitável tarefa da transformação, o que segundo ele trará muito sofrimento, mas que ao mesmo tempo aponta para um horizonte de esperança: dado que o projeto moderno faliu, o quanto antes compreendermos isso, melhor. Esta é, aliás, uma posição que, em essência, vem sendo assumida por muitos pensadores, desde já muito tempo.

Interpretações da Modernidade e modos de subjetivação

Este vasto quadro panorâmico da Modernidade nos parece fundamental para qualquer introdução de estudos em psicologia. Isso porque concordamos com a tese de Figueiredo de que haveria uma certa relação contigua entre a formação do espaço psicológico - o psicológico - e aquilo que se desenvolveu ao longo dos últimos quatro séculos no Ocidente - os modos de subjetivação modernos.

Não obstante, o quadro panorâmico carece de um complemento interpretativo. Até então, nosso intuito foi o de rastrear o chamado espaço psicológico através dos processos de subjetivação modernos. A tarefa de oferecer categorias e um modelo para a análise e interpretação da Modernidade, também se insere no programa de Figueiredo, especificamente como forma de compreender o modo como ocorre os modos de subjetivação no Brasil.

Para dar conta desta tarefa, Figueiredo (1995) vai buscar inspiração na novela de Italo Calvino intitulada "O Cavaleiro Inexistente" (Calvino, 2005). Trata-se de uma cômica e anedótica estória ocorrida ficcionalmente com a tropa de Carlos Magno. Resumidamente, trata-se de uma divertida formação militar em que, para além dos habituais cavaleiros paladinos, havia duas inusitadas figuras que a compunha: Agilulfo e Gurduru[25].

[25]É digno de nota que, na novela de Calvino, há uma constante mudança de nome para se referir ao personagem nomeado de Gurduru. Por vezes ele é Gurduru, Gurlulu, Omobó, etc. Isso é um recurso do autor para demonstrar a volatilidade identitária daquele que não consegue, nas palavras de Figueiredo(1995), alcançar o estatuto de sujeito.

Se os cavaleiros, como seria de se esperar, possuíam nome, relações, façanhas e tropas, Agilulfo, por sua vez, além do nome nada possuía. Não tinha relação, bravatas nem tropas. Ademais, Agilulfo era diferente dos demais membros da tropa por não possuir corpo. Por trás de sua imaculada e reluzente armadura branca não haveria nada além da voz metálica. Agilulfo - que é o "Cavaleiro Inexistente" - existia, mas não consistia.

Ao tomar conhecimento da peculiaridade deste membro da tropa, Carlos Magno olha para dentro do elmo da armadura de Agilulfo e constata a veracidade do fato. Um tanto desconcertado, Carlos Magno pergunta intrigado: "E como é que está servindo, se não existe?". Agilulfo responde: “Com força de vontade e fé em nossa santa causa!”.

Por sua vez, Gurduru aparece como uma criatura bastante singela. Em meio a uma das andanças da tropa de Carlos Magno, aparece esta figura que se transforma em tudo aquilo com que entra em contato. Se vai tomar uma sopa, torna-se sopa, se vai descansar ao pé da árvore, torna-se uma raiz. Uma antítese perfeita de Agilulfo, Gurduru, por ordens de Carlos Magno, torna-se escudeiro daquele. Desta configuração da tropa, a estória de desenvolve.

O recurso à estória do Cavaleiro Inexistente serviu como ilustração para Figueiredo (1995) elencar três categorias que compilam os modos de subjetivação ocasionados pela Idade Moderna: pessoas, sujeitos e (meros) indivíduos.

Na narrativa de Calvino, os paladinos seriam as *pessoas*. O território de vida seria o das particularidades, o pertencimento a ordem familiar. Sua constituição seria ancorada em proezas e mitos. Trata-se de um território caracterizado pela imprecisão, ausência de determinação e frouxidão da vontade. Ao contrário de Agilulfo, cuja vida é organizada por uma agenda disciplinar, estas pessoas andam distraídas pela vida. Contudo, como modo de garantir uma certa integração identitária, estas pessoas investiam fortemente nos vínculos interpessoais e as histórias comuns. Ou seja, um contaria ao outro as façanhas pessoais sendo, imediatamente, reconhecido pelas mesmas. Mesmo nas batalhas contra infiéis, o exército não funcionava por uma lógica pragmática estrategista. Pelo contrário, do ponto de vista que estamos traçando, *as batalhas ameaçavam mais a honra do que a vida dos paladinos, mais sua identidade do que sua existência* (Figueiredo, 1995).

Tal modo de ser, perturbava profundamente Agilulfo. Este não poderia compreender como se fazia possível desconsiderar de modo tão contundente a lógica, em prol das questões de ordem pessoal. Agilulfo não poderia entender como tais questões poderiam sobrepor-se à Lei e à Razão.

Por outro lado, diferentemente das *pessoas* (representadas pela figura dos paladinos) o (mero) indivíduo não teria um nome que lhe pertencesse. A passagem por diferentes lugares vai lhe rendendo novas designações. De nenhuma delas o indivíduo se apropria. Na narrativa de Calvino, Gurduru apresenta esta disposição: o personagem se confunde com todo e qualquer elemento com o qual entra em contato. Gurduru não teria *os limites concretos, históricos e desejantes, e por isso mesmo porosos, dos corpos cavalheirescos, nem os limites rígidos, já que abstratos, e meramente instrumentais impostos pela consciência e pela vontade de um cavaleiro inexistente.* Ou seja, *nem a porosidade gordurosa dos paladinos, nem a subjetividade pura e auto-sustentada de Agilulfo* (Figueiredo, 1995).

Por sua vez, as aparições dos limites rígidos, meramente instrumentais impostos pela consciência e pela vontade de Agilulfo, seriam, dentro da categorização de Figueiredo (1995), os momentos de aparição do sujeito. Na estória, os paladinos se entretinham ao se recontarem grandiosas façanhas pessoais. Por seu turno, Agilulfo costumava ter intervenções pouco simpáticas no sentido de restabelecer "a verdade" dos fatos.

Como método de impedir a criação de "inverdades" mantenedoras de "pseudo-identidades", Agilulfo intervinha nas conversas dos paladinos, recorrendo aos mesmos eventos porém vistos pelo prisma da historiografia, de testemunhos, documentos e datas. Tudo para garantir que nada fosse acrescentado aos fatos. Tudo para reprimir o intuito dos paladinos de rememorar as estórias por meio da conveniência.

Agilulfo obrigava os paladinos a renunciarem suas versões sempre que as mesmas davam sinais de contradição, ou mesmo quando não poderiam ser verificadas. Os paladinos, em vão, se esforçavam em argumentar que a imprecisão das façanhas não as tornavam inverdades ou mesmo descredenciava seu valor.

Agilulfo, como de costume, terminava suas antipáticas intervenções colocando-se como exemplo. O cavaleiro inexistente garantia que tudo em seu passado estava

perfeitamente estabelecido. Diz que fora armado cavaleiro porque, quinze anos antes, salvara da violência de dois malfeitores a filha virgem do Rei da Escócia, Sofrônia.

Contudo, em uma ocasião, ao final de uma de suas antipáticas intervenções, Torrismundo, um paladino, decide por aceitar o desafio proposto por Agilulfo. O paladino contesta a suposta perfeição do passado do Cavaleiro Inexistente ao dizer que, diferentemente do que dizia Agilulfo, há quinze anos, Sofrônia não seria mais virgem.

Esta provocação soou desconcertante a todos, sobretudo, a Agilulfo. O nome e o título de cavaleiro, sem os quais Agilulfo não poderia continuar a viver, eram conferidos àquele que salvassem a filha, ainda virgem, de um nobre da violência. No caso de inexistência da virgindade, ao salvador estaria previsto unicamente a menção honrosa e alguns meses de soldo.

Eis que aparece o ponto fraco de nosso cavaleiro inexistente. A consciência de si e a vontade, princípios de unificação e sustentação do sujeito, eram exercidas e reconhecidas a partir de uma origem e de um nome povoado de pessoas com seus códigos e práticas altamente personalizantes (Figueiredo, 1995). No final da estória, ficar-se-á sabendo, com relativa segurança, que há quinze anos a virgindade de Sofrônia permanecia intacta. Porém, antes desta revelação, as evidências contrárias parecem indiscutíveis a Agilulfo que, envergonhado, ruma à floresta onde se dissolve. Sua branca e pura armadura, se desconjuntou junto com nosso cavaleiro inexistente.

Ao transformar a novela de Calvino em uma breve narração, Figueiredo pretende nos introduzir as noções de pessoas, sujeito e (meros) indivíduos. Esta noção serve como prefácio aos dois grupos de interpretação da Modernidade promovidas pelo autor.

Por um lado, Figueiredo elege o antropólogo francês Louis Dumont (1911-1998) cuja caracterização básica da Modernidade se dá nos termos de uma oposição entre holismo e individualismo e pela dominância moderna do indivíduo como valor.

Ao desenvolver um projeto de antropologia comparada, Dumont confronta os padrões de sociabilidade da Índia tradicional e do Moderno Ocidente. Dumont

estabelece dois modelos compreensivos: o das chamadas sociedades holistas e o das chamadas sociedades individualistas (Dumont apud Figueiredo, 1995).

Nas sociedades holistas observa-se a dominância das formas coletivas e hierárquicas de existência social. Nessas sociedades, o indivíduo figura como um ser socialmente determinados. O indivíduo assumiria identidades posicionais, ou seja, identidades definidas a partir da posição que tal indivíduo ocupa no quadro social, que, por sua vez, é estratificado e hierarquizado. Desta forma, a existência do indivíduo está condicionada a coletividade e a tradição. Esta condicionalidade limitaria estruturalmente a possibilidade de individuação, algo inimaginável na sociedades individualistas do moderno ocidente.

Ao contrário deste modelo, nas sociedades individualistas no Moderno Ocidente, o indivíduo seria um elemento associal, independente e autônomo da coletividade. Seria exatamente sobre esta independência e autonomia que se organizariam (ou deveriam se organizar) os modos de funcionamento e as estruturas da sociedade. Assim, "o indivíduo" é tomado enquanto um valor a ser realizado pelas práticas sociais, o que implica no estabelecimento de uma cultura (normas, idéias, etc) individualista. Figueiredo (1995) nos lembra que este paradigma está amplamente explicitado no ideário liberal dos séculos XVIII e XIX.

Ademais, Figueiredo (1995) aponta os limites deste primeiro modelo interpretativo da Modernidade: a existência de indivíduos numa sociedade individualista não é jamais associal. Segundo Figueiredo (1995), foi exatamente em oposição a esta idéia atomista que a Sociologia veio a se constituir ao longo do século XIX. A idéia de um indivíduo preexistindo à inserção em enquadres sociais determinados, seria uma grande ilusão. Dentro deste enfoque, o individualismo seria mais uma ideologia do que um fato.

Para complementar a crítica a esta primeira interpretação da Modernidade elaborada por Dumont, Figueiredo recorre ao filósofo político Isaiah Berlin (1909-1997). Segundo Berlin, haveria problemas em uma equiparação inadvertida entre independência e autonomia - valores elencados por Dumont para caracterizar o indivíduo na sociedades ocidentais modernas.

Na obra "Quatro ensaios sobre a liberdade", Isaiah Berlin estabelece uma diferenciação entre liberdade positiva e liberdade negativa (Berlin, 1981 apud

Figueiredo, 1995). A liberdade negativa estaria associada a noção de independência, quando esta nos reporta a ausência de vínculos, obrigações pessoais e lealdades. Esta liberdade abre espaço para a afirmação do indivíduo, na medida em que não haveria determinação prévia advinda de uma estrutura social estratificada. No quadro panorâmico da Modernidade, esta noção aparece nas reivindicações de liberdade sobre as agências de controle social. Aparece enquanto o desejo pela privacidade.

Por sua vez, a liberdade positiva está associada a noção de autonomia. Se a liberdade negativa (como não interferência) aparece enquanto uma condição necessária, segundo Berlin ela não seria suficiente para o exercício da autonomia (Berlin, 1981 apud Figueiredo, 1995). A capacidade de gerar e viver sob o império de leis por si mesmo criadas e consagradas é o que caracterizaria o indivíduo autônomo. A elevação à condição autônoma seria condição para o indivíduo livre realizar sua liberdade positiva.

Dentro das categorias elencadas por Figueiredo (1995) - pessoas, sujeito e (meros) indivíduos - para definir as possíveis facetas da subjetividade moderna, a independência pura e simples, enquanto exercício de resistência a qualquer sobredeterminação, seria própria aos *(meros) indivíduos*. Já a autonomia, enquanto o ideal processo de subjetivação moderno, seria próprio dos *sujeitos*.

A outra maneira pela qual Figueiredo (1995) interpreta a Modernidade é pela via do filósofo alemão Martin Heidegger, para quem a Idade Moderna seria caracterizada pela posição privilegiada que concede ao sujeito - sujeito enquanto fundamento auto-fundante de um mundo convertido em puro objeto de conhecimento e controle. Pela via heideggeriana, a Modernidade estaria marcada pela dominância de um modo de relação simultaneamente subjetivista e objetivante com aquilo do Mundo que nos viria ao encontro (Figueiredo, 1995).

O "projeto" heideggeriano pode ser resumido na questão do sentido do ser ao longo da História do Ocidente. Em outras palavras, tratar-se-ia da busca pela elucidação daquilo que está implicado (naturalmente, sem nos darmos conta) cada vez que dizemos, pensamos ou mesmo sentimos que algo é, ou ainda, quando lidamos com algo como se sendo isto ou aquilo (Figueiredo, 1995). A partir da concepção heideggeriana, os modos de pensar, falar, sentir ou lidar com as coisas do mundo

estariam pré-condicionadas pela compreensão implícita do que "é" significa (Figueiredo, 1995).

Portanto, a investigação acerca do sentido implícito do sentido do ser e dos entes, compôs parte importante do trabalho de Heidegger. Ou seja, a investigação acerca das condições para que, a cada época, os entes tenham se mostrado de um ou de outro jeito a nós. No nosso caso, a investigação acerca da metafísica moderna, tomando a filosofia cartesiana como protótipo, é o que interessa para auxiliar na tarefa de caracterização da subjetividade moderna.

Na acepção heideggeriana, Descartes surge como figura central da invenção da Modernidade na medida em que seu trabalho constitui uma nova metafísica caracterizada pela exclusividade dos entes enquanto objetos de uma representação exata. Assim, somente os entes seriam verdadeiramente representáveis e, conseqüentemente, passíveis de cálculo e domínio técnico exercido por um sujeito, que assumiria a condição de fundamento epistemológico, ético e ontológico (Figueiredo, 1995).

Deste modo, o sujeito cognoscente é elevado à centralidade deste universo, sendo responsável para que o mundo da Modernidade se torne habitável. Portanto, esta seria a gênese metafísica moderna, cuja conseqüência mais notória seria a criação de uma cultura da previsão, controle e administração. Em outras palavras, conhecer para poder prever; prever para poder administrar; administrar para poder controlar.

Pela via do método, cria-se uma cultura e, ao mesmo tempo, uma subjetividade interiorizada, desencarnada e desengajada em que o "Eu" coincide com o exercício de uma razão instrumental e objetivante, que se constrói ao mesmo tempo que se purifica a si mesma (Figueiredo, 1995).

Conforme já explicitado no panorama da Modernidade feito na sessão anterior, a emergência desta subjetividade moderna na cultura ocidental corresponde a uma política comprometida com a segurança, com a certeza e com a estabilidade (seja do mundo, seja de si) posta em risco desde o Renascimento.

Em termos de universais, pode-se dizer que o que sempre esteve presente na Modernidade é a suposição dominante de que estaria no homem a constituição e o fundamento do mundo. Da impossibilidade do homem escapar do imperativo de

coincidir-se consigo mesmo, cria-se uma meta de se encontrar as bases seguras do saber, da ética, da política, etc. Portanto, impunha-se diante do homem moderno a questão dos meios de se fazer coincidir com esta meta antropocêntrica.

Conforme tentamos pinçar, a história da Modernidade também é a história das tentativas de encontrar soluções para este compromisso: individualismo liberal, racionalismo administrativo, racionalismo tecnocrático, racionalismo disciplinar, individualismo romântico, coletivismo romântico, etc. Disto, pergunta-nos Figueiredo (1995): Quem e como se realizará de forma mais completa a meta moderna da subjetivação?

O individualismo liberal dos séculos XVII e XVIII, o Romantismo dos séculos XVIII e XIX e os Regimes Disciplinares do séculos XIX e XX constituiriam as três principais soluções para a questão surgida na Modernidade sobre o melhor meio para o sujeito realizar sua meta de ser o fundamento auto-fundante do universo no qual está inserido.

Pela via do individualismo liberal, a constituição do indivíduo enquanto um sujeito se daria a partir da afirmação de sua privacidade. Caberia ao indivíduo liberal se constituir enquanto um sujeito em sua privacidade para, a partir daí, fazer-se valer enquanto sujeito econômico e jurídico na esferas pública. Já no racionalismo tecnocrático administrativo, o sujeito estaria a se realizar na encarnação plena da razão instrumental. Um sujeito protocolar, cercado de sigilo e territórios indisponíveis. Por sua vez, no Romantismo (seja na versão individualista ou coletivista), o sujeito estaria nos exemplos modelares da humanidade: gênios, líderes espirituais e políticos, no povo, na comunidade etc.). O sujeito romântico também seria o fundamento do universo cultural, porém sua aparição prescinde do cálculo racional ou mesmo da razão desengajada. O sujeito enquanto fundamento do mundo viria à baila enquanto revelador de uma natureza interior profunda. De uma natureza que revelasse o verdadeiro sentido das coisas da vida.

Voltando às categorias estabelecidas por Figueiredo - inspiradamente ilustradas pela novela de Calvino - acerca dos modos de subjetivação na modernidade, haveria nas sociedades individualistas do ocidente moderno, uma plataforma propícia a formação de uma massa anônima constituída de infinitos tipos de (meros) indivíduos indeterminados e intercambiáveis, havendo, contudo, possibilidade de apenas um

tipo de sujeito. A elevação ao status de sujeito traria consigo a regularidade, uniformidade e unidade, eliminando o caráter multifacetado típico do (mero) indivíduo e, também, todas as diferenças qualitativas presente nas pessoas (Figueiredo, 1995). Dito em outras palavras, os paladinos poderiam ser muito variados, Gurduru poderia ser uma infinidade de coisas, mas Agilulfo só poderia ser de um jeito.

A categoria *pessoa* disporia sobre um modo pré-moderno de subjetivação. Seriam constituídos e regulados por costumes e tradições, viveriam, portanto, sob a égide da heteronomia. Tal condição concederia uma limitada, porém saborosa, faixa de liberdade. Ou seja, muito embora haja a limitação, determinação, a prisão em histórias coletivas; muito embora houvesse a expectativa de excelência no cumprimento das tarefas que lhe são destinadas, pelo lugar que ocupam na hierarquia social, também é verdade que esta breve faixa de liberdade da qual poderiam gozar inexistia no campo de possibilidade de Agilulfo, exemplo modelar do sujeito moderno. No caso deste, a atuação constante de uma consciência reflexiva obstinada em fazê-lo coincidir consigo mesmo, e, portanto, com a verdade, não lhe dava esta faixa de liberdade.

As categorias “sujeito” e “(meros) indivíduos” seriam, para o autor, modalidades modernas de subjetivação. Desta esquematização, cabe destacar que a categoria “(meros) indivíduos” seria um efeito colateral moderno da ruptura com a cultura holista de que nos fala Dumont. Com esta ruptura, conforme afirma Figueiredo (1995), inaugurou-se o espaço para a independência de vínculos e obrigações - o que, lembramos, não pode ser confundido com a constituição da autonomia. A existência de (*meros) indivíduos* é condicionada pelas soluções modernas para o problema criado (por ela mesmo) pelo excesso de liberdade engendrado por seu projeto. Assim, os (meros) indivíduos seriam aqueles que, na impossibilidade de aceder à condição de sujeitos (autônomos), ficariam reduzidos à condição de objetos, uma posição que necessita de agências de controle. Os (meros) indivíduos precisariam de leis (códigos de conduta) não emanadas deles mesmos, com as quais, naturalmente, não se reconhecem sem a presença de uma autoridade que efetue os procedimentos disciplinares. Desse modo, os (meros) indivíduos, como fruto de regimes disciplinares, mantém uma natureza dócil e comportada. Este modo de subjetivação é uma presença notória em sociedades disciplinares. Exatamente

por isso, Figueiredo, inspirado na teoria da liberdade de Berlin, questiona a suposta independência de vinculação nas sociedades modernas - ao contrário, o indivíduo estaria intrinsecamente vinculado à autoridade, cujos códigos de conduta conformam radicalmente todas as suas manifestações.

Segundo o autor, duas possibilidades estariam abertas ao (mero) indivíduo: a personalização ou o assujeitamento. Pela via da personalização, o (mero) indivíduo poderia, de modo imaginário ou em ato, rumar para formas arcaicas de subjetivação. Pela via do assujeitamento poderia, também de modo imaginário ou em ato, rumar para formas modernas de subjetivação. Em suas palavras: "personalização seria o processo através do qual eles poderiam galgar alguns degraus na direção de formas arcaicas de subjetivação (...). Assujeitamento é o termo (...) mais apropriado para designar o modo moderno de subjetivação"; neste último caso, o indivíduo poderia constituir-se como sujeito autosubsistente e auto-sustentado por duas vias - nas palavras do autor: "ou bem enquanto autonomia racional diante de um mundo de objetos plenamente 'objetivos', ou bem enquanto autonomia expressiva de forças naturais e/ou históricas" (FIGUEIREDO, 1995; p. 39).

De qualquer modo, instrui Figueiredo, ambas as vias pressupõem uma ancoragem originária como *pessoa*:

> (...) este processo de assujeitamento parece pressupor um momento na história do indivíduo em que ele *pertenceu* de fato a uma coletividade que lhe garantia uma existência - um *nome*, um *título*, um *lugar* - como *pessoa*, ou seja, o assujeitamento pressupõe uma morada, um assento num contexto relacional. **Sociedades individualistas exigem, portanto, para a sua própria reprodução, a permanência ou mesmo a criação de dispositivos sociais pré-modernos que preencham esta função *instituinte* para que a partir deles se deflagre o assujeitamento**" (Idem; grifo nosso).

Por isto, mesmo os indivíduos assujeitados na posição de sujeitos precisam apor, como sustentáculo desta posição, algum vínculo de pertinência que, ultrapassando-os, revelam a fragilidade de sua suposta autosubsistencia e autosustentação. E mesmo aqueles que se mantém como (meros) indivíduos ainda precisão, vez ou outra, reportar-se aos assentos que ocupam nos contextos relacionais - mesmo que isto signifique reconhecer-se na posição de (mero) objeto, tangido por forças naturais e/ou históricas. Pense-se, como exemplo, em dois tipos dentre as figuras que protagonizaram o holocausto: os ideólogos nazistas, "sujeitos plenos" sustentados pela pertinência à raça ariana, arrogavam-se tal autonomia racional que

se supunham habilitados a decidir e comandar o extermínio de milhões de pessoas tidas como “objeto” precisamente por não partilharem da mesma pertinência; ou ainda, os carrascos nazistas, “objetos plenos” sustentados pela pertinência ao Estado nazista, arrogavam-se tal grau de automatismo que se supunham compelidos a executar, sem qualquer autonomia, os comandos que recebiam para o extermínio de milhões de pessoas.

Em suma, tal como a pessoa, também o sujeito e o (mero) indivíduo buscam se afirmar em algum pertencimento original, ou seja, em alguma vinculação que lhe permita se afirmar enquanto algo que pareça verdadeiro. Estaríamos diante de um assujeitamento, posto ser tratar de uma falsa autonomia.

Para entendermos a importância da origem, basta retomarmos a novela de Calvino em seus momentos finais, em que Agilulfo, perturbado por não conseguir reafirmar categoricamente a origem que positivava sua identidade e, conseqüentemente, tudo o que fazia e era, acaba por se decompor.

Figueiredo nos apresenta um ceticismo acerca da viabilidade (e da qualidade) do empreendimento moderno de constituição de um verdadeiro sujeito. Segundo o autor, a história da modernidade nos apresentaria, em verdade, a constituição de indivíduos assujeitados. O assujeitamento seria o protótipo da subjetividade moderna.

Deste modo, para o autor, do ponto de vista dos modos de subjetivação, a modernidade passa da euforia à crise, no exato momento em que as condições de assujeitamento passam a perder consistência. Ou seja, quando os dispositivos sócio-culturais cuja função seria a instituição de origem simbólica entram em crise, a subjetividade do homem moderno,com efeito, entra em colapso.

Tanto a origem histórica, quanto a demanda contemporânea, à Psicologia sempre foi dada a incumbência por tratar dos efeitos criado por isso. Ou seja, a Psicologia está radicalmente associada a crise das condições de assujeitamento. Do ponto de vista histórico e cultural, a Modernidade cria e recria condições de assujeitamento.

Modernidade e modos de subjetivação no Brasil

Sem sombra de dúvida, qualquer estudo acerca de questões que se desenrolam no Brasil, que se ancoram fundamentalmente em uma perspectiva de desvelamento interpretativo da Modernidade Ocidental, correm alguns riscos. O principal deles consiste em uma transposição pura e simples entre o que caracterizou o processo de modernização na Europa (basicamente, o que consta no quadro teórico até então) para o que se viu e vê no processo brasileiro (e, também, da América como um todo).

Não obstante, também é verdade que, de um modo ou de outro, independentemente da forma pela qual se interpreta o Brasil, parece ser consenso que o país deve ser contemplado pelo modo particular pelo qual entrou no circuito da Modernidade. Portanto, nos parece importante que passemos a pensar nos modos de subjetivação brasileiros a partir da forma como se deu a inserção do país na Modernidade Ocidental, até então descrita e interpretada. Obviamente que este enfoque não pretende esgotar toda a complexidade que caracteriza um país como o nosso. Ao contrário, ele se propõe a ofertar um ângulo de observação e, ao mesmo tempo, proporcionar uma aproximação mais contundente da situação do morador de rua da Luz.

Um dos slogans mais freqüentemente utilizados para diagnosticar as mais diversas, e esquisitas, situações que ocorrem no Brasil seria que *o país é a terra dos contrastes*. A frase aponta para muitas possibilidades de interpretação. Segundo DaMatta (1993;2004) a subjetividade do brasileiro seria multifacetada por estar referenciada a diversos códigos morais. Se notamos incidências de traços culturais modernos, como o individualismo, a racionalidade e o capitalismo; por outro lado, no mesmo lugar (e, por vezes, nas mesmas pessoas) é notório a presença daquilo que pode ser chamado pré-moderno: conduta patriarcal, personalista de alta afetividade.

De acordo com o modelo interpretativo lançado por Figueiredo (1995) para caracterizar as diferentes modalidade de subjetivação possibilitadas pela Modernidade, podemos considerar que os regimes disciplinares (um dos pólos de subjetivação) são uma das principais presenças na subjetivação do brasileiro. O

assujeitamento ocasionado por tal presença acaba por ser a condição do (mero) indivíduo (aquele que, numa plataforma cultural moderna, carece de morada, ou seja, de alguma origem que lhe seja própria). A ausência dessa morada acaba por criar a pré-condição para que os indivíduos se apeguem nas moradas que se tem por aí, disponíveis. Tudo para evitar o esfacelamento identitário.

O argumento de Figueiredo (1995), em parte, é inspirado na interveniência entre sua própria experiência clínica, e em sua teoria acerca da genealogia da Psicologia (Figueiredo, 1999). Para o autor, a Psicologia em sua função desilusionadora e, ao mesmo tempo, comprometida com o ideal moderno da autonomia, recebe a demanda de acolher estes (meros) indivíduos assujeitados em crise (aqueles que não mais conseguem evitar o esfacelamento, próprio da ausência de confiabilidade na origem a qual se apegou) e ajudá-los na construção de uma morada própria e genuína.

Conforme dissemos, DaMatta (1993) nos oferece o retrato de um país multifacetado em que as pessoas encontrariam diversas referências morais. Do ponto de vista de Figueiredo (1995), estes diversos códigos de referências morais, seriam as matrizes dos diversos modos de subjetivação possíveis. Por um lado, teríamos práticas e modos de conviver inspirados na tradição, nas hierarquias e no chamado clientelismo. Tais práticas, ou modos de conviver demandaria a existência de *pessoas*. Por outro lado,o desenvolvimento urbano, a mudança nas relações de trabalho, no usufruto do tempo e do espaço, demandaria a impessoalidade típica dos (*meros) indivíduos.*

Ou seja, nossos autores estariam a retratar um estado de coisas em que, ao mesmo tempo, a depender da circunstância, estaríamos ora diante de pessoas (com seus nomes e histórias próprias), e ora diante de *(meros) indivíduos* (anônimos e sem histórias próprias). Inegavelmente, embora concordemos com o aspecto multifacetado das referências morais, parece-nos que com o seu desenvolvimento no país, a Modernidade favorece muito mais a emergência de *(meros) indivíduos* do que de *pessoas*. Quase como se a forma *(mero) indivíduo* fosse uma continuação moderna para as *pessoas* na cultura pré-moderna.

Não obstante, é sabido que a cultura moderna traz em seu bojo a idealização constituinte de fazer emergir um sujeito, caracterizado pela autonomia, ou seja,

alguém cuja identidade é lapidada à luz de uma interioridade, sendo esta, por sua vez, engendrada por um método de purificação cartesiana. Ao sujeito, não caberia a busca por referências morais em códigos externos a si mesmo, mas sim o exercício constante de submissão a uma lei auto-imposta. Tal submissão a si mesmo seria fruto de uma auto-determinação no exercício da vontade, cujo fruto seria a retidão constante da conduta[26]. Ocorre que, ao menos no Brasil, segundo Figueiredo, o tipo psicológico mais freqüente é mesmo o dos *(meros) indivíduos.*

Em outras palavras, estamos a dizer que existe uma decalagem posta entre as ditas instituições modernas e um contexto social como cá o nosso. Contexto este que deu (e ainda dá) mostras cabais de estar francamente alheio a tais instituições. Fato que, ironicamente (para transcender o trágico), não impediu que nos apropriássemos daquelas. Evidentemente que tal apropriação, com efeito, conferiu sentidos diversamente estranhos a tais instituições. Talvez, estes sentidos múltiplos nos faça contemplar a conhecida *terra do contrastes* com outra perspectiva. Diz-nos Figueiredo:

> Se a Modernidade Ocidental é 'inaugurada' no século XVII, se o sujeito moderno começa nesta época a se consolidar, se os ideários da modernidade vão sendo elaborados nas suas múltiplas e aparentemente contraditórias versões ao longo dos dois séculos seguintes, nada disso pode conservar seus significados e eficácias de origem quando transpostos para um país dividido historicamente entre pessoas -elite cultural e econômica- escravos (que nada são em termos de humanidade) e uma população pobre ou remediada de brancos ou mulatos libertos cujos destinos eram, como vimos acima, ou o desvalimento gurgulino de (meros) indivíduos ou alguma forma de agregação ou dependência pessoal. (Figueiredo, 1995, p.50)

Ou seja, todas as 'soluções' implementadas pela cultura européia moderna para efetivar seu ideário de emancipação pela autonomia (Liberalismo, Tecnocracias, Romantismo, etc) perdiam a consistência na ausência de seu protagonista: o sujeito. Afora a conhecida crítica de Berlin (1991) acerca do excesso de utopismo nesta crença moderna acerca da viabilidade do sujeito[27], é um fato, segundo Figueiredo (1995), a completa impossibilidade de êxito na implantação de tal ideário (e tudo o que dele segue) em um contexto como o brasileiro. Contudo, nossa história mostra que tal impossibilidade não sensibilizava nossa elite econômica e cultural,

[26]Na narrativa de Calvino, tratar-se-ia da postura de Agilulfo.
[27]A título de esclarecimento, em "Limites da Utopia: capítulos da História das idéias", o filósofo Isaiah Berlin aponta para algumas utopias políticas. Na Modernidade, tais utopias encontrariam uma origem comum no projeto epistemológico cartesiano: a fabricação artificial de um humano perfeito.

nem tampouco os homens pobres e livres, que, de alguma forma, agenciaram esta particular forma pela qual a Modernidade adentrou em nossa cultura.

Assim, pode-se dizer que, no Brasil, a Modernidade entrou na cultura, nos hábitos, costumes, nas idéias políticas, nos modos de ser, viver e conviver, sobretudo como um grande *ornamento* (Schwarz *apud* Figueiredo, 1995). Sim, pois, afora o culto dissimulado do ideário moderno, preservava-se todas as instituições abomináveis pela Modernidade: a elitização, o regime personalizado e personalizante das relações particulares, a proteção aos parentes, os favores e jeitinhos, etc (Figueiredo, 1995).

Estaríamos, pois, às voltas com uma grande dissimulação no momento de implementação da Modernidade no Brasil. Dissimulação na medida em que o apreço pelas instituições modernas (por parte da elite econômica e cultural), como se diz, *era da boca para fora*. Sim, pois, caso contrário, a elite modernizante renunciaria a conservação das instituições pré-modernas. O problema consistia na perda do poder econômico e político que tal ato promoveria. A elite não poderia abrir mão dos procedimentos de dominação em prol de ideologias progressistas. Sua riqueza e poderio político, portanto, estava absolutamente ancorado em instituições pré-modernas. A dissimulação consistia no apreço e no gosto pela cultura européia que apareceu como uma imitação estilizada de algo com o qual não se poderia ser mais refratário.

Sobre o estado de coisas, tal qual o mesmo se mostra no Brasil, de certo tempo para cá, Figueiredo (1995) atesta que *para todos os efeitos legais, isto é, de mentirinha, somos todos cidadãos brasileiros*. É sabido que, ao menos desde a proclamação da Independência e, mais recentemente, desde a implementação da ordem democrática e da Constituição Federal de 1988, o Brasil entrou na atmosfera ideológica das sociedades mais avançadas do mundo em termos de legislação. Não obstante, afora o furor ideológico, é bastante evidente a existência dos *supercidadãos* e dos *subcidadãos*. Dentro de nossa categoria analítica, os supercidadãos seriam *pessoas*, portanto, acima de qualquer lei impessoal; aos *(meros) indivíduos* uma subcidadania caracterizada pela escassez de benefícios legais que se faz acompanhar pelos freqüentes e excessivos deveres para com a mesma. Tudo se passa como o previsto pela famosa frase: *aos amigos tudo, aos outros a lei*.

Desta lamentável constatação nasceria a tão apontada corrupção, tão presente no cotidiano nacional. A corrupção seria previsivelmente endêmica em uma democracia *de mentirinha* como a nossa, na medida em que, na prática, afora os jargões de palanques, *nossa compreensão de democracia se remete a uma expectativa de rodízio nas duas condições* (super e subcidadania) (Figueiredo, 1995). Ou seja, de um ponto de vista empírico, sabemos que a laudatória menção à expectativa por nivelamento (menção e expectativa típica de um Estado Democrático Moderno) consistiria na expectativa por gozar de certas imunidades e impunidades (Figueiredo,1995).

A figura do cidadão seria a encarnação do ideal de subjetividade moderna em sua versão política. A se articular com a narrativa de Calvino, podemos afirmar que a figura do cidadão corresponderia a figura representada por Agilulfo: além de rara, sua eventual encenação pode ser bastante antipática.

Muito inspirado pela formação de uma cultura reivindicativa, para não dizer histérica[28], no Brasil contemporâneo há certa expectativa pela experimentação do gosto da *real* cidadania. Ao que nos parece, Figueiredo permanece preciso ao lembrar que a encenação da subjetividade moderna em sua versão politizada, quando levada a cabo por alguém, costuma ser alvo de desconfiança e, costumeiramente, cria-se um sentimento de antipatia e suspeita para com a mesma.

Em um cenário propulsionado pela ideologia do progresso, *pessoas* e *(meros) indivíduos* dão mostras de duas formas distintas de conduta e, correlatamente, confirmam a existência dos dois códigos de referências morais apontados por DaMatta(1993). O *(mero) indivíduo* é perfeitamente contemplado pela figura caricata do *caxias* (Figueiredo, 1995): perfeitamente adequado aos valores que animam o código de conduta moderno, e, entretanto, em franco processo de assujeitamento na medida em que a expectativa do progresso por esta via, corresponde a inexistência de qualquer autonomia. Essa figura é aquela que espera o reconhecimento de seu projeto de vida regulado pelo dever, impulsionado pela vontade. É aquele que espera ser reconhecido por estar dentro fazendo o que dele se espera. É de se esperar que se encontre em um mesmo espaço, a figura da pessoa, também

[28]O termo faz referência, ainda que de modo não técnico, ao uso psicanalítico do termo. Grosso modo, uma das maiores características sintomáticas de uma personalidade flagrantemente histérica, é certa predileção pela reclamação. Um sintoma associado bastante comum é uma demanda delegada a algum outro, que lhe é significativo, para que este se mova no sentido de resolver a situação.

animada pela perspectiva do progresso. O correlato do *caxias*, no caso da pessoa, seria a figura do *puxa-saco* (Figueiredo, 1995): aquele que busca na vinculação afetiva um meio de *crescer na vida*. O *puxa-saco*, claramente não está referenciado ao mesmo código de conduta que referencia o *caxias*. Tal conduta, no caso do *puxa-saco* é caracterizada pelo servilismo e a vassalagem, pela busca por favores de uma outra *pessoa*, no caso, mais poderosa (Figueiredo, 1995).

Dentro do intuito de entender a forma, e os efeitos, da apropriação da Modernidade no Brasil e, a partir destas duas versões caricatas de modos de se perseguir um valor tipicamente moderno, podemos entender que ambas seriam formas tipicamente brasileiras de exercer o típico individualismo moderno. Seja na versão da pessoa (puxa-saco) ou do (mero) indivíduo (o caxias), ambos estão às voltas consigo mesmo, buscando meios de se aperfeiçoar em seus métodos.

Não obstante, tais estratégias de busca pelo ideal moderno apresentam perigosas vicissitudes. Não seria equivocado aquele que associasse o puxa-saco com a conhecida figura do malandro brasileiro. Ocorre que junto com as transformações das grandes cidades, fazia-se acompanhar a escassez das condições de produção de *pessoas*. Porém, dificilmente a *pessoa* costuma se afeiçoar com as estratégias dos *(meros) indivíduos*. Desse modo, encontramos uma explicação para a paulatina transformação da simpática figura do malandro em uma outra coisa. Estas pessoas, em um ambiente desfavorável aos seus modos de ser, tendem a procurar pela realização do ideal moderno pela via do banditismo e da transgressão. Com o poder, lhe é permitido o cortejo com a idealizada possibilidade de autonomia e, de quebra, conseguir o prestígio, ideal típico de *pessoas* (Figueiredo, 1995). Muito daquilo que se assiste nas favelas e comunidades, pode ser entendido por este ângulo. Nesses lugares, é bastante comum encontrarmos simulacros da figura dos antigos coronéis. Figura que atrai outras *pessoas* que buscam favores e benefícios a partir da vassalagem.

Ora, pela via dos modos de subjetivação, estamos a falar sobre as transformações que se sucederam na recente história brasileira, sobretudo, a partir do processo de urbanização, modernização e internacionalização da nossa vida social e cultural. Figueiredo (1995) entende que este processo acentua uma considerável redução nas vias que possibilitam os (*meros) indivíduos* procurarem pela *personalização*. Sendo este destino, paulatinamente, mais e mais inacessível a conseqüência

imediata seria a acelerada produção de um exército de despersonalizados e anônimos indivíduos, nossos Gurgurus. Ou seja, Figueiredo (1995) não está a dizer que tudo o que envolve *a pessoa* (enquanto modelo subjetivo) tenha perdido sua atratividade no imaginário popular. O autor aponta para o estreitamento das vias de fato da *personalização*, restando ao *(mero) indivíduo*, portanto, as vias de *assujeitamento.* Essa seria a principal via de nossa entrada em uma subjetividade tipicamente moderna.

O problema, segundo o autor, é que o Brasil adentrou no espectro moderno no exato momento em que a cultura européia do século XX já se encontrava asfixiada pelas vicissitudes deste modelo. Ou seja, entramos na Modernidade no momento em que os modernos se despediam da mesma. Segundo o autor:

> A comédia tenderia assim a se perpetuar: buscamos a Modernidade muitas vezes abraçando e exibindo exatamente idéias e práticas que nas suas origens são parte da transição para uma outra era. Novamente idéias aqui, fora de lugar (Figueiredo, 1995, p.70)

Dentro deste panorama, Figueiredo (1995) volta sua atenção para as derivações deste estado de coisas. Segundo o autor, uma das principais derivações desta nossa transição para uma subjetividade moderna se faz ver pelas chamadas "militâncias". O autor promove a militância à condição de via de subjetivação. A partir das categorias propostas para designar os "tipos" de subjetividade que coabitam o "espírito brasileiro", o autor passa a pensar no significado particular da militância enquanto modo de vida (Figueiredo, 1995) dentro do panorama histórico e cultural no qual a mesma se insere, a saber: como via de modernização dos modos de subjetivação dominantes no Brasil.

A via da militância como modo de implementação da subjetividade moderna ao espírito brasileiro pressuporia uma ruptura com as vias de personalização e, portanto, uma opção pelo assujeitamento. Diz-nos Figueiredo:

> A alternativa da militância está aberta, na verdade, tanto para a massa dos gurgulus que se engajam num projeto coletivo e individual de auto-fortalecimento da consciência e da vontade para a constituição de uma subjetividade soberana, como também para paladinos que, talvez, antecipem o fim de sua ordem (Figueiredo, 1995, p.71)

Ao considerarmos a via da militância enquanto uma possibilidade aos *paladinos* estamos a pensar na personalização (modo de subjetivação) e em todos os caracteres constitutivos associados: familiares, amizades, história particular, nomes

próprios, etc. Também é importante ressaltar que a personalização não seria uma espécie de "tipo psicológico" possível de ser encontrado em um "tipo de pessoa". O autor aponta, ao contrário, que a mesma personalização que se faz presente nos chamados coronéis, também estaria presente em todos nós. Para se fazer entender, Figueiredo empresta a expressão usada por Suely Rolnik: *os coronéis em nós*.

Para Figueiredo (1995), a rigidez e o dogmatismo de uma certa militância política, são marcas típicas da sua passagem a "modo de vida". Segundo o autor, a ausência de um lugar natural na sociedade para o sujeito (ausência de práticas sociais e de uma cultura constitutiva da subjetividade moderna) determinaria uma exagerada posição dos militantes. Como se esse exagero revelasse um esforço para se manter à parte das práticas sociais correntes e, ao mesmo tempo, para criar um lugar (cultura) para, depois, habitá-lo. Tratar-se-ia, portanto, retomando a novela de Calvino, de uma posição agilúlfica: um *sujeito* no meio das *pessoas*. O autor coloca a militância em uma posição de excentricidade, expressa não somente por suas idéias, mais ou menos, revolucionárias, mas sim no modo de subjetivação que procuravam experimentar e implementar: uma espécie de versão caricatural da subjetividade moderna (Figueiredo, 1995).

Ao retomar a história social e cultural brasileira, desde o século XIX, Figueiredo (1995) constata que as primeiras militância surgem com (meros) indivíduos que podiam empreender (médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, professores, etc). Estes *(meros) indivíduos* recorreriam à militância política e teórica por estarem dentro de uma atmosfera sócio-cultural que lhes convidava a um processo de assujeitamento. Ocorre que havia "doses" de personalização muito notórias em tais (meros) indivíduos. Por exemplo, a base de seu trabalho e carreira era, em grande medida, condicionada ao seu universo relacional. Entretanto, a aura dos tempos no Brasil (início da modernização), os predispunha a cultuar a noção de autonomia. Seriam portanto estes *(meros) indivíduos* os representantes da primeira militância moderna e modernizante no Brasil, comprometida com valores, normas e procedimentos da Modernidade e da constituição moderna da subjetividade: a militância positivista (Figueiredo, 1995).

Como se sabe, o Positivismo surge no século XIX na Europa, e confere concretude às conquista da França revolucionária, oferecendo o horizonte para suprir a lacuna espiritual deixada em aberto com crise do catolicismo. Entre outras coisas, o

advento do conceito de Governo Científico (governo na mão de uma elite de técnicos) prosperou enormemente, passando a pautar a caracterização de toda e qualquer organização política do Ocidente Moderno. De acordo com Figueiredo (1995) o Positivismo foi o estilo ideológico que serviu perfeitamente aos interesses das camadas sociais em ascensão no Brasil do final do século XIX e início do XX, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O autor assinala sobre as diferenças entre tal militância (positivista) e aquela que passa a ganhar corpo entre artesãos e operários no início do século XX (a militância anarquista e socialista). Mas, dentro de seu panorama, Figueiredo (1995) estabelece uma caracterização mais genérica: ambas corresponderiam a um empenho por constituir um lugar para o *sujeito* na sociedade brasileira.

O Positivismo comteano continha todos os elementos fomentadores de uma cultura progressista, intervencionista e planejadora. A noção de progresso preenchia o horizonte existencial, planejamento e intervenção serviriam de método para alcançar o horizonte. Para Figueiredo (1995), este enxerto ideológico é fundamental para a compreensão das transformações da subjetividade brasileira. Dentro do panorama nacional, a ideologia positivista serviu como sustentação para projetos políticos progressistas, criadores de condições de assujeitamento.

O principal efeito dos projetos progressistas modernizantes seria a criação de uma intolerância à própria cultura brasileira. Segundo Figueiredo (1995), *ao lado de uma exigência férrea de devotamento aos princípios universais e inflexíveis da filosofia, impunham uma total separação entre os adeptos e tudo o que fosse vida social e cultural brasileira*. A busca por um lugar para exercer a subjetividade moderna, segundo o autor, provocou um distanciamento das universidades, jornais e dos cargos públicos.

O Positivismo também se fez notar nos projetos educacionais, médico-higienistas e urbanísticos do início do século. Nestes casos, a modernização era perseguida através da ação do Estado e com o recurso a formas arbitrárias de exercício do Poder (Figueiredo, 1995).

Capítulo 5

Recapitulando para capitular

Nesta sessão, procedemos uma análise do material até então arrolado. Nossa análise foi feitas em duas partes. Primeiramente recuperamos algumas das informações dispostas na PN e o modo como isto se converte em uma ação social do poder público: o Projeto Atenção Urbana. Esta articulação foi analisada a partir das teorias de Luis Cláudio Figueiredo, acerca das matrizes da subjetividade moderna e dos modos de subjetivação. Em seguida, estas mesmas teorias foram utilizadas para analisar as situações descritas, acerca de minha experiência no interior do Projeto.

Para iniciar, sugiro uma recapitulação do conteúdo posto em uso a partir da publicação da PN[29]. Conforme mencionado no capítulo 2, a PN pode ser dividida em quatro grandes partes. A primeira delas trata de explicações acerca do que a mesma chama de "fenômeno do morador de rua". A partir destas explicações são arrolados uma série de objetivos. A segunda parte faz uma caracterização desta população. Explicada e caracterizada a questão do morador de rua, a PN estabelece princípios e diretrizes para orientar os trabalhos realizados com esta população. Por último, a PN que, conforme dissemos, é fruto de uma discussão intersetorial (entre diferentes Ministérios) cria uma agenda com um plano de ação estratégico destinado aos diferentes Ministérios. Todas as diferentes incumbências (aos diferentes Ministérios) culminariam em planos estratégicos que, por sua vez, estariam reportados a uma grande ação integrada, cujo objetivo final seria promover a ressocialização do morador rua.

Antes de adentrarmos em uma destas Ações Estratégicas[30], vamos retomar de modo resumido os apontamentos da PN (explicações, caracterização, princípios e diretrizes).

---

[29]A PN nasce com o objetivo expresso de orientar a construção e execução de trabalhos voltados a esta população (BRASIL, 2008a). Assim, todo e qualquer trabalho, serviço, projeto dedicado única e exclusivamente para o morador de rua deverá contemplar as disposições previstas neste documento.

[30]O Projeto Atenção Urbana é parte de uma destas Ações Estratégicas. No caso, uma ação estratégica destinada a Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

Diante dos resultados apontados pela Pesquisa Censitária Nacional (BRASIL, 2008b), a PN estabelece uma explicação para responder a questão suscitada pelo gradual aumento da população em situação de rua no âmbito nacional. A primeira explicação seria o histórico descaso do poder público para com esta população. Segundo a PN, um exemplo deste descaso é a ausência de uma orientação pública que orquestre ações estratégicas, direcionadas a agir sobre o problema. Ainda no âmbito das explicações, a PN entende que os moradores de rua são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Processos que estariam em vigência em decorrência da lógica capitalista, desde o nascimento das primeiras cidades no Brasil. Esta lógica condicionaria um estado de coisas caracterizado pela profunda desigualdade social: uma minoria rica e a maioria pobre. Assim, segundo a PN, a população de rua é um reflexo da própria estrutura do capitalismo. No caso desta população, os principais efeitos seriam as rupturas com a família e com o mercado de trabalho.

Uma vez explicada a gênese do "fenômeno"[31], o documento procura explicações para sua sustentação. Nesse campo, as responsabilidades são delegadas tanto à Sociedade Civil, quanto ao Estado. Ambas as instituições seriam mantenedoras do "fenômeno" por preservarem uma mentalidade equivocada, produtora de condutas igualmente equivocadas. A PN se refere as "pulsões"[32] assistencialistas, paternalistas, autoritárias e higienistas. Todas estas pulsões são arroladas como fatores que inviabilizam a reinserção desta população no âmbito social. Esta reinserção é assumida como objetivo. Pela via da garantia de direitos, a PN entende ser possível seu cumprimento.

A partir da Constituição Federal do Brasil, a PN assume que a família é o lugar de realizações individuais plenas. Desta disposição constitucional, surge o argumento de que a busca pela família deve ser a base para políticas públicas dirigidas a populações em vulnerabilidade. Assim, o objetivo central de promover a ressocialização se associa a recuperação do convívio familiar. Desta articulação, surge uma de suas principais orientações.

[31]É desta forma que a PN se dirige a esta população: "o fenômeno do morador de rua"
[32]O termo é usado pela PN, mas não tem nenhuma relação com o sentido usado, por exemplo, pela psicanálise. Trata-se de uma expressão usada no sentido de uma ação "impensada", "pouco refletida".

Esta orientação parte dos resultados apontados pela Pesquisa Censitária Nacional (BRASIL, 2008). Segundo o documento, um dos principais motivos de ingresso da vida nas ruas são os desentendimentos e rompimentos familiares. Ocorre que a orientação disposta pela PN, encontra um grande obstáculo para se concretizar: na grande maioria dos casos, as famílias não estariam dispostas a tê-los de volta ao lar.

Esta constatação fez a PN entender que a única solução possível para o impasse, seria uma proposta de ampliação dos sentidos e arranjos compreensíveis da instituição família. A PN sugere a superação do modelo familiar tradicional em prol da constituição de grupos que exerçam a "função família" (BRASIL, 2008a). Esta proposta representa uma solução que preserva a filiação da PN com as disposições constitucionais e, ao mesmo tempo, que propõe a superação do impasse observado na situação[33].

Para "garantir as garantias" defendidas para a população de rua, a PN faz questão de se inserir no rol das políticas públicas que combatem as injustiças sociais, cometidas contra setores estigmatizados da população. Tal como as demais políticas públicas, a PN cobra uma atuação permanente do Estado, para intervir e manter uma contínua atuação, no sentido de transformar a calamitosa situação do morador de rua.

A PN encontra legitimidade para cobrar a atuação do Estado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)[34]. Foi desta forma que se incutiu obrigatoriedade junto ao poder público municipal, no que consta à tarefa de manter serviços e programas de atenção à população de rua, garantindo padrões básicos de dignidade e não-violência na concretização de mínimos sociais, e dos direitos à cidadania a esse segmento social (BRASIL,2008a).

Por fim, a PN mostra a necessidade da população alvo ser contemplada intersetorialmente, haja vista a gama de diferentes setores direta ou indiretamente

---

[33] A esta altura, já se faz possível comentar que, a partir de minha experiência, a idéia dos grupos artificiais que, supostamente, exerceriam a "função família", não consegue se impor. O máximo que se nota são as chamadas “malocas”: grupos de moradores de rua que se reúnem para beber, conversar e dormir. Contudo, estas "malocas" se dissipam com a mesma rapidez com que se organizam. Basta alguma confusão -por exemplo, o sumiço de um litro de cachaça- para que os indivíduos estivessem novamente sozinhos.

[34]A LOAS regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais.A referida injunção (PN junto a LOAS) legitimaria a obrigatoriedade pela formulação de programas de amparo à população em situação de rua.

envolvidos na manutenção do problema descrito. Assim, a PN atesta a importância de intersecções com políticas que visam outros alvos, como o Estatuto do Idoso, o ECA, PN para Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Política para as Mulheres, O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária, e tantos outros que se entrecruzam na realidade específica desta população.

Em seguida, a PN faz uma caracterização da população de rua, também com base nos resultados da Pesquisa Censitária Nacional (BRASIL, 2008b). Conforme mencionado[35], São Paulo (e outras cidades) já haviam feito uma pesquisa semelhante no âmbito municipal. Esse foi o motivo pelo qual São Paulo não foi incluído na Pesquisa Censitária Nacional[36].

A caracterização estabelece que a população de rua do Brasil é adulta, sendo predominante a faixa etária de 25 a 44 anos e negra (conjunto formado entre os que se declaram pardos e pretos). A renda semanal predominante oscila entre $20 e $80. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria sabe ler e escrever, contudo quase a metade não terminou sequer o primeiro grau. Os motivos mais freqüentes para a ida às ruas são: desavenças familiares, desemprego e problemas com álcool/drogas. Predominantemente vivem no mesmo município, ou no Estado, onde nasceram. A maioria possui parente no município onde se encontram mas, ou não mantém contato, ou mantém contatos esparsos. A população de rua é composta predominantemente por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada na economia informal. A grande maioria não é atingida pela cobertura de benefícios advindos de programas governamentais[37].

No caso de São Paulo, os resultados da Pesquisa Censitária[38] também aponta que a esmagadora maioria é adulta, entre os 25 e 44 anos, do gênero masculino. O mesmo não é possível de ser afirmado quanto a cor. Em São Paulo, segundo a

---

[35] Ver Capítulo 2.

[36] Ainda sim a PN serviu de referencial para os trabalhos desenvolvidos em São Paulo.

[37] Desta constatação, a PN conclui que *as pessoas que vivem em situação de rua sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos, utilizando-se de diferentes estratégias para sobrevivência.* Haveria, portanto, a necessidade de identificar estas estratégias. Esta identificação tem o objetivo expresso de torná-los cientes de que tais estratégias significam uma séria violação de direitos humanos, e que exatamente por isso, haveria algum programa governamental para auxiliá-los (BRASIL,2008a).

[38] Todos os dados foram extraídos do *Censo e Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo.* São Paulo: FESPSP, [2011].

pesquisa censitária, 25% se declara branca, 38% é negra (conjunto formado entre aqueles que se declaram pretos ou pardos)[39]. Quanto a escolaridade, uma outra diferença aparece. Em São Paulo somente 14,42% da população de rua não terminou sequer o primeiro grau. A grande maioria, além de saber ler e escrever, possui vida escolar pregressa[40]. Antes da vida nas ruas, 86% dos moradores de rua paulistano trabalhavam em algum setor. Após a ida às ruas, há um grande equilíbrio entre aqueles que trabalham todos os dias para ter dinheiro (50,65%) e aqueles que não trabalham (49,35%). Dentre aqueles que não trabalham, a principal forma de obtenção de dinheiro consiste na doação de transeuntes. Dos que trabalham, o rendimento mensal médio per capita é de aproximadamente R$ 430[41]. A maioria vive no mesmo município, ou Estado, onde nasceu. E, um dado que chama a atenção é que 67,85% desta população provém de "residência normal"[42] e, a maioria (49,2%) era proprietário do espaço onde vivia. Nessas habitações, a esmagadora maioria vivia com familiares. O principal motivo alegado para a ida às ruas é o "desentendimento familiar". Por sua vez, este desentendimento é, principalmente, ocasionado por brigas causadas pelo uso de álcool e drogas.

A partir da explicação, dos objetivos e da caracterização, a PN estabelece alguns princípios e diretrizes para o trabalho com esta população. Os trabalhos devem ser pautados pelos princípios da garantia da cidadania e dos direitos humanos, e as diretrizes devem apontar para o resgate da auto-estima e reorganização de um projeto de vida. Portanto, todas as ações estratégicas (inter-setoriais) que, conforme dissemos, estariam reportadas para uma grande e única ação integral, deveriam ser pautadas por estes princípios e diretrizes. Estes princípios e diretrizes são a substância das ações estratégicas.

Conforme dissemos, uma destas ações estratégicas, foi delegada no nível municipal à Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Para esta Secretaria delegou-se a incumbência de atuar no sentido de: estruturar a rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua; reordenar as práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas

---

[39]Embora também haja maioria de negros, a comparação parece apontar para uma diferença. No âmbito nacional, 67% se declararam negros (pretos ou pardos), 29,5% brancos. A diferença seria de 37,5 % no âmbito nacional e 13% em São Paulo.

[40]No âmbito nacional, quase metade não terminou sequer o primeiro grau

[41] Aproximadamente R$107 semanais.

[42]A pesquisa censitária caracteriza "residência normal" por contraste, ou seja, a partir de uma diferenciação com "favela", "alojamento de trabalho", cortiço e sistema prisional.

na oferta dos serviços, especialmente os albergues; produzir e sistematizar informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da população em situação de rua; incluir os nomes dos moradores de rua no Cadastro único do Governo Federal para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais; assegurar a inclusão de crianças e adolescentes em situação de trabalho na rua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; incluir pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada e no Programa Bolsa Família, na forma a ser definida; conferir incentivos especiais para a freqüência escolar das pessoas inseridas nos equipamentos da Assistência Social, em parceria com o Ministério da Educação; promover novas oportunidades de trabalho ou inclusão produtiva em articulação com as políticas públicas de geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social (BRASIL,2008a).

O Projeto Atenção Urbana se propõe a atuar, direta ou indiretamente, em todos os níveis demandados à Secretaria. Entretanto, a ênfase do trabalho consiste no desenvolvimento da capacidade de conhecer as formas de vulnerabilidade social da população e do território. Este desenvolvimento é necessário para a confecção de um diagnóstico do local e da população. Esse diagnóstico é previsto como forma de auxiliar a compreensão da realidade social e das causas geradoras da situação de rua e, portanto, condição de uma intervenção eficaz (São Paulo, 2009).

Uma vez cumpridas estas metas, caberá aos agentes sócio-educativos o estabelecimento do vínculo de confiança com os moradores de rua. O vínculo interpessoal é apontado como meio para se alcançar o objetivo de reconstruir a autoestima e, a partir disso, recriar um projeto de vida pautado na garantia dos direitos dos quais estavam privados. Este trabalho é proposto tendo como pilar a garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

Conforme mencionamos, o edital (São Paulo, 2009) expressa a parceria com a rede sócio assistencial de abrangência do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). A proposta é que através de abordagens caracterizadas pela formação do vínculo de confiança entre orientador sócio-educativo e adulto em situação de rua, em conjunto com o apoio da rede assistencial articulada, consiga-se alcançar os objetivos de orientar, encaminhar, monitorar e manter a vigilância das situações de risco social.

O mesmo edital também estipula que o Projeto Atenção Urbana deve ser entendido como processo fundamental de construção de um projeto de vida fora das ruas. Para se alcançar esta meta, o trabalho deverá estar pautado por uma metodologia que abranja *os eixos da educação social de rua e a processualidade do trabalho*, *priorizando os aspectos da história de vida, história familiar e a história institucional* (São Paulo, 2009). É deste modo que o Projeto Atenção Urbana se apresenta como agente de uma *relação dinâmica, contínua e dialógica*, partindo do pressuposto de que *um projeto pedagógico precisa ser norteado por uma concepção de educação social que propicie a participação do sujeito na construção de um projeto de vida ético, político e coletivo*(São Paulo, 2009).

A proposta do projeto é oferecer ao morador de rua as condições para a apropriação de seu processo histórico. Esta apropriação é posta como condição de transformação do morador de rua em um sujeito politicamente ativo. A reconstrução do projeto de vida, condicionada pelo desenvolvimento da autoestima, aparece associada a esta apropriação dos processos históricos. Assim, a metodologia, os princípios e diretrizes, são traçados no sentido de promover esta apropriação. O êxito da ação estratégica consiste nisso.

Não obstante, conforme já dissemos no Capítulo 2, o edital prescreve critérios de avaliação que, a partir de minha experiência, acaba por transformar a realidade do trabalho em algo bastante distinto do horizonte previsto, seja pela PN, seja pelo Projeto por ela orquestrado. Ademais, afora as confusões internas, disparadas pela aparente incoerência entre objetivos e critérios de avaliação, a experiência direta com esta população trouxe à tona alguns elementos não computados pela PN que, talvez, colaborem para seu insucesso.

Capitulando para articular

Podemos começar nossa análise pelas confusões internas do Projeto. Conforme dissemos, grande parte das confusões eram disparadas pela aparente incoerência entre objetivos previstos e os critérios de avaliação. É importante começarmos por

este aspecto porque ele gera um padrão normativo que, na prática, regula o dia-a-dia deste trabalho e, conforme dissemos, produz grande mal-estar.

Naturalmente que um agente sócio-educativo não irá saber de toda a gama de informações[43] no primeiro dia de seu trabalho. Talvez, se não for de seu interesse, jamais venha a saber. No entanto, essa gama enorme de informações se precipitam formando uma atmosfera semântica. O agente sócio-educativo entra em contato com isso em situações do seu cotidiano de trabalho. Por exemplo, diante do inevitável contato com a coordenação do Projeto. Nesse contato, o agente percebe um grande temor dos coordenadores para com as esferas de supervisão. Essa percepção torna-se aguda nos momentos das cobranças por "produtividade". A frase "vá às ruas, entre em contato com o maior número de moradores e traga o maior número de fichas que você conseguir" serve como ilustração. Na prática, essa é a orientação do trabalho.

O contato com os demais agentes sócio-educativos é o contato com um clima de ressentimento mal elaborado e canalizado que, amiúde, se transforma em um mal-estar generalizado. Grande parte dos colegas se mostram refratários ao enquadramento do serviço e, rapidamente, o ambiente de trabalho é dominado por um anárquico clima de hostilidade, contra tudo e contra todos. Instala-se rapidamente um sentimento de persecutoriedade, em que todos se queixam de estarem sendo perseguidos, vigiados e alvejados injustamente. Se formavam as chamadas "panelinhas", prontamente reconhecíveis por todos os envolvidos: de um lado estavam aqueles que se posicionavam de modo mais próximo da coordenação, fazendo o trabalho que lhes era pedido, sem muitas críticas; do outro, os chamados "militantes", aqueles que faziam a resistência, que boicotavam os planos da coordenação e que se empenhavam em exercer um posicionamento diferenciado. Com uma rapidez impressionante, o cotidiano se transformava em um grande jogo de intrigas, em que coordenação, equipe técnica e agentes se esforçam para prejudicar uns aos outros. Segundo uma apreciação alternativa e explicitada apenas nos contextos mais restritos, de um lado estariam aqueles que "precisavam do trabalho", que lutavam para preservá-lo. Estes agentes eram apreciados pela coordenação e muito mal vistos pela militância. Por outro lado, a dita militância era formada por pessoas que, aparentemente, não "precisavam do trabalho". Estavam

[43] Estou me referindo àquilo que está disposto pela PN e no próprio edital do Projeto.

ali por acreditar no trabalho social e/ou por não acreditar (ou conseguir) estar em outro tipo de trabalho. Estes militantes eram mal-vistos pela coordenação e pelos que "precisavam" do trabalho. Muito amiúde, costumavam ser vistos como "rebeldes sem causa" e "filhinhos de papai revoltados".

É importante notar que o disparador deste imbróglio, em grande parte, era a aparente incoerência entre a forma pela qual era discursivamente caracterizado o objetivo do trabalho e a forma como o mesmo era avaliado. Os agentes sócio-educativos entravam em contato com a "visão oficial" da "questão do morador de rua" em meio às incontáveis reuniões chamadas, ora pela coordenação, ora pela supervisão.

Pela minha experiência nessas reuniões, em que se transmitia o "cerne do problema do morador de rua", todo e qualquer caso sempre era analisado sob o crivo da explicação efetuada pela PN. Conseqüentemente, toda a direção do trabalho era direcionada de modo a contemplar os princípios da garantia do direito a cidadania e dos direitos humanos, dos quais eles estariam privados[44]. Discursivamente, diante de qualquer dificuldade factual, sempre era colocada a necessidade de trabalhar enfaticamente na reconstrução de sua auto-estima, sem a qual nada poderia ocorrer[45].

Aqui tínhamos um dos raros pontos pacíficos entre todos os envolvidos no trabalho. Supervisão, coordenação, equipe técnicas e agentes sócio-educativos (militantes ou não) pareciam concordar com a explicação do "problema do morador de rua": privação e exclusão de direitos fundamentais. Conseqüentemente, havia uma aparente unanimidade com relação a direção do trabalho a ser feito: garantir os direitos dos quais eles estavam privados.

Contudo, as discordâncias apareciam com relação ao modo como trabalho era avaliado. Os chamados militantes faziam questão de lembrar que o problema inicial, segundo a própria PN, seria a lógica do capitalismo. Indignavam-se com um critério de avaliação que impossibilitava o estabelecimento de uma relação dialógica e processual, na medida em que a expectativa, por parte do Projeto, era de produzir

---

[44] Como já dissemos, a privação de direitos a cidadania (social, econômico, político, etc) e dos direitos humanos (dignidade, respeito, etc) era vista como "cerne do problema" e, conseqüentemente, como cerne da solução.

[45] Aliás, este é o principal motivo para o cargo de agente sócio-educativo demandar pessoas formadas em Psicologia: profissionais que teriam o saber instrumental para reconstruir "auto-estima".

dados e grandes quantidades de fichas de atendimentos. Segundo os militantes, esta expectativa de produtividade no trabalho social descaracterizava o Projeto e lhe concedia um caráter "industrial"[46]. Assim, seria impossível manter uma certa postura política crítica ao capitalismo e, ao mesmo tempo, trabalhar segundo sua própria lógica.

Por outro lado, nestas reuniões, os demais agentes tendiam ao silêncio. Nas raras vezes em que se pronunciavam, faziam questão de manifestar um posicionamento contrário ao dos militantes. Costumavam dizer que era perfeitamente possível contemplar os objetivos do Projeto (e, conseqüentemente, da PN) por meio daquele critério de avaliação. Ademais, também costumavam defender o critério de avaliação por entender que o mesmo apontava "quem trabalhava" e quem "matava o trabalho". Segundo estes agentes, era muito cômodo se indignar com a dureza da situação dos moradores de rua, tomando intermináveis cafés no meio do expediente[47].

Fora das reuniões, ocorriam outras situações em que as diferenças se impunham, e a tensão se aflorava. Uma das mais emblemáticas advinha da própria coordenação. Não raras vezes, a coordenação solicitava aos agentes o cumprimento de ações emergenciais.

Estas ações, por sua vez, eram solicitações da supervisão. Um exemplo de ação emergencial eram as solicitações para que fossemos ao encontro de algum morador de rua que estivesse dormindo na frente da casa de algum munícipe. Estas ações eram efeito de um fluxo determinado. O munícipe ligava para a Prefeitura para fazer a reclamação e pedir alguma providência. Na prefeitura, a reclamação era encaminhada para a SMADS, que acionava o CRAS de referência do endereço do munícipe. Por sua vez, o CRAS (que fazia a supervisão do Projeto) acionava a coordenação, e assim a demanda chegava aos agentes.

Um outro exemplo de ação emergencial eram as solicitações advindas de órgãos e serviços públicos (geralmente na área da Saúde): uma unidade básica de saúde, com problemas para atender um morador de rua acionava a coordenação do Projeto, solicitando algum agente para ajudar a resolver a situação.

---

[46] Essa expressão fazia referência às linhas de produção.

[47] Uma vez que trabalhávamos nas ruas, em um mesmo perímetro espacial, era comum que os agentes se encontrassem. Não raras vezes, os militantes se encontravam em padarias para discutir um modo mais orquestrado de exercer a resistência. Freqüentemente, os demais agentes passavam em frente a estas padarias e presenciavam estas reuniões.

Costumeiramente, a coordenação acatava estas solicitações, justificando que era importante manter um bom relacionamento com "as outras pontas do trabalho".

Bastante comum, estas ações emergenciais eram uma outra influência negativa no cotidiano de trabalho. Diferentemente da questão dos critérios de avaliação, as ações emergenciais pareciam incomodar tanto os agentes militantes, quanto os não militantes. Naturalmente que estes incômodos eram distintos.

Os militantes não se conformavam com a submissão da coordenação e da supervisão do Projeto. Para este grupos, a "submissão incondicional" dava provas do "verdadeiro caráter" do Projeto. Costumeiramente, os militantes se recusavam a atender estas solicitações. A recusa era justificada com a própria PN, segundo a qual, Sociedade Civil e Estado seriam mantenedores da situação em decorrência de suas habituais pulsões assistencialistas, paternalistas, autoritárias e higienistas. Por sua vez, os não militantes acatavam estas solicitações, mas se incomodavam porque isso trazia implicações na "produtividade".

Ora, do ponto de vista dos modos de subjetivação, das matrizes da subjetividade moderna e, do modo como decorre a inserção do Brasil num panorama moderno, o que esta série de situações nos permite pensar?

Poderíamos supor que nesta decalagem entre "o que era para ser" e "o que acabava sendo", consistisse uma grande incoerência. Assim, uma metodologia de avaliação mais coerente e profissionais mais engajados com as disposições da Política, poderiam ser apontados como soluções para o problema que, talvez, fosse fruto de um descuido ou de uma falta de atenção.

Ocorre que uma leitura mais atenta às incumbências que a PN delega à SMADS, nos faz pensar que não haveria, sequer, incoerências em curso. Conforme recapitulado na sessão anterior, o Projeto Atenção Urbana se insere em um pacote de ações estratégicas que a PN estabelece à SMADS. Dentro destas incumbências o leitor encontra a demanda por produzir, sistematizar informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social acerca da população em situação de rua (BRASIL, 2008a). Isso para auxiliar na inclusão dessas pessoas no Cadastro único do Governo Federal que, desse modo, poderia subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas sociais (BRASIL, 2008a).

O Projeto Atenção Urbana seria uma aposta para dar conta de uma série de demandas da PN. O projeto dirigiria seus esforços para garantir uma educação social, objetivando a transformação do morador de rua em um cidadão de direitos e, ao mesmo tempo, produziria informações e indicadores para a elaboração e implementação de ações do Poder Público. Tendo isso em vista, a suposta incoerência apontada poderia perder sua substância. Ocorre que esta suposta incoerência, seria própria de algo menos evidente e, portanto, difícil de ser apreendido quando se está muito próximo da realidade do trabalho.

Lidas a partir do partir do modelo disposto por Figueiredo acerca das matrizes que compõe a cultura moderna, as disposições da PN mostram-se, aliás, bem coerentes. É possível notar em sua "textura" que a PN, e por derivação o Projeto AU, inclinam-se fortemente para o eixo constituído entre as matrizes Romântica e Disciplinar. Animados pelas virtudes e vicissitudes possibilitadas por este eixo, os empreendimentos tendem a se filiar com grandes narrativas de cunho messiânico que se propõem a resgatar algo fundamental que fora perdido em decorrência dos desdobramentos da própria cultura moderna. Abstendo-nos das nuances e das variações internas, o Romantismo, grosso modo, é animado por um grande mal-estar com a própria Modernidade. Os empreendimentos inspirados em suas linhas mestras tendem a se caracterizar pela nostalgia e, de modo contiguo, produzir utopias inspiradas em um passado perdido e/ou em um futuro longínquo. Por sua vez, os Regimes Disciplinares, conforme procuramos delinear ao longo do capítulo 4, foram se constituindo enquanto soluções para dois compromissos, aparentemente contraditórios, assumidos pela própria Modernidade, com a liberdade e a segurança. Segundo Figueiredo(1999), os Regimes Disciplinares se constituíram a partir das virtudes e vicissitudes engendradas pelas duas "soluções" anteriores, o Romantismo e o Liberalismo. Filho legítimo do Positivismo, os Regimes Disciplinares teriam surgido como um recurso para "aperfeiçoar" e "otimizar" as possibilidades de materialização do horizonte fomentado pelas narrativas modernas, compostas sob o signo da realização do sujeito. Tais regimes costumam ser caracterizados pela filiação a padrões normativos rígidos que, por sua vez, surgiriam associados a ideais sociais culturalmente constituídos.

Afora as especificidades próprias de cada caso, pode-se dizer, a partir do autor, que estas matrizes da moderna subjetividade[48] se fazem presentes em todos os lugares que passaram por processos de modernização. Conforme procuramos enfatizar ao longo do capítulo 4, o caso do Brasil traz algumas dessas especificidades, que demandam um tratamento especial para a aplicação deste modelo compreensivo.

Embora saibamos que nenhum país que tenha passado por quatro séculos de escravismo saia impune, tal qual nosso autor de referência, decidimos por priorizar os traços provenientes da história do modo como a modernização aqui se instalou e, as conseqüências disso.

A partir das matrizes da moderna subjetividade, a famosa frase que versa ser o Brasil a terra dos contrastes, ganha uma nova perspectiva. Todos os caracteres que indexaram, de um modo ou de outro, a moderna subjetividade ganharam em terras tupiniquins um sentido próprio. Ou seja, valores como o individualismo, racionalismo, liberdade e autonomia, não se coadunavam de modo justaposto a valores cá estabelecidos, como o patriarcalismo, personalismo, patrimonialismo e a alta afetividade.

Não obstante, segundo Figueiredo(1995), tal decalagem não impediu a apropriação do ideário moderno, ainda que não pudéssemos ser mais alheios às suas instituições. Esta apropriação, feita inicialmente pela elite cultural e econômica em conjunto com os homens pobres e livres, conferiu um sentido particular a estas instituições modernas em nosso país. Portanto, segundo o autor, a Modernidade no Brasil nasce e prospera como um grande ornamento, produzindo grandes contradições e dissimulações. O apego com as instituições modernas não passaria de um exemplo disso. O apego a regimes personalizados e personalizantes, as relações particulares, a proteção aos parentes, os favores e jeitinhos e o culto a elitização seriam marcas desta dissimulação.

Contudo, o processo de urbanização, o início da industrialização, as mudanças das relações de trabalho, do uso do tempo e do espaço, foram marcos que trouxeram impacto ao estado de coisas no país. Esta altura do processo de modernização no Brasil é caracterizada pelo aumento da impessoalidade, ou seja, pela aparição de maior individualidade no âmbito social. As pessoas, com suas tradições, hierarquias

[48] Liberalismo, Romantismo e Regimes Disciplinares.

rígidas, clientelismos, alta afetividade, histórias e nomes próprios iam sendo paulatinamente minguadas. Os (mero) indivíduos, com seus regulamentos impessoais, sem nomes ou histórias próprias se reproduziam com maior facilidade.

Não obstante, se faz importante mencionar que o aspecto ornamental do processo de modernização era preservado, na medida em que a elite econômica e cultural do país não poderia abrir mão dos caracteres pré-modernos que conservavam seu poderio social, político e econômico. Ou seja, a elite não poderia abrir mão dos procedimentos de dominação em prol da apropriação irrestrita de ideologias progressistas. Deste modo, produzíamos uma sociedade, ao mesmo tempo moderna e pré-moderna, povoada por pessoas e (meros) indivíduos. Nesta âmbito, a vinda de imigrantes europeus no início nas primeiras décadas do século XX, trazendo na bagagem toda a ideologia política da esquerda européia (anarquismo e comunismo), foi um ingrediente que encorpou o caldo cultural já borbulhante. Esta grande imigração européia encontrou um cenário bastante interessante para colocar em curso suas ideologias.

Conforme retrata Figueiredo(1995), as primeiras militâncias no Brasil, surgiram de profissionais liberais, notoriamente identificados com a ideologia positivista, que fomentavam, entre outras coisas, a implementação da modernização no Brasil. Médicos, jornalistas, advogados e engenheiros militavam para transformar a cultura do país em algo mais propício a seus empreendimentos profissionais. Contudo, havia certa moderação nesta militância, na medida que a viabilidade de seus trabalhos dependia do seu universo relacional. Assim, a militância positivista estava, ao mesmo tempo, pleiteando transformações culturais e se coadunando com as elites, que tinham consideráveis ressalvas quanto a esta transformação. A vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, no início do século XX, transformou, em grande parte, as pautas da militância. O foco dos objetivos deixaram de ser a modernização, e passaram a ser a implementação de uma organização social e econômica não capitalista. Deste marco, a militância política passou a fomentar outro tipo de transformação, inspirado nos ideais do igualitarismo e da garantia dos direitos fundamentais. Deste modo, o ideário moderno de realização do sujeito pela via do Romantismo e da Disciplina aportaram no Brasil.

Esta militância tinha dois incômodos em particular. Por um lado, levantavam-se contra um estado de coisas pré-moderno, produtor de desigualdade, na medida em

que despreza convenções universais e impessoais; por outro lado, tinham um grande incômodo com a solução de cunho positivista, por discordar da própria teleologia da doutrina, ou seja, por discordar da noção de progresso implícita ao ideário positivista. A implementação deste teor militante produziu profundas raízes e frutos em nossa história e se misturou ao caldo de referências morais já existentes. O resultado é uma cultura patriarcalista, patrimonialista, animada por noções republicanas progressistas distintas entre si.

Mais recentemente, com a implementação da Constituição Federal de 1988, o Brasil entrou, em termos legislativos, na atmosfera ideológica das chamadas sociedades avançadas. Não obstante, a correlata expectativa de implementação de uma cidadania plena a todos os brasileiros, tal como dispõe a Carta Magna, seria excessivamente otimista, em um país caracterizado pelo caldo histórico e cultural como o nosso.

Conforme nos diz Figueiredo, a figura do cidadão seria a encarnação do ideal de subjetividade moderna em sua versão política. Articulada à novela de Calvino, a figura do cidadão teria requintes agilulficos: além de rara, sua eventual encenação costuma ser bastante antipática. Se a expectativa por experimentar o gosto da soberania do sujeito moderno, de um modo ou de outro, é própria de nossa história recente, na contemporaneidade isso ganhou novos caracteres. A partir do estabelecimento da Constituição de 1988, a histórica cultura reivindicativa brasileira, passou a se ancorar no pleito pela cidadania.

Ora, voltando para as situações conflituosas, decorridas no Projeto Atenção Urbana, podemos começar a análise a partir da diferenciação entre as posturas dos agentes sócio-educativos militantes, e dos não militantes. Dentro do caldo social, histórico e cultural que ambienta e, portanto, funciona como matriz de subjetivação, a ideologia do progresso nos parece ser um componente bastante importante para entendermos algumas atitudes. Diante de tal ideologia, as condutas de pessoas e (meros) indivíduos dão mostras da tese de DaMatta(1993), acerca dos diferentes códigos de referências morais atuantes no Brasil.

Seguindo as coordenadas de Figueiredo(1995), a figura dos agentes sócio-educativos militantes pode ser aproximada aos (meros)indivíduos. O autor, dentro de uma figuração caricata, bastante didática e elucidativa, aproxima a figura do

(mero) indivíduo brasileiro a imagem do caxias. Por sua vez, os agentes sócio educativos não militantes se aproximariam das pessoas. Dentro do mesmo espírito figurativo caricato, no Brasil, a pessoa poderia ser aproximada da imagem do puxa-saco.

O caxias busca se adequar aos valores que animam o código de conduta moderno. No entanto, ao fazê-lo, adentra em uma rota de assujeitamento. Isso porque a expectativa de progresso por esta forma de vida corresponde a ausência de autonomia. Regulado pelo dever e impulsionado pela vontade, é aquele que se esforça para coincidir a sua vida com aquilo que a mesma deve ser. É aquele que espera ser reconhecido por estar fazendo o que dele se espera[49].

O puxa-saco não está referenciado ao mesmo código de conduta que o caxias. Seria aquele que busca o progresso pela via da vinculação afetiva. Dentro do espectro de possibilidades viabilizada por esta via, consta o servilismo e a vassalagem. A expectativa é de poder contar com favores de pessoas mais poderosas, quando for necessário. Ambas as figuras, estariam, cada qual ao seu modo, exercendo o valor do individualismo moderno. Seja a pessoa (puxa-saco) ou o (mero) indivíduo (caxias), em todos os casos estaríamos diante de formas de busca pelo progresso.

Naturalmente que a noção de progresso é diferente para cada um deles. Se para a pessoa (puxa-saco), neste caso, a idéia de progresso se associa a um ideário de posses, poder e ascensão social; para os (meros) indivíduos (caxias), neste caso, a idéia de progresso se associa a um ideário de engajamento em uma causa bem estabelecida, cujo objetivo seria o protagonismo em um processo de transformação social, que coincidiria com a sua própria emancipação enquanto ser humano.

Já quanto aos coordenadores e supervisores, figuras que detinham certo poder em mãos, teríamos evidências de uma mistura quanto aos códigos de referências morais adotados. De acordo com a conveniência, em algumas situações, pareciam se portar como (meros) indivíduos e, em outras, como pessoas. O servilismo e a

[49] Em casos extremos, quando a rota do assujeitamento se torna plena, temos (meros) indivíduos em franco processo de assujeitamento. É uma linha bastante tênue que separa os dois lados. Ou seja, os esforços que, supostamente, almejam a emergência do sujeito podem produzir o oposto: o assujeitamento pleno. Geralmente, conforme será tratado na interpretação do grupo de casos representado pelo caso Darcy, o incômodo com esta posição que busca coincidir com um ideal, pode engendrar as condições para aquilo que Figueiredo chama de franco processo de assujeitamento.

vassalagem, presentes na prontidão pela qual atendiam solicitações de "outras pontas do trabalho", evidenciava um caráter pessoalista na conduta. O argumento usado evidenciava esta hipótese: "é importante manter boas relações com as pessoas de todas as pontas deste trabalho". Este argumento parece partir da constatação íntima de que a presença em certos cargos, pressupõe um trabalho de vinculação afetiva. Por outro lado, o rigor com o qual eram feitas as cobranças por produtividade e por atenção aos deveres que o Projeto impunha aos seus operadores, sustentadas pelo argumento de que a SMADS poderia impor sanções em caso de descumprimento das metas, evidenciavam ocasiões em que emergiam (meros) indivíduos, referenciados pela “objetividade” que anima o código de conduta moderno.

Deste ponto de vista, o mal-estar, as confusões generalizadas e difusas que pautavam o cotidiano de trabalho e as reuniões, tomam uma outra perspectiva. Estaríamos diante de pessoas e (meros) indivíduos digladiando em nome do próprio fortalecimento identitário e, correlatamente, atuando contra o medo do seu esfacelamento. Afinal, segundo Figueiredo (1999), grande parte do esforço moderno por forjar uma unidade identitária total e coerente deve-se ao instintivo temor advindo da possibilidade de fragmentação. Por sua vez, segundo o autor, esta possibilidade é sempre premente em uma cultura como a nossa, sem estabilização possível. Ou seja, se a identidade confere sentido e possibilita integridade psíquica, sua ausência (ou risco) se revela tenebrosa a ponto de justificar defesas acirradas.

Contudo, de acordo com Figueiredo(1995), de um certo tempo para cá[50], a cultura brasileira tem se inclinado para o eixo de subjetivação localizado entre as matrizes Romântica e Disciplinar. A primazia deste eixo, ao se protagonizar enquanto matriz de subjetivação, produz e pressupõe (meros) indivíduos para se reproduzir. De sorte que as vias objetivas de personalização mínguam, a partir do momento que seus caracteres formais vão perdendo a institucionalização necessária para prosperarem. Não obstante, o próprio caldo social, histórico e cultural do qual falávamos, acaba por servir de institucionalização, na medida em que a potencialidade da personalização permanece preservada no imaginário popular. Fato que acaba por, bem ou mal, preservar este modo de ser.

[50] Esse processo se inicia com a Proclamação da República, ganha corpo durante as primeiras décadas do século XX e se torna notório e "oficial" a partir do estabelecimento da Constituição de 1988.

A PN e o Projeto AU, em seus caracteres formais, mostram-se bastante inspirados nos sentidos possibilitados pelo eixo Romântico/Disciplinar. A partir de nossas categorias de análise, a leitura atenta de suas disposições torna notório que os mesmos poderiam perfeitamente ter sido escritos por “militantes”. Segundo Figueiredo(1995), a figura do militante, afora tudo o que já foi dito, no caso brasileiro se enquadrariam em um grupo formado por (meros) indivíduos em processo de assujeitamento. Tais indivíduos estariam em processo de assujeitamento na medida em que sua identidade é construída em oposição à via da personalização. Contudo, os esforços por se aquilatar à imagem e semelhança de uma norma, ideologia (ou qualquer outra convenção extrínseca a si) inviabiliza a própria meta da autonomia, produzindo um exército infinito de “gurdurus” - ou, se é possível pensar que Gurduru pudesse arregimentar asseclas, de “gurdulinos”.

Segundo o autor, esta talvez seja uma das características contínuas da militância no Brasil. O fato do país ter se apropriado do ideário moderno de modo bastante ornamental e dissimulado, tornou inviável o pleno desenvolvimento das condições objetivas de estabelecimento de um estado moderno de coisas. Assim, deste ponto de vista, as militâncias se caracterizariam, sobretudo, por lutar para a implementação de "uma origem". Como já dissemos, o movimento militante estaria reportado à garantia do necessário para a implementação real da modernização[51] no país. Ou seja, a ausência de um *lugar natural*[52] na sociedade brasileira para o sujeito seria o verdadeiro mote das militâncias, que se esforçariam, sobretudo, para remediar esta lacuna.

Desse empenho que, antes de mais nada, parte da própria preservação identitária ante o risco de esfacelamento, advém a exagerada posição à qual tende toda militância. Para ilustrar este ponto, voltando a novela de Calvino, o comprometimento da militância com os valores, normas e procedimentos da Modernidade, exerceriam a mesma função que as batalhas para os paladinos: defesa da honra (valor fundamental para a preservação identitária).

Portanto, do ponto de vista adotado por Figueiredo(1995), a busca da militância seria a busca por criar as condições para exercer a subjetividade moderna. O problema, segundo o autor, é que o momento em que o Brasil se insere

[51] Seja qual for o progressismo posto em causa.
[52] Ou seja, das práticas sociais e culturais constitutivas da subjetividade moderna.

definitivamente em uma panorama moderno, corresponde ao exato momento em que a Europa já está vivendo o pesadelo deste modelo.

Contudo, a rigidez crítica com a qual se asseveravam os agentes sócio-educativos militantes, sobretudo com relação a suposta decalagem entre critérios avaliativos e objetivos em causa, parece confirmar aquilo que Figueiredo(1995) dispõe acerca das dificuldades intrínsecas a esta subjetividade. Ou seja, o estreitamento das vias objetivas de personalização, acompanhado da dificuldade intrínseca em se afirmar enquanto sujeito (sobretudo em um país como o nosso) torna a via do assujeitamento, para alguns, a única possibilidade.

A esta altura, faz-se importante relembrarmos que estamos a analisar um dos aspectos que contribuem para o atestado insucesso efetivo do projeto e, conseqüentemente, da PN. As diversas situações conflituosas que caracterizavam o cotidiano do trabalho, podem encontrar nesta análise algumas pistas sobre aquilo que contribui para o atestado fracasso em sua implementação.

Afora estes aspectos internos, a experiência no contato com os moradores de rua nos revelou uma outra fonte de informações que também oferece pistas acerca dos motivos do insucesso. Conforme procurei demonstrar a partir da descrição de alguns casos emblemáticos, a metodologia e os objetivos assumidos pelo Projeto não previam uma freqüente situação, a saber, quando o morador de rua simplesmente não demonstra interesse real pelo plano a ele dirigido.

Os três casos foram escolhidos por representarem de modo contundente três grandes tipos de postura em relação ao plano por nós implementado. A postura representada pelo caso de Carlos é a mais abertamente refratária aos objetivos e métodos da PN e do Projeto. Esta postura de contumaz negação tendia a ser interpretada como manifestação dos efeitos de alguém cuja auto-estima estivesse tão radicalmente esfacelada, que a reação de negação seria uma mostra do quão desesperado por ajuda o mesmo estaria. Ou seja, a radical negação deveria ser entendida como um radical pedido pela ajuda que o Projeto e a Ação Estratégica tinham a oferecer.

Diante de tal interpretação, a orientação para casos como o de Carlos era a de continuar a oferecer espaço de escuta, objetivando a execução do plano estratégico: encaminhamento para albergues, central de empregos e documentação, etc.

Este tipo de situação evidenciava os problemas da compreensão totalizante com a qual contava o Projeto. Uma vez estabelecido que a questão do morador de rua é contemplada pela explicação oferecida pela PN[53], tudo o que viesse a aparecer, sinalizando algum contraponto com relação a tal compreensão, tendia a ser recusado enquanto tal. Ou seja, haveria uma cegueira com relação a possibilidade de haver algo além do previsto pela PN.

Uma vez que a norma lá estivesse posta para servir de referência, os (meros) indivíduos que ocupavam os cargos da coordenação e da supervisão, estavam seguros ao fazê-la valer. A própria PN, ao se inclinar para o eixo Romântico/Disciplinar, já desponta como uma certa militância. E, enquanto tal, busca por criar condições sócio-culturais para viabilizar a emergência do sujeito. Não obstante, amiúde neste tipo de caso, este tipo de empreendimento costuma produzir condições de assujeitamento. Fossem os coordenadores e supervisores, fossem os próprios moradores de rua, o contato com uma norma totalizante que versa sobre o problema e a solução, tendiam a igualar todos em um coro uníssono. A reação do grupo representado pelo caso Carlos, ilustra esta constatação. Era claro e notório que a questão deste tipo de morador de rua, essencialmente, não passava pelo motivos e, conseqüentemente, pela solução proposta. Não obstante, o romantismo disciplinar da PN e os (meros) indivíduos que a operacionalizavam, impedia a elaboração de qualquer outro esquema compreensivo, adequado para estes casos. Sem esquemas conceituais disponíveis para compreender casos que não se inseriam no espectro de possibilidades previsto, os operadores da PN punham-se a lançar mão do que se tinha. Por isso seria imprescindível que os operadores fossem (meros) indivíduos.

Um outro grupo de situações, representadas pelo Caso Darcy, fazia emergir uma série de afetos negativos na coordenação e supervisão do Projeto. Nestes casos, o morador de rua aderia ao plano estratégico com a mesma facilidade com a qual declinava do mesmo. Tratava-se de casos em que os moradores eram facilmente influenciáveis por qualquer coisa que lhes fosse ofertada. O plano estratégico seria mais uma destas coisas.

---

[53] Lembrando: vítimas de processos sociais, econômicos e políticos produtores de exclusão, privação e desenraizamento

Os afetos negativos apareciam porque esses casos, primeiro traziam a impressão de que, de fato, o plano estratégico seria perfeitamente condizente com a realidade do problema. Do ponto de vista psíquico, tais impressões correspondiam a um reforço da confiança. Em meio a uma série de insucessos, estas aparências de sucesso surgiam como uma brisa. Ou seja, a facilidade com a qual estes moradores adentravam no fluxo do plano estratégico, confirmava, provisória e aparentemente, que o mesmo estava correto, que, de fato, fazia-se urgente a necessidade de reconstrução da auto-estima e do projeto de vida pela via do resgate de direitos humanos, dos quais eles haviam sido privados e dos quais estavam excluídos. Estes casos faziam com que os coordenadores pensassem que o solo ofertado pelo plano estratégico daria conta de servir como uma espécie de enraizamento para estes moradores. No entanto, a rapidez com que estes moradores abriam mão das rotinas exigidas pelo plano, e talvez ainda mais a forma como o faziam - tal como alguém que vai à alforria - revoltava os coordenadores e, claro, a supervisão. Contudo, era utilizado o mesmo argumento utilizado para o insucesso dos casos representados por Carlos, não importando as evidências do ocorrido. Perante o olhar da coordenação, este tipo de caso revelaria o tamanho dos efeitos da exclusão, da privação e do desenraizamento ao qual estas pessoas foram expostas.

Já o grupo de situações representadas pelo caso Amaral, despertava um outro tipo de reação: a frustração e a impotência. Aparentemente, tipos como Amaral levavam a coordenação do projeto a imaginar que havia casos de moradores que já estivessem em um processo avançado de conscientização do processo histórico do qual eles eram vítimas. Esta hipótese se confirmava na medida em que a demanda destes moradores era, exatamente, pelo cumprimento de garantias legais das quais estavam privados.

Contudo, estes casos revelavam algumas coisas. Quando todo o plano funcionava do modo esperado - quando conseguíamos garantir uma vaga fixa no albergue, fazê-lo ser atendido pontualmente nos bolsões de emprego e nas centrais de documentação - não raras vezes, algo de inexplicável ocorria e os objetivos não eram alcançados. Ou estes moradores eram desligados dos albergues, ou dos empregos, ou sumiam seus documentos, ou eram roubados etc.

O caráter misterioso destes casos incitava-nos uma curiosidade e constantemente íamos averiguar o que havia ocorrido. As descobertas invariavelmente despertavam

um sentimento de frustração em toda a equipe. Normalmente, estes moradores eram desligados dos albergues e/ou dos empregos por apresentaram condutas consideradas inapropriadas para tais lugares. Ou chegavam atrasadas e causavam enorme confusão nos albergues, exigindo o cumprimento de todas as suas garantias legais; ou causavam toda sorte de situações nos empregos, argumentando que estavam sendo desrespeitados etc. Ou seja, estes moradores mostravam-se altivos quanto a exigência pela garantia de seus direitos, mas não demonstravam qualquer predisposição para assumir deveres que contrariassem suas vontades imediatas.

Como não poderia ser diferente, a frustração e a impotência despertada na equipe era arrefecida pelo recrudescimento dos mesmos argumentos de sempre: tratava-se de mais um caso em que os radicais efeitos dos processos excludentes, dos quais esta população era vítima, mostrava as caras.

A frustração e a impotência despertada por casos como este, juntamente ao correlato recrudescimento do apego para com a referencia explicativa que se tinha, fazia com que sociedade e instituições fossem culpabilizadas. Em parte, o Projeto não estava em meio a um delírio quando responsabilizava, por exemplo, os albergues pelos problemas que ocasionavam o insucesso desses casos. Qualquer um que já tenha presenciado o cotidiano de um albergue sabe o quão difícil pode ser a estadia. Nos albergues, tal qual outras instituições que também trabalham com populações vulneráveis, a decalagem entre o que “era pra ser” e “o que é”, se faz escandalosa. Lançando mão de nossas categorias analíticas, parte do problema poderia ser explicada pelo fato de grande parte dos funcionários serem pessoas, quando os cargos pressupõe (meros) indivíduos.

Para ilustrar o apontamento, podemos citar de um tipo de situação que se repetia com enorme freqüência. Os moradores de rua que passavam as noites em albergues precisavam chegar cedo ao local. No geral, as filas dos albergues começam a se formam no final da tarde, início da noite. A fila se forma na rua, em frente ao albergue. Quando os portões se abrem, e os moradores podem entrar, uma certa desorganização (típica de aglomerações) se instala.

Em grande parte dos albergues, a figura do porteiro funciona como um selecionador. Ele passa pela fila e observa os candidatos. Aqueles que já ocasionaram confusão, tendem a ser descartados. Aqueles que "se comportavam" eram aceitos. Cientes

disso, os "maus elementos" criavam confusão com os "bons elementos" na própria fila. A intenção era diluir a diferenciação usada pelo porteiro (agora, todos ali seriam "maus elementos", criadores de confusão).

Evidentemente que os porteiros selecionadores faziam algo a despeito da norma oficial. Segundo esta, os albergues teriam a incumbência de criar um ambiente de respeito às diferenças inerentes a esta população. Ocorre que os porteiros-selecionadores são amigos dos seguranças, vigias e funcionários em geral, que passam a noite no interior dos albergues. Este vínculo pessoal criava uma norma "oficiosa", cujo mote era a aceitação condicional: aqueles que já se mostraram dispostos a criar problemas, não eram aceitos. Ou seja: o vínculo pessoal entre os funcionários positivava um outro código, estranho à norma oficial, com o qual os moradores precisariam se haver.

Caso os porteiros selecionadores fossem (meros) indivíduos, talvez a conduta fosse outra. Ocorre que na grande maioria dos casos, são pessoas, e, como tais, agem a partir de outras referências que não uma norma impessoal. O mesmo pode ser dito sobre os demais funcionários destas instituições. Aliás, o mesmo pode ser dito com relação a grande parte dos funcionários que trabalham em instituições destinadas a esta população. A proximidade do contato pode servir para diluir a impessoalidade.

Por incrível que pareça, grande parte dos moradores de rua demonstram preferir este contato pautado pela pessoalidade. Evidentemente, isso não se aplica ao grupo representado pelo caso Amaral. Mas, seguramente se aplica aos grupos representados pelos casos Carlos e Darcy.

Capitular, articular e elaborar

O conhecimento adquirido por meio da experiência, em conjunto com a busca de um conhecimento formal que pudesse nos ajudar a alcançar algum entendimento acerca da ausência de resultados das ações efetuadas pelo poder público, atestada pela última pesquisa censitária, nos levou a enunciar a hipótese de que poderia haver uma insuficiência no modo como a questão do morador de rua fora formulada.

Naturalmente que existem outras formas de se olhar para o aumento quantitativo de moradores de rua na cidade de São Paulo. Mas, a experiência concreta na atuação desta política e o contato direto com estes moradores nos fizeram vislumbrar algo que parece ser ignorado pela PN: as diferentes reações dos diferentes moradores para com o plano a eles, igualmente, dirigido.

Com o quadro teórico estabelecido, procurou-se por subsídios que pudessem dar conta de conferir uma explicação teórica para esta impressão que foi se desenvolvendo ao longo do tempo de contato com esta população e com a PN. A partir das teorias de Figueiredo acerca dos modos de subjetivação possibilitados pela Modernidade e a forma como isso reverbera no Brasil, tornou-se possível compreender que muitas das dificuldades que se desenrolavam no trabalho com os moradores de rua decorriam de questões mais profundas, seja da própria estrutura intrínseca à Modernidade, seja pela forma particular como isso se desvela em um país como o nosso.

A partir desta incursão teórica, a impressão de que a PN e o Projeto ignoravam diferenças notórias entre diferentes moradores de rua pode ser apreendida em outros termos: como *pessoas*, *sujeitos* e *(meros) indivíduos* responderiam ao plano estratégico a eles, igualmente, dirigidos?

As situações de flagrante recusa retratadas, de modo modelar, pelo caso Carlos podem ser aproximadas àquilo que Figueiredo(1995) chamou de *postura de pessoas no meio de (meros) indivíduos*. Estes casos podem estar articulados a um dado captado pela Pesquisa Censitária acerca da situação pregressa dos moradores de rua de São Paulo, a saber: tinham um trabalho formal e viviam em uma "residência normal" da qual, na maioria dos casos, eram proprietários. Ou seja, sua atual condição de morador de rua não estaria claramente vinculada a um histórico de exclusão, privação e desenraizamento a direitos humanos fundamentais típicos de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.

A recuperação da fala "era difícil ser eu mesmo" parece nos dar uma pista da causalidade, supostamente, buscada pelo Projeto[54]. Tal qual diversos outros casos,

[54]No edital que inaugura a agenda dos esforços do Projeto AU, uma dos objetivos da ida dos agentes sócio-educativos às ruas, seria a busca pelas formas de sofrimento, ou seja, a busca pelas causalidades do "fenômeno do morador de rua" (SÃO PAULO, 2009). No entanto, conforme dissemos, esta etapa parecia ser meramente ornamental. Isso porque a PN e, conseqüentemente, o Projeto já tinham, à tiracolo, uma resposta para esta questão.

algumas narrativas autobiográficas pareciam ter este elemento em comum. A lembrança da vida pregressa - antes da situação de rua - parecia trazer uma dificuldade intrínseca de alcançar uma espécie de auto-realização. Em muitos casos, não se tratava de vidas caracterizadas por uma situação de pobreza extremada, mas sim de vidas psicologicamente custosas.

Se nos atermos a Figueiredo (1995), vamos nos lembrar dos efeitos das transformações na cultura e na sociedade brasileira ao longo do século XX. Sobretudo da diminuição das *vias efetivas de personalização* (Figueiredo, 1995) ocasionada pelo aceleramento dos processos de urbanização, modernização e internacionalização de nossa vida social e cultural. Segundo a consideração do autor, aquilo que caracteriza *a pessoa* enquanto modelo subjetivo permaneceria institucionalizado no imaginário popular, mas com severas dificuldades de ser hegemonicamente sustentado. Dificuldades advindas do paulatino arrefecimento das condições objetivas para exercer tal pessoalidade a partir do implemento de uma cultura modernizante.

Para as dificuldades representadas emblematicamente pelo caso Carlos, esta caracterização nos parece bastante condizente. Estas pessoas seriam referenciadas por um código moral distinto daquele que, majoritariamente, pauta a cultura contemporânea. Código este que associa a boa estima sobre si mesmo ao exercício da honradez. Por sua vez, esta honradez também tem condições: deve ser auferida pelo reconhecimento de algum outro, que se coloca enquanto interlocutor, de histórias pessoais caracterizadas por supostas façanhas e bravatas. Isto feito de tal sorte a precipitar o reconhecimento das supostas bravatas e façanhas pessoais daquele mesmo que, antes, se prestou ao papel de interlocutor e que, agora, faz as vezes do prosista. Costumeiramente, as façanhas e méritos pessoais são fruto de jornadas de sincera cordialidade àquilo que extrinsecamente lhe cabe fazer em vida. Esta aceitação cordial auferiria uma certa nobreza, base da procurada auto-estima.

Do ponto de vista psíquico, sabemos que não adianta uma busca cavaleiresca pela honra através de façanhas pessoais heróicas se, ao seu redor, encontra-se cada vez menos reconhecimento por exercer a vida nestes moldes. Igualmente, a construção da auto-estima de uma pessoa não pode se dar nos moldes da impessoalidade que caracteriza a emergência do cidadão de direitos. Isso talvez explique parte do desprezo destas pessoas (representadas pelo caso Carlos) pelo plano estratégico a

elas destinado. Afinal, ao recusarem o plano de ressocialização previsto, também estariam a recusar a via do assujeitamento, da impessoalidade, da racionalidade instrumental. Sua oferta de garantia de direitos humanos, proteção, benefícios etc. seriam caracteres que apareceriam como corpos estranhos para estas *pessoas* cuja base referencial se apóia em outros caracteres: cordialidade, nobreza, honra etc.

O segundo grupo de situações caracterizadas por um outro tipo de recusa, representada pelo caso Darcy, se articularia com aquilo que Figueiredo (1995) chamou de (meros) indivíduos em franco processo de assujeitamento. Recuperando a inspiração do autor para a montagem desta categoria - a novela de Calvino - tratar-se-iam de Gurlurus. A caracterização deste personagem aponta para uma dificuldade intrínseca em alcançar o estatuto de sujeito: indivisível, unívoco etc. Dentro de um panorama moderno, àqueles que, por algum motivo, declinam do convite por adentrarem em um padrão subjetivo de sujeito, restaria assujeitarem-se na posição de objeto. Sendo seres humano, este perfil subjetivo se movimenta no mundo, estabelece relações etc. Contudo, não encontrando recursos em si para se auto-nomear, um (mero) *indivíduo* demanda um sujeito que o faça. Assim, estes simpáticos seres se apresentam como uma enorme incógnita na medida em que uma metamorfose ambulante acaba por caracterizá-los.

A experiência com esta população revela um verdadeiro exército de gurlurus morando nas ruas. Conforme procuramos demonstrar com o exemplo de Darcy, costumeiramente estes (meros) indivíduos eram entendidos como pacientes psiquiátricos. Também era freqüente a incompreensão acerca dos motivos que os faziam ser tão influenciáveis aos diversos convites que a situação de rua traz e que, naturalmente, não coincidem com os objetivos do Projeto. A enunciação de Darcy acerca do motivo que o fez parar nas ruas me pareceu bastante emblemática, a saber: *era chato ser eu mesmo*.

De fato, dentro do panorama descrito por Figueiredo (1995), o paulatino fechamento das vias de personalização em uma cultura em processo de modernização, acentuaria as vias de assujeitamento, capazes de produzir um exército de despersonalizados e anônimos. A resistência ao processo de personalização em conjunto com a ausência de recursos (individuais e culturais) para a emergência de um sujeito, pode ser um fator motivador deste grupo de moradores de rua. Todos eles pareciam partilhar de certa alegria por aquilo que sua situação lhe permitia.

Qualquer agente sócio-educativo pode, tranquilamente, relatar casos de moradores de rua que se assemelhavam à crianças brincando na rua.

O terceiro grupo de situações, representado pelo caso Amaral, poderiam ser contemplados a luz daquilo que Figueiredo (1995) chamou de *sujeitos*. Esta aproximação se torna cabível na medida em que entendemos, a partir do autor, que a figura do cidadão seria uma espécie de versão civil do ideal da subjetividade moderna. Conforme procuramos demonstrar, a figura do sujeito coincide exatamente com a idealização máxima da subjetividade moderna. Corresponde mais a uma eterna expectativa (a um vir-a-ser) do que propriamente a uma situação estabelecida de coisas. Assim, recuperando Figueiredo (1995), a figura do cidadão, fora dos discursos, é tão rara e por vezes tão antipática quanto a de Agilulfo no exército de Carlos Magno.

A postura *agilulfica* dos casos representados por Amaral é caracterizada por tentativas constantes e obstinadas de eliminar de si o traço multifacetado dos (meros) indivíduos[55], bem como as diferenças qualitativas típicas das pessoas. Completando o quadro, cultivam uma inabalável crença na perfectibilidade de sua auto-biografia, não aceitam contradições, apresentam-se como possuidores de uma consciência inflexível e determinada pela vontade e uma vida organizada por uma agenda rígida. Em suma, expressam imutabilidade, uniformidade, apreço pela universalidade e desgosto pelas particularidades - sobretudo, não se confundem com os demais,

Segundo Figueiredo (1995), o Cavaleiro Inexistente (Agilulfo) seria uma caricata ironia do ideal da subjetividade moderna: o sujeito. Para o autor, os caracteres constitutivos do sujeito moderno seriam a autonomia, autotransparencia e a coincidência consigo mesmo. Ademais, o sujeito seria aquele que extrai sua identidade da própria interioridade, auto-fundada por um método de purificação. Tal método, por sua vez, consistiria em uma barragem dos elementos subjetivos de ordem passional, pessoal e afetiva, ou seja, de tudo aquilo que tenha capacidade de retirar o sujeito do território da universalidade.

---

[55] É necessário assinalar que este caráter multifacetado não abrange a totalidade de posições possíveis para o assujeitamento do (mero) indivíduo. Isto se apresenta apenas quando ele assujeita-se plenamente na posição de mero objeto, deixando-se governar por qualquer ordenamento externo. Situação um tanto diferente ocorre quando há uma renegação desta posição; é o caso do militante que, ao se afirmar na radicalidade desta renegação, adquire uma face característicamente enrigecida pelo exercício da vontade e da determinação.

A preservação de uma identidade como esta, pressupõe grandiosos esforços de contenção dos elementos que precisaram ser barrados. Portanto, estaríamos diante de uma autonomia que descarta a afetividade e de uma autotransparencia que só pode enxergar em si aquilo que é do plano universal, não particular. No caso da novela de Calvino, toda a retidão e determinação de Agilulfo advinha da ausência de dúvidas acerca de si. Sua identidade constituiu-se em um inequívoco episódio pretérito, sobre o qual não restava dúvidas. Figueiredo(1995) observa que a crença inabalável acerca da origem de sua identidade era o sustentáculo de Agilulfo. Esta hipótese se confirma quando o Cavaleiro Inexistente é desafiado a dar provas sobre a virgindade da Princesa que havia salvo[56]; não podendo fazê-lo, o personagem desintegra-se.

Se Agilulfo (o Cavaleiro Inexistente) só poderia apresentar sua unívoca e áurea conduta pelo fato de não ter dúvidas sobre o processo que o originou, o mesmo pode ser dito com relação a postura atuada pelo grupo representado por Amaral. Convencidos da coincidência entre sua origem (enquanto morador de rua) e os discursos ventilados sobre o assunto (as teses explicitadas na PN como explicação para o fenômeno do morador de rua), casos como o de Amaral passam a apresentar uma unívoca e áurea conduta condizente com a identidade a eles apresentada. Isso se revelava na postura reivindicativa que, de certo modo, os alçava a exemplos na medida em que atuavam exatamente aquilo que se esperava de um morador de rua, ao menos sob o olhar da PN.

Como dissemos, o aparente sucesso deste grupo é tão provisório e fugaz quanto a própria identidade com a qual se revestem. A recorrência do retorno a estaca zero após falhas no processo de ressocialização - retorno às ruas e a postura reivindicativa - nos parece demonstrar o problema do solo sobre o qual se assenta sua identidade.

Ademais, este grupo, entre todos os outros, tal qual Agilulfo, dá sinais de grande opacidade subjetiva. Dificilmente se consegue estabelecer alguma vinculação com este tipo de morador de rua. Costumeiramente, a relação é baseada unicamente em uma antipática demanda pelo cumprimento das respectivas obrigações. A experiência nos mostrou que este grupo tem grande dificuldade em sair de uma

[56] Há um relato sobre a novela de Calvino no capítulo 4.

posição reivindicativa e de assumir qualquer responsabilidade pelo cumprimento de qualquer dever cívico. Tudo porque acreditam ter um crédito irrestrito que deve ser indefinidamente pago na forma de uma tolerância irrestrita.

Cabe fazer notar que, em algum nível, todas estas informações eram, de algum modo, transmitidas nas reuniões chamadas pela coordenação para a análise coletiva dos casos com os quais o Projeto se ocupava. Obviamente que esta transmissão não era feita com o devido vagar possibilitado em um espaço acadêmico. Não obstante, na medida da possibilidade do espaço institucional, alguns agentes sócio-educativos transmitiam o cerne daquilo que foi até então desenvolvido. Ou seja, nas reuniões que eram chamadas para procurar entender a ausência de resultados concretos para o trabalho desenvolvido, não eram tão raras as falas que apontavam para uma diferença notória entre os moradores de rua. Por conseqüência, tais falas apontavam para a necessidade de se pensar em modos alternativos para se pensar e intervir sobre estes diferentes casos.

Fossem discussões internas (somente com a equipe do Projeto), fossem discussões externas (feitas em conjunto com a equipe de supervisão do Projeto, nas Subprefeituras), todas as idéias e propostas advindas da experiência direta do contato com o morador de rua eram sistematicamente desencorajadas. A postura da coordenação e da supervisão era irredutível. Tudo costumava ser fielmente analisado à luz daquilo que era preconizado pela própria PN.

Isso leva a um outro ponto de nossa análise. A partir da crítica estabelecida por Munné (2012), corroboradas por Figueiredo (1999), se torna possível tanto a compreensão quanto os riscos e efeitos intrínsecos da aceitação inconteste daquilo que os autores denominaram, respectivamente, paradigma da simplicidade (Munné, 2012) e a necessidade de estabilização identitária (Figueiredo, 1999).

Ou seja, se faz possível a compreensão do estabelecimento de um paradigma da simplicidade na compreensão das chamadas coisas humanas, a partir de uma análise sócio-psicológica da Modernidade. Período este no qual, do ponto de vista sócio-psicológico ao qual se refere Figueiredo (1999), as estratégias de simplificação articulam-se com a necessidade de estabilização identitária, que necessitariam de certezas para se consolidarem.

O reconhecimento da complexidade intrínseca às chamadas coisas humanas não parece ser do agrado de um projeto moderno,. Afrontar o paradigma da simplicidade consiste, entre outras coisas, em contestar uma de suas linhas mestras, a saber, a noção de linearidade. Noção esta cuja principal característica seria a de operar conceitualmente a partir do estabelecimento de uma, suposta, proporcionalidade entre causa e efeito**.**

Na história da Modernidade no Ocidente, é sabidamente conhecida a importância exercida pela Revolução Francesa, e de suas derivações, na formação daquilo que pode ser chamado de uma cultura tipicamente moderna. Conforme já retratado, uma das principais derivações deste importante evento foi a emergência do Positivismo enquanto uma espécie de substituto secular do horizonte pintado pela teologia cristã. Neste sentido, o positivismo exerce uma função de produtor de cultura e, portanto, de uma moralidade. Neste ponto, teoria do conhecimento, moralidade e cultura se camuflam uma à outra.

Esta interligação é perfeitamente compreendida a partir da crítica feita por Munné às ciências sociais e humanas que, de um modo ou de outro, insistem em exercer certa resistência quanto ao reconhecimento de uma superação do paradigma da simplicidade. A crítica aponta para o fato de que esta superação significaria, necessariamente, a confrontação com as limitações de qualquer possibilidade de predizer, regular e controlar, mostrando-nos um mundo de incertezas. Ora, não é exatamente a redução das incertezas que animam todo o esforço do empreendimento positivista?

Obviamente que esta crítica não se constitui em um alento para espíritos modernos. Contudo, nos parece que esta talvez seja uma das imagem mais verdadeira de nosso mundo. A transformação desta evidência em um problema encontra sua explicação em uma das principais características de nossa cultura: o despreparo em lidar com a incerteza. Ademais, o reconhecimento da incerteza, conforme dissemos, não “cai bem” em cientistas responsáveis por predizer padrões de comportamento. A partir de Figueiredo (1999) nos é possível entender o desconforto e os efeitos do reconhecimento do desconhecido.

Seja como for, dentro do que nos diz respeito, estes apontamentos ganham relevância a partir da constatação de que os argumentos e as teses desenvolvidas

no documento oficial que orienta o trabalho com os moradores de rua é caracterizado, sobretudo, por uma inspiração própria do Paradigma da Simplicidade. Uma das principais evidências flagrantemente simplista deste documento seria a linearidade assumida entre a suposta causalidade (os efeitos ocasionados por processos sociais, econômicos e políticos) e o efeito (a resistência de permanecer nas ruas).

Afora o fato deste tipo de leitura estabelecer como único objetivo a promoção da garantia de direitos, há uma reiterada crença de que todos os moradores de rua demandariam o mesmo tipo de auxílio, exatamente por padecer do mesmo problema. Neste panorama, a forma pela qual surgem os critérios de avaliação do projeto não suscita estranheza. É bastante lógico imaginar que o efeito desejado (ressocialização, a partir da apropriação dos direitos fundamentais do cidadão) só poderia ocorrer com a produção sistemática das causas correspondentes (elevado número de oferta de serviços que garantam o oferecimento destes direitos).

Ora, tomando a inspiração de Munné (2012) acerca da repentina mudança de perspectiva a qual fora submetido o entrevistador de Richard Strauss após se ver obrigado, pelo advento de uma inesperada informação faltante, a destituir seu entrevistado da imagem de titã, o que podemos concluir?

Primeiro que, tal qual na anedota, a imagem pré-estabelecida pela PN acerca da figura do morador de rua padece de lacunas. Não significa que ela esteja vertiginosamente equivocada[57], mas que *padece de lacunas*, ou, de informações faltantes. Conforme procuramos demonstrar, tais lacunas são capazes de produzir uma imensidão de problemas práticos operacionais que, no fundo, acabam por produzir resultados insatisfatórios.

Ao se apoiar, imperceptivelmente, no Paradigma da Simplicidade no momento de formulação e, também, na operacionalização, a PN nos dá mostras do seu profundo comprometimento com a própria estrutura da Modernidade. Os moradores de rua, esses seres que, antes de tudo, estão destituídos de uma morada, da possibilidade, digamos, de *habitar*, também estão muito mais articulados com o campo de efeitos previsivelmente modernos, do que poderia se observar, digamos, a olho nu. Talvez, muitos dos processo psicossociais que sustentam os modos de ser, viver e conviver

[57]Tal qual na anedota**:** Richard Strauss, como se sabe, é um titã.

do morador de rua sejam inapreensíveis para aqueles que se propõem a intervir em sua realidade, precisamente na mesma medida em que tais intervenções estejam profundamente envolvidas em uma mesma teia de alienação.

Se estivermos certos e este for o caso, é compreensível, até psicanaliticamente, a reação por atuar compulsivamente em uma certa direção[58]. O que aconteceria se víssemos o quão próximos estamos deles?

E o que teríamos nós (os "moradores de casa") em comum com eles (os "moradores de rua")? Ora, se retomarmos as afirmações de uma série de pensadores, mais ou menos contemporâneos, acerca da ubiqüidade do mal-estar contemporâneo, teremos o começo de uma pista. Talvez um ponto pacífico entre as diversas formas de se pensar os mais agudos problemas contemporâneos, a partir das vicissitudes inerentes a própria Modernidade, seja o apontamento para que, no limite, a questão é de cunho ético.

Contudo, é necessário recuperarmos a especificidade deste conceito. Sobretudo em tempos atuais, em que o rótulo mais comumente aplicado para comentar problemas sociais e culturais é a falta de ética. De modo correlato, proliferam os comitês de ética em todos os lugares.

Conforme dissemos, Vichietti (2011) e Figueiredo (1996) lembram que existe uma ambigüidade fundamental no termo ética, cuja etimologia tanto pode se referir aos costumes, usos e maneiras, quanto à morada típica de uma espécie, seu lugar de vida. Ora, parece que a cultura moderna preferiu ignorar esta ambivalência, que, quando considerada, torna imprescindível a apropriação do lugar de vida, sempre que nos pusermos a pensar acerca dos costumes e das maneiras.

Por "lugar" não estamos a considerar unicamente uma "casa" ou mesmo uma "praça". Lugar é o meio pelo qual o fluxo da vida pode ser viabilizado. A partir da bela análise feita por Birman (2003) acerca das principais patologias que surgem no início do século XXI - a despeito de nossa vontade - temos uma categoria que serve como "lugar de vida" severamente ameaçada: o corpo. Segundo o psicanalista, haveria uma relação de contigüidade, por exemplo, entre graves patologias como a Síndrome do Pânico e nosso contemporâneo e obsessivo costume de

[58]Em Psicanálise, a repetição compulsória de determinados padrões (produtores de sofrimento) sinalizam uma impossibilidade de elaborar certos conteúdos que, exatamente por estarem barrados à consciências, retornam na forma de sintomas.

"supervisionar" o corpo (academia, dietas, manias de higiene, etc). Em comum, ambas as manifestações demonstrariam como o "corpo" é notado enquanto um "lugar de risco". Seja a manifestação positiva (o pânico), seja a negativa (os cuidados excessivos), ambos noticiariam a instabilidade de um fundamento absoluto da vida, o corpo.

Poderíamos citar uma série de relações contiguas entre duas manifestações aparentemente desconectadas. Mas, por agora, nosso intuito é o de lançar mão da especulação de que muito dos "pontos cegos" da PN talvez possam estar relacionados a uma dificuldade maior, a saber: a dificuldade em notar que aquilo que caracteriza a dificuldade do morador de rua (algo que, nesta altura, já pode ser dita como uma "dificuldade de viver") esteja atuante também em nós.

O olhar atento para a experiência subjetiva contemporânea, nos remete para uma dificuldade excessiva em "setores" fundamentais da vida. Afinal, o que aprendemos com Bauman (2004), por exemplo, acerca do amor? O autor não está a nos dizer que as pessoas estão com dificuldade em se apaixonar, mas sim em dificuldade de encontrar em si mesmas aquilo que é necessário para se fazer vínculos. Na mesma direção, um outro autor contemporâneo, Bruckner (2002), não está a criticar a meta contemporânea pela felicidade. Está sim, a criticar a forma pela qual o direito a ser feliz se converte em uma obrigação por ser feliz, e em como isso, no limite, representa uma compensação pelo fato de sermos culturalmente, profundamente infelizes.

Como se sabe, Freud (1990a), seguindo as coordenadas de Platão, atesta a inexistência da dicotomia entre a Psicologia Individual e a Psicologia Social[59]. O mesmo Freud (1990b), no auge de um sofisticado otimismo[60], afirma que, talvez, possamos nos familiarizar com a idéia de existirem dificuldades ligadas à natureza da civilização que não se submeterão a qualquer tentativa de reforma.

Ora, ao que nos parece, em um tempo histórico, e em uma cultura, de tanta inventividade, esquecemos daquilo sem o que a vida humana pode se tornar inviável. O projeto civilizatório moderno sofre de profunda cegueira, e se converte facilmente em marcha cega de uma vontade infantil. Tudo nos leva a crer que tal

[59]No caso do filósofo, a inexistência de dicotomia era entre o meio interno e externo. Ao olhar para si mesmo, poder-se-ia vislumbrar o estado de coisas do mundo.
[60]Sofisticado na medida em que aparenta ser pessimista.

projeto traz em seu bojo elementos incompatíveis com uma série de condições de possibilidade da vida. As perguntas poderiam ser: que coisas são essas? E, como fazemos para mudar? Ambas as respostas parecem estar representadas pelo sofisticado otimismo de Freud.

Capítulo 6

Por fim...

A importância de termos iniciado a discussão a partir de um panorama da Modernidade deve-se a hipótese inicial de que muito da problemática que nos propomos investigar só se faz possível por conta de eventos que foram se desenvolvendo no interior do próprio processo de modernização; que aquilo que adveio com sua crise, se enlaça com o cotidiano de modo tal, que sua compreensão há de lançar luz sobre este nó.

Figueiredo (1999) nos mostra a fundamental importância de se compreender a dinâmica subjacente a alguns momentos desse processo histórico, na medida em que a história dos estudos psicológicos, e a própria formação da Psicologia Científica, está vertiginosamente entrelaçada a tal dinâmica. Para o autor, esta dinâmica subjacente poderia ser vislumbrada por meio da observação de algo que, por hipótese, esteve presente ao longo destes quatro séculos de constituição e difusão de uma cultura tipicamente moderna, a saber, o duplo movimento que consistia na expansão e, principalmente, no retraimento do espaço das virtudes morais. A tese do autor é que o nascimento do chamado "psicológico" encontra sua substância exatamente nesta dinâmica.

Portanto, se concordarmos com o Figueiredo, podemos, de certo modo, entender que a questão da moralidade - ou da expansão e retraimento do espaço das virtudes morais - pauta a ordem do dia da cultura moderna, desde seus primeiros respiros. Por conseqüência, esta seria uma das chaves para entendermos as questões que se fazem notar, a partir dos modos de subjetivação possibilitados por esta cultura, bem como pelas situações dramáticas com as quais os modernos estão, costumeiramente, às voltas.

Ao longo de todo o processo moderno, houve um grande desenvolvimento científico[61], econômico e social. Bauman(1998) pontua que a rápida transformação

[61] Algo que sempre esteve na ordem do dia da Modernidade, visto que foi na ciência que se depositou toda a esperança de cumprimento dos seus ideais.

pela qual os lugares onde a Modernidade tinha melhor se instalado (França, Inglaterra e Alemanha) trouxe predominantemente ao indivíduo a preocupação com a administração da vida, algo que parecia afastar o ser humano da possibilidade da reflexão moral, dado que a única preocupação seria com a eficácia em suas metas.

Segundo Bauman (1998), este distanciamento da possibilidade de reflexão moral revelou todo seu potencial mortífero com o holocausto. O autor constata – diga-se, bastante inspirado pelas idéias de Hannah Arendt (2004) - que as pessoas que trabalhavam no extermínio eram pessoas comuns, não monstros perversos como se poderia pensar. O autor identifica no holocausto o ápice de um tipo de dinâmica em que indivíduos, afastados da possibilidade de contato com a reflexão moral por conta da preponderância da preocupação com a eficácia da administração da vida preconizada por práticas disciplinares que (des)subjetivavam à luz da racionalidade tecnológica ou instrumental.

Deste diagnóstico de época, Bauman (1998) passa a nos perguntar se, dado o holocausto, não seria melhor que, de fato, a Modernidade - com suas utopias, anseios e preocupações - ruísse. O autor nos descreve um cenário bastante crítico ao falar sobre a situação contemporânea, ou o que ele mesmo chama de mal-estar da pós-modernidade.

Bauman (1998) ao pensar nesse cenário frio e problemático do contemporâneo, nos mergulha na inevitável tarefa da transformação, o que segundo ele trará muito sofrimento, mas que ao mesmo tempo aponta para um horizonte de esperança: dado que o projeto moderno faliu, o quanto antes compreendermos isso, melhor. Esta é, aliás, uma posição que, em essência, vem sendo assumida por muitos pensadores, desde já muito tempo.

Se a questão da moralidade está implicitamente em pauta em uma cultura moderna, e este espaço de expansão e retraimento das virtudes morais é exatamente o espaço do psicológico, faz-se importante nos lembramos que o espaço do psicológico será, por sua vez, o que abriga as forças alienadas do eu (Figueiredo, 1999). Portanto, a questão da moralidade, e sua crise, passa por forças que estão alienadas do ser moderno.

Esta tese nos leva diretamente para os diferentes papéis aos quais a Psicologia pode se prestar. Ao que nos parece, dentre todas as formas de se fazer e pensar na

Psicologia, a mais sensata aparece descrita por Figueiredo (1999) quando este a retrata enquanto um recurso dentro de uma estratégia a serviço da reintegração dos elementos alienados a esta subjetividade moderna fragmentada. Desta asserção positiva, surge seu par negativo, que nada mais é do que seu dever crítico, ou, para usar as palavras do autor, sua *função desilusionadora,* cujo cerne seria exatamente o desvelamento das condições que possibilitam (e impossibilitam) a experiência subjetiva.

Ora, na situação específica à qual se remeteu este trabalho, procuramos demonstrar que muito daquilo que vem sendo apontado por diversos pensadores acerca dos problemas mais salientes do mundo contemporâneo - sobretudo a partir dos caracteres constitutivos de tais problemas: aquilo que pode ser chamado de crise da Modernidade - compõe o estado de coisas da situação do morador de rua em São Paulo. Situação composta por diferentes níveis de complexidade, mas cujo cerne aponta para uma necessidade urgente de atuação do psicólogo a partir da dupla perspectiva de sua função desilusionadora.

No presente trabalho, procuramos exercer a meta negativa desta função ao nos debruçarmos sobre aquilo que exerce influência para a não integração dos elementos alienados da subjetividade moderna: seja ao analisarmos a própria PN (e seu correlato Projeto), seja ao analisar o próprio morador de rua ao qual a mesma se dirige.

Fica em aberto algumas questões para um estudo posterior. Dentre elas, a que nos parece mais intrigante, pode ser formulada do seguinte modo: em medida a cultura moderna estaria situada em uma estrutura antropológica mais profunda? Em que outras palavras, em que medida estes caracteres constitutivos da Modernidade seriam contíguos a algo que pode ser chamado de tradição ocidental?

Referências Bibliográficas:

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhiadas Letras, 2004.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed;1998.

_____. **AmorLíquido – sobre a fragilidade dos laços humanos.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

_____. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BERLIN, I. **Limites da Utopia: Capítulos da História das Idéias.** São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1991.

BINSWANGER,L. **Três formas de existência malograda.** Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1977.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas desubjetivação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL.**Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Governo Federal, 2008a.

_____. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2008b.

BRUCKNER, P. A. **Euforia Perpétua - Ensaio sobre o dever de felicidade.** Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

CALVINO, I. **O cavaleiro inexistente.** Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DaMATTA, R. **Conta deMentiroso. Sete Ensaios de Antropologia Brasileira.** São Paulo. Ed. Rocco, 1993.

_____.**O que é o Brasil?** Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 2004

ENRIQUEZ, E. **Da horda ao Estado**. 2ª Edição, Ed. Zahar, 1990.

FIGUEIREDO, L. C. **Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Ensaios**. São Paulo. Educ/Escuta. 1995.

_____.**A invenção do psicológico. Quatro séculos de subjetivação. 1500-1900.** São Paulo: Educ/Escuta, 1999.

_____. **Revisitando as Psicologias. Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos.** 2° Edição, revista e ampliada. São Paulo/Petrópolis: Educ/Vozes, 1996.

FREUD, S. (1921). **Psicologia de grupo e análise do ego.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1990a

_____. (1930).**O Mal-Estar na civilização.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1990b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir.** Petrópolis. Vozes, 1977.

_____.**A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

_____. **As Palavras e as Coisas**(1966). São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GADAMER, H-G. **Verdade e Método. Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica**(1986). Petrópolis: Vozes, 1999.

JARON, P. **Heterologia e alteridade social ou a comunicação pela margem.** In Contemporânea, vol. 4, n° 1, Salvador:Ed. UFBA, juin 2006b, pp. 11-24.

LYOTARD, J.F. **A Condição Pós-Moderna.** Lisboa: Gradiva,1989.

MAISONNEUVE, J. **Introdução à Psicossociologia**(1973). São Paulo: Ed. Nacional/Edusp; 1977.

MATOS, O. C. F. ***A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo.*** 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

MCMAHON, D. ***Felicidade: uma história.*** São Paulo: Globo, 2006.

MUNNÉ, F. **A Explicação do Comportamento Humano Deve Ser o mais Simples Possível ou o mais Complexa Possível**. In: VICHIETTI, S.M.P.

(org.). Psicologia Social e Imaginário. LeiturasIntrodutórias. São Paulo, Ed. Zagodoni, 2012.

_____. **Las teorías de la complejidad y sus implicaciones en las ciencias del comportamiento.**Revista Interamaricana de Psicologia, 29(1), 1-12, 1995.

RIBEIRO, S.M.P.**Estudando a Experiência Subjetiva nas cidades: a Paisagem, o Imaginário e as Narrativas Autobiográficas**. Seminários de Política Ambiental no IEA-USP (Coordenação: Eda Terezinha de Oliveira Tassara). Disponível em http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=12632 (Acesso em 12/2013), 2013.

SÃO PAULO (Cidade, 2009). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Edital nº 02/SMADS/2009.** São Paulo. Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br (Acesso em 12/2012)

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.**Censo e Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo.** São Paulo: FESPSP, [2011].

SILVA, M.L.L; **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua 1995-2005**. (2006) (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília.

VICHIETTI, S.M.P. (2012a) **Ethos, Psiquê e Paisagem.** Conferência proferida no Seminário Internacional “Cidades Possíveis e Impossíveis. Visões da Mudança”, promovido pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (Portugal), em 19 de janeiro de 2012.

_____. (2012b) **As tarefas da psicologia social no mundo contemporâneo.** In: VICHIETTI, S.M.P. (org.). *Psicologia Social e Imaginário. Leituras Introdutórias*. São Paulo, Ed. Zagodoni, 2012.

_____. (2011)***Modos de ser, viver e conviver na Luz. Um estudo descritivo das relações entre o lugar, a subjetividade e o comportamento.*** Projeto de Pesquisa (mimeo)